

Resumo

Em virtude das excepcionais características atmosféricas, climáticas e morfológicas da região a poente da cidade de Lisboa, nasceu e expandiu-se neste território da Costa do Sol a prática do veraneio marítimo em Portugal.

Os banhos de mar iniciaram-se por razões terapêuticas mas rapidamente foram transformados no prazer hedonista do lazer à beira-mar. A partir de finais do século XIX, esta nova prática enraizou-se nos hábitos e costumes das populações ribeirinhas, provocando grandes modificações nas mentalidades e promovendo o progresso de toda esta margem.

A prática balnear possibilitou comportamentos sociais mais livres, num espaço em que o corpo é protagonista. À volta da praia, foram construídas estruturas e equipamentos destinados aos banhistas. Nasceram estâncias de veraneio e criaram-se novos estilos de vida. Toda a paisagem da Costa do Sol se moldou à moda do veraneio marítimo.

Pela extrema importância que adquiriu na história dos tempos livres e do turismo, pelas marcas que deixou no território, na história dos costumes e das mentalidades, pode falar-se de uma verdadeira cultura balnear.

São alguns testemunhos desta cultura que aqui se apresentam, organizados num arquivo de práticas balneares, primeira recolha de um vasto acervo documental sobre o tema.

Com base nas teorias e práticas da nova museologia e na ampliação do conceito de património, este estudo propõe a criação do Museu da Praia. Com o objectivo de identificar, estudar, valorizar e preservar os testemunhos da prática balnear, o Museu será uma instituição fundamental na divulgação e salvaguarda do património natural, material e intangível que determinou a identidade da Costa do Sol.

Palavras chave:

- Praia
- Banhos
- Beira-mar
- Costa do Sol

Abstract

Due to the exceptional weather, climatic and morphologic characteristics of the west region of Lisbon, seaside holidaying was born and grew in Costa do Sol in Portugal.

Sea bathing first started for therapeutic reasons, but it was quickly transformed into a hedonistic pleasure of seaside leisure. As from the end of the 19th century, this new experience took roots in the habits and customs of coastal populations bringing great change to mentalities and promoting the progress of this entire coast.

Beach going made room for freer social behaviours, in a space where the body is the leading player. Structures and equipments for beach goers were built around the beach. Seaside resorts were born and new life styles were created. The whole landscape of Costa do Sol was shaped around the fashion of seaside holidaying.

For the great importance it has acquired in the history of leisure and tourism, for the marks it has left on the landscape, on the history of customs and mentalities, a true beach going culture can be identified.

Some testimonies of this culture are presented in this document, organised as an archive of beach going tradition, the first collection of a broad set of documents on the topic.

Based on theories and practices of the new museology and on the widening of the concept of heritage, this study proposes the creation of the Beach Museum. With the aim of identifying, studying, valuing and preserving testimonies of beach going culture, the Museum will be a fundamental institution in the disclosure and protection of the natural, material and intangible heritage that has shaped the identity of Costa do Sol.

Keywords:

- Beach
- Sea bathing
- Seaside
- Costa do Sol



The Birth of Venus 1863, Alexandre Cabanel (1823-1889), óleo sobre tela, 130x225 cm, Paris, Museu d'Orsay

A Vénus,
Deusa do amor e da beleza,
nascida da espuma das ondas do mar

Agradecimentos

Um trabalho desta natureza não seria possível sem o apoio de muitas pessoas e instituições.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Professor Doutor Carlos Guilherme Riley, amigo e "antigo menino" como eu, pela sugestão do tema num passeio à beira-mar, recordando outros encontros junto à Cruz d' El Rei, entre Carcavelos e Parede.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Professor Doutor Fernando António Baptista Pereira, pela paciência, pelas preciosas indicações e constante incentivo que me dedicou ao longo deste moroso trabalho.

Às pessoas ligadas a instituições de referência onde foi realizada grande parte da investigação sobre o tema, nomeadamente ao Doutor João Miguel Henriques, do Arquivo Histórico Municipal de Cascais e à Doutora Helena Évora, do Centro de Documentação de Oeiras, pela disponibilidade e empenhamento na pesquisa de documentos nos seus arquivos.

Às minhas amigas Carina Bento, Irene Pimentel, Cristina Sarmento, Paula Correia, Margarida Bessa, Maria José Carmona e especialmente a Glória Meireles, que foram fundamentais na revisão de textos e discussão de conceitos.

E finalmente a todos os amigos que me apoiaram e aturaram durante este longo percurso até à conclusão desta dissertação.

A todos muito obrigado.

ÍNDICE

Resumo	I
Abstract	II
Agradecimentos.....	IV
ÍNDICE	V
Índice de Figuras	VIII
Introdução	1
Parte I Tempo de Praia	3
Capítulo 1. A Descoberta.....	4
1.1. Da “Vilegiatura” Marítima às Férias de Verão.....	5
1.2. O Início do Veraneio na Costa do Sol	10
Capítulo 2. O Corpo.....	16
2.1. As Terapias Marinhas	16
2.2. Descobrindo o Corpo	28
Capítulo 3. O Espaço	31
3.1. A Caminho da Praia.....	31
3.2. A Metamorfose do Litoral	36

Parte II Arquivos da Prática Balnear	42
Capítulo 4. Espaços naturais	44
4.1. As Praias e as Falésias	45
4.2. Um Percorso pelas Praias	49
Capítulo 5. A Margem Construída.....	62
5.1. À Volta da Praia.....	63
5.2. Arquitectura de Veraneio.....	66
Capítulo 6. Objectos de Praia	70
6.1. Vestuário e Adereços de Banho.....	70
6.2. Equipamentos de Praia	74
6.3. Jogos, Brinquedos e Espectáculos	79
6.4. Literatura e Publicidade.....	84
Capítulo 7. Património Intangível.....	86
7.1. Registos Sensoriais	86
7.2. Histórias e Memórias.....	87

Parte III O Museu da Praia	91
Capítulo 8. Paradigmas da Evolução da Instituição Museal.....	92
8.1. O Museu no Tempo	92
8.2. As Propostas da Nova Museologia.....	96
8.3. Alargamento dos Conceitos de Cultura e de Património.....	101
Capítulo 9. O Museu da Praia como Museu Integral.....	104
9.1. Fundamentos para a sua criação	106
9.2. Missão e Funções Museológicas	107
9.3. Organização Funcional e Espacial.....	109
Capítulo 10. Três Propostas Iniciais	113
10.1. A Exposição da Praia	113
10.2. O Módulo Itinerante.....	117
10.3. O pólo da Parede	118
Conclusão	133
Referências Bibliográficas	134

Índice de Figuras

Figura 1.	Tamariz, 1938.	3
Figura 2.	Brighton, final dos anos 1820	5
Figura 3.	Dieppe, 1828, banho de senhoras (à esquerda) e banho de homens (à direita).....	6
Figura 4.	Postal de Santander, início séc XX	7
Figura 5.	Pormenor da capa de guia turístico de Eastbourne, 1937	9
Figura 6.	Desenho de Roque Gameiro, revista “Branco e Negro”, 1897	10
Figura 7.	Casino sobre a praia de Cascais, final do séc. XIX.....	12
Figura 8.	Grupo de praia com o rei D. Carlos, c. 1900	12
Figura 9.	Apeadeiro do Monte Estoril, início do séc. XX.....	13
Figura 10.	A distinção social trazida pelo automóvel, junto às arcadas do Estoril, 1928	14
Figura 11.	Esplanada no Estoril, 1940.....	15
Figura 12.	- Banhista na praia de Algés, 1912	20
Figura 13.	Barraca de banhos de Sol do “Grego”, final séc. XIX.....	21
Figura 14.	Sanatório Marítimo de Carcavelos, c. 1900.....	22
Figura 15.	“Tabuleiro”, c. 1940.....	23
Figura 16.	Sanatório de Sant’Ana, c. 1900.....	23
Figura 17.	Técnica de Rollier	24
Figura 18.	Solário da Pedra Alta, Parede, postal, c. 1940	25
Figura 19.	Solário da Pedra Alta, Parede, c. 1960.....	25
Figura 20.	Termas do Estoril, final século XIX	26

Figura 21.	Nos anos 1930 como Palace Hotel.....	26
Figura 22.	Banhos da Poça, c. 1900	27
Figura 23.	Exibindo o corpo, década de 1920	28
Figura 24.	Grupo na praia, anos 1930	29
Figura 25.	Cais do Sodré, desembarque de passageiros, c. 1899	32
Figura 26.	Vapor “Mirandelle” junto à Torre de Belém, 1905	32
Figura 27.	<i>Omnibus</i> no largo do Município, Lisboa, 1836	33
Figura 28.	Americano, introduzido em 1873.....	34
Figura 29.	Carro eléctrico, a circular pelo aterro a partir de 1901	34
Figura 30.	Comboio a vapor no apeadeiro de Algés, 1890	35
Figura 31.	Parque Estoril, 1914.....	38
Figura 32.	Avenida Marginal Lisboa-Cascais, c. 1940	40
Figura 33.	Auto Estrada para Cascais (viaduto Duarte Pacheco), 1966.....	41
Figura 34.	Banhistas dentro de água, Praia da Ribeira, Cascais, c. 1900.....	42
Figura 35.	Rio Tejo visto da chamada praia dos Algarves.....	47
Figura 36.	Boca do Inferno.....	48
Figura 37.	Praia da Torre, 1876, gravura de Pedrozo, desenho de Emílio Pimentel.....	50
Figura 38.	Caminho-de-ferro junto ao Monte Estoril, c. 1900	63
Figura 39.	Esplanada no Tamariz, c. 1940	65
Figura 40.	Palácio do Conde de Castro Guimarães, Cascais.....	67
Figura 41.	Chalet Silva Leitão, início do séc. XX.....	68

Figura 42.	Grupo debaixo de toldo na praia dos pescadores, 1906.....	70
Figura 43.	Praia de Carcavelos, 1940.....	73
Figura 44.	Banheiro na praia da Ribeira, Cascais, 1900.....	75
Figura 45.	Barracas de banho, Cascais, finais séc. XIX.....	78
Figura 46.	Jangada ao largo de Cascais.....	79
Figura 47.	Concurso de construções na areia, Tamariz1937.....	83
Figura 48.	Naufrágio ao largo de Cascais.....	88
Figura 49.	O mar galgando as rochas.....	90
Figura 50.	Logótipo do Museu da Praia.....	91
Figura 51.	Garagem Santos Jorge, início do séc. XX.....	109
Figura 52.	Exposição em "outdoor" junto à Marginal.....	113
Figura 53.	Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal.....	115
Figura 54.	Brinquedos de praia, Museu do Brinquedo, Sintra.....	116
Figura 55.	Fatos de banho de banho do início do séc. XX.....	116
Figura 56.	Barraca de banhos, séc. XIX, no Museu do Mar, Cascais.....	116
Figura 57.	Barraca modelo para o Módulo Itinerante.....	117
Figura 58.	Edifício junto à praia da Parede, sob a Av. Marginal, em 1940 e na actualidade.....	120
Figura 59.	Edições da Junta de Freguesia da Parede.....	121
Figura 60.	Uma primeira escada de acesso à praia, final do séc. XIX.....	122
Figura 61.	as primeira rampas para a praia, início do séc. XX.....	122
Figura 62.	O solário da Pedra Alta, antes da construção da Av. Marginal, anos 1930.....	123

Figura 63.	Praia da Parede no final do século XX, antes das últimas obras.....	123
Figura 64.	Carta Antiga da Parede, 1840	124
Figura 65.	Cartas de 1912 e 1935	124
Figura 66.	Carta da Parede, 1943	124
Figura 67.	As crianças da Colónia Balnear Infantil d' "O Século" na estação da Parede.....	125
Figura 68.	Sanatório de Santana, 2007	125
Figura 69.	Tabuleiro na Praia do Sanatório, 1936.....	126
Figura 70.	Helioterapia no "bico dos faquires", frente ao Solário da Pedra Alta	126
Figura 71.	Rádio Club Português, s.d.....	127
Figura 72.	Placa de homenagem a um banheiro na Praia da Parede	128
Figura 73.	Ruína da piscina "natural" das Avencas, 2008.....	129
Figura 74.	Vestígios do passeio marítimo entre as praias das Avencas e da Parede, 2008....	129
Figura 75.	Restaurante " O Sargo", 2010	130
Figura 76.	"Osga", pino adquirido na Junta de Freguesia	130
Figura 77.	"charuto" desenho de Estêvão Carrasco.....	131
Figura 78.	"Charutos" na praia da Parede, 1940.....	131
Figura 79.	Antigo bar da Cruz d'El Rei, 2009	131
Figura 80.	Zona intercotidal rochosa, classificada de Interesse Biofísico das Avencas,	132

Introdução

Os banhos de mar são hoje uma prática comum, associada a um tempo de férias passado num espaço único: a praia, local lúdico por excelência. Esta prática, agora tão popular, iniciou-se há pouco menos de dois séculos, mas a sua enorme importância ficou bem patente nas mudanças irreversíveis que operou no território a oeste de Lisboa.

Em meados de oitocentos os banhos de mar entraram nos hábitos e costumes das populações ribeirinhas, modificando as mentalidades e promovendo o desenvolvimento de todo o litoral.

Poderá a prática balnear ser entendida como um “bem” de interesse cultural?

Existe um património relacionado com os banhos de mar?

Em torno destas questões investigou-se a prática balnear marítima, o uso lúdico da praia e os seus efeitos no território, partindo-se da convicção de que este tema é especialmente relevante na história dos tempos livres e nas transformações urbanas que se verificaram nesta zona.

Ao longo da investigação efectuada, verificou-se existirem estudos históricos, sociológicos e arquitectónicos sobre o tema do veraneio marítimo. Contudo, esta dissertação aborda o lazer balnear, numa perspectiva integradora de todas as actividades relacionadas com os banhos de mar, como um conjunto de práticas culturais, reunidas com objectivos museológicos.

A designação "Costa do Sol" surgiu da necessidade de qualificar este litoral para o turismo. Consagrada no Plano de Urbanização da Costa do Sol como a “sala de visitas” de Lisboa, classificada na categoria 1 – Regiões Residenciais e Turísticas, os seus limites foram definidos a Norte por uma linha paralela a 100 metros do eixo da auto-estrada (na altura ainda em projecto), a Sul pelo Tejo e o mar; a Este pelo limite de Lisboa e a Oeste pelo Atlântico, na zona do Guincho.

O enquadramento espacial do presente estudo é o referido e o intervalo temporal compreendido entre o início das práticas balneares e o ano de 1960.

Na primeira parte, é abordada a génese do veraneio marítimo, que de prática medicinal passou a moda de elites, da nobreza, da aristocracia e de uma burguesia em busca de promoção social. A partir do início do século XX e até à institucionalização das férias de Verão, os banhos de mar

tornaram-se gradualmente um hábito popular, com crescente divulgação das práticas balneares marítimas.

De actividade terapêutica a lúdica e desportiva, a prática balnear iniciou o culto do corpo, que passou a estar em destaque, revolucionando a sua percepção em público. Um testemunho desta transformação é o fato de banho feminino, que vai descobrindo o corpo, alterando os conceitos e a moral e permitindo nas praias uma socialização que foi dissolvendo os preconceitos.

A procura da beira-mar por um crescente número de pessoas, obrigou à criação de infra-estruturas de transportes, inicialmente marítimo, depois ferroviário e finalmente rodoviário, acompanhando a disponibilidade económica da população. O litoral foi gradualmente humanizado. Surgiram apoios de praia, percursos e acessos, equipamentos e hotéis e o território da Costa do Sol foi-se gradualmente transformando.

Na segunda parte, procuram-se identificar os elementos naturais, os construídos e as memórias que testemunham a prática balnear: praias, paisagens, acessos ao mar, pontões, piscinas naturais, apoios de praia, balneários, bares e restaurantes, mobiliário de praia, equipamento de banho, vestuário e adereços, objectos terapêuticos, brinquedos, literatura, publicidade e histórias, documentos a classificar como património da cultura balnear.

A terceira parte, é a formulação de um projecto de museu, o Museu da Praia, contextualizado nas teorias museológicas. São delineados conceitos para a sua organização funcional e espacial, e sugeridas formas de integração institucional. Por último, são apresentadas três propostas estratégicas para lançar a ideia do museu: instituição integrada no território que é o seu objecto de estudo e participada interactivamente pela população. Trata-se, no fundo, da concepção de um museu dinâmico e em permanente evolução.



Figura 1. Tamariz, 1938.
Colecção de Roger Kahan

Parte I
Tempo de Praia

Capítulo 1.

A Descoberta

A palavra praia desperta em nós uma sensação de bem-estar, um espaço de evasão onde o tempo se dilata. O corpo, estirado na areia macia, parece derreter-se ao Sol escaldante, embalado pelo murmurar das ondas. O espírito, embebido no azul intenso do céu e do mar, liberta-se e sonha. A praia é esse território único, local de fusão com os elementos naturais, a água, a terra, o ar e o fogo, onde nos sentimos renascer em cada mergulho na água salgada, viva e estimulante.

Não existem registos muito antigos dos banhos de mar. Assim, será difícil estabelecer com precisão quando começou esta relação entre o homem e esses lugares “paradisiacos”. É no entanto possível imaginar que num país finisterra, como Portugal, as populações ribeirinhas os utilizassem para se banharem, em tempos de lazer, ou até em algumas festividades religiosas.

É interessante lembrar que, na primeira estrofe dos *Lusíadas*, o território português é identificado como “*a ocidental praia lusitana*”¹, o país “*onde a terra se acaba e o mar começa*”². Mais adiante, no Canto IX, Camões descreve o encontro dos marinheiros com as ninfas numa “ilha das delícias”, onde cenas eróticas se desenrolam em praias de “branca areia”. É curioso verificar que, esse cenário idílico, imaginado no séc. XVI, já associa a experiência da praia, ao lazer e ao deleite.

Desde a antiguidade clássica que o Mar está ligado à origem do desejo, pois Afrodite, a deusa do Amor e da Sedução na mitologia grega, nasceu da espuma das ondas, no local onde tinham caído o sangue e os órgãos genitais de Urano³.

Contudo, a relação que durante séculos se estabeleceu com o mar foi, pelo contrário, de medo e de repulsa⁴. Esta visão aterradora dos oceanos só será ultrapassada em meados do século XVIII, com o despontar do conhecimento científico. Os primeiros registos documentados das práticas

¹ Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, estância I, edição Mendes dos Remédios, Coimbra, Imprensa Internacional Editora, “Subsídios para o estudo da História e Literatura Portuguesa”, volume III, 1924, p.3. Terá sido o bispo D. Garcia de Menezes o primeiro a referir-se assim a Portugal num discurso que pronunciou em Roma em 1481.

² Camões, *Os Lusíadas*, Canto III, estância XX, idem, p.80.

³ Divindade da mitologia helénica, assimilada pelos romanos cerca do séc. II a.C., com o nome de Vénus, deusa do Amor e da Beleza, que despertava nos humanos o desejo erótico.

⁴ Alain Corbin, *O território do vazio, A praia e o imaginário Ocidental*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 11.

balneares marítimas ficaram a dever-se a estudos médicos sobre os benefícios terapêuticos dos banhos de mar e do ambiente marinho.

1.1. Da “Vilegiatura” Marítima às Férias de Verão

É em Inglaterra, em meados do séc. XVIII, que se assiste ao nascer do desejo dos banhos de mar, acrescentando à prescrição terapêutica o puro prazer da imersão do corpo na água e do lazer permitido à beira-mar. A partir do final desse século, o romantismo vem exaltar o fascínio pelo mundo natural. Ao mesmo tempo que se impõe uma visão mais científica sobre o mundo, compreendendo-se as suas leis, o mar deixa de ser “*o recipiente abissal dos restos do dilúvio*”⁵. para se tornar um território recomendado para, em fusão com os elementos primordiais, tratar da saúde em harmonia com a natureza.

É através da divulgação de estudos científicos sobre o benefício dos banhos de mar, que ainda no final desse século⁶, se inicia a prática balnear marítima de forma mais consistente, associando-se desde logo as práticas terapêuticas com actividades lúdicas e festivas, ligadas à vilegiatura marítima⁷.

Esta nova prática teve origem na cidade inglesa de Brighton (fig. 2), com a instalação da primeira estância termal para vilegiatura marítima. Entre 1783 e 1792, surgem no norte de França (Boulogne) e da Bélgica (Ostende), os primeiros estabelecimentos de banhos, ainda precários e essencialmente destinados a uma clientela inglesa.



Figura 2. Brighton, final dos anos 1820
Vista do Chain pier, gravura anónima, Biblioteca Nacional de Paris

⁵ Alain Corbin, *O território do vazio...* ob. cit. , p. 11.

⁶ Entre outros autores, Floyer, 1701, Richard Russel, 1769, James Currier, 1829.

⁷ Prática de veraneio de origem romana, que resulta da necessidade de passar um tempo fora da própria casa, para recreio, repouso ou tratamento, em virtude de uma vida urbana agitada, quando os “importantes” do império mandavam construir, no campo ou no litoral, as suas “vilas”. Após a queda do império romano esse hábito desaparece, renascendo apenas com o início de uma economia capitalista onde as elites, seguindo o exemplo da nobreza, constroem apenas para o seu lazer belos edifícios, que são hoje um riquíssimo património arquitectónico.

As imposições terapêuticas do médico e o “sacrifício” da cura, rapidamente são transformados, pela nobreza e elite britânicas, no prazer da vilegiatura, e o modelo inglês das estâncias balneares é reproduzido no resto da Europa. Estas estâncias surgem em locais de veraneio, num cenário de natureza favorecido e destinadas exclusivamente a uma elite privilegiada.

A associação da medicina com o turismo faz surgir estâncias de cura luxuosas, instaladas em hotéis que possuem, para além dos estabelecimentos de banhos, livrarias/salas de leitura, restaurantes e casinos. Organizam-se passeios a pé e excursões, passeios de barco, bailes e todo um conjunto de actividades lúdicas para entretenimento dos seus clientes.

Estes cenários, concebidos para uma elite, oferecem uma grande diversidade de fontes de prazer e conferem uma aura de distinção a quem os frequenta. O ambiente requintado, mas simultaneamente agradável e descontraído, favorece também o desenvolvimento das práticas de exibição pessoal e será rapidamente copiado e adoptado por uma burguesia em ascensão.

No entanto, é o facto de a nobreza, designadamente a corte francesa, aderir ao hábito da vilegiatura marítima, que vem dar grande destaque a essa prática. É no Verão de 1824, em Dieppe (fig. 3), no norte de França, que ao meio dia preciso, ocorre a “inauguração da praia”, protagonizada pela duquesa de Berry⁸, acompanhada nesse banho inaugural, pelo inspector médico, trajado a rigor de casaca preta e luvas brancas, enquanto repicavam os sinos e se ouviam salvas de canhões⁹.

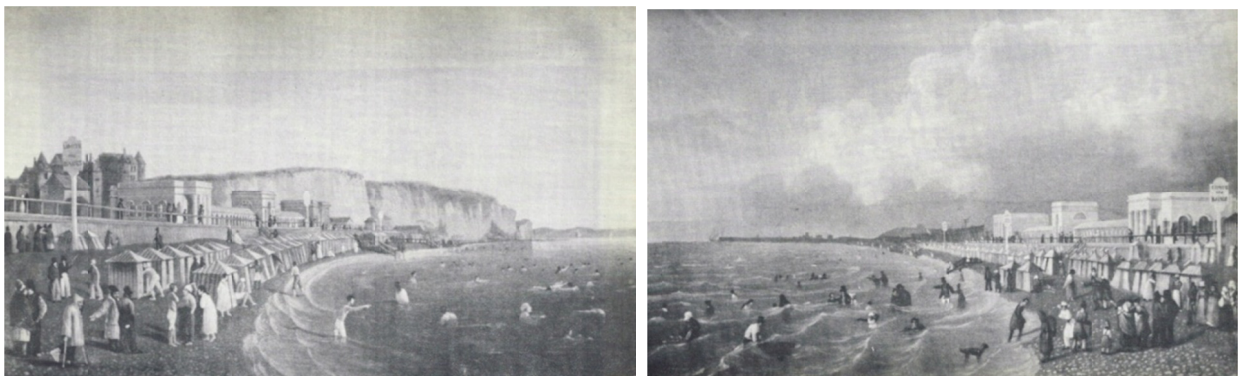


Figura 3. Dieppe, 1828, banho de senhoras (à esquerda) e banho de homens (à direita)
Pinturas de Louis Garneray, *Voyage pittoresque e maritime sur les côtes de France*, Paris, Biblioteca Nacional de Paris.

⁸ Marie Caroline Ferdinande Louise, Duquesa de Berry, 1798-1870.

⁹ Segundo descrição de um autor anónimo, *Sociedade de Propaganda de Portugal*, 1918.

Este modelo de veraneio será seguido um pouco por toda a Europa, incluindo Portugal. Em França, em 1854, a Imperatriz Eugénia (esposa de Napoleão III) constrói um palácio na praia de Biarritz (Hotel du Palais). Também a família Real inglesa passa temporadas nessa praia, onde desde o séc. XVIII os médicos recomendam os banhos de mar pelas suas propriedades terapêuticas.

No norte de Espanha, em Santander (fig. 4), a primeira temporada de banhos é anunciada na imprensa em 1856, no jornal “El Sardinero”. Em 1913, Afonso XIII constrói aí o Palácio de la Magdalena, dando início ao desenvolvimento dessa cidade, nomeadamente com a criação de grandes balneários semelhantes aos de Biarritz.



Figura 4. Postal de Santander, início séc XX
fonte: <http://www.google.pt/images=Santander+Sardinero>

Na segunda metade do século XIX surge, sobretudo em França, uma grande quantidade de cidades termais, cujas características se mantêm inalteradas até ao início da Primeira Guerra Mundial, atraindo cada vez mais um maior número de clientes.

A divulgação e a grande atracção que exercem a prática do veraneio marítimo vão gradualmente alterar a ocupação dos tempos livres das populações, introduzindo importantes alterações nos seus hábitos de lazer. No final do século XIX as férias escolares libertam-se do calendário

religioso e rural, passando a ter como único objectivo dar tempo livre aos alunos. Os benefícios do mar na saúde das crianças abriram um novo capítulo na prevenção médica e essa prática foi integrada nos tempos de lazer familiar. A praia constituiu-se como um espaço de novos comportamentos sociais, onde as famílias vão ter um papel integrador determinante.

No início do uso da praia, esse território tinha características de um espaço fora das convenções, permitindo uma liberdade de costumes que contribuíram para um convívio, ou pelo menos uma grande proximidade, entre pessoas de diferentes extractos sociais e culturais, promovendo a anulação de algumas barreiras até aí mantidas. Veio também dar um grande protagonismo ao papel da mulher, num território onde lhe eram tolerados comportamentos mais livres do que os usuais, na sociedade conservadora em que vivia.

A importância que o veraneio marítimo vai adquirindo, com a democratização das práticas balneares marítimas, ficou patente nas intervenções que os poderes públicos foram, lentamente, fazendo nos espaços da praia, de forma a satisfazer as exigências de segurança, higiene e conforto dos banhistas. Se as praias eram tradicionalmente espaço para a faina da pesca, estaleiro e barracas para guardar aprestos de barcos, ou mesmo território privilegiado de práticas de contrabando, elas vão ser, ao longo do século XIX, invadidas por novos utilizadores que reclamam esse espaço para a prática dos banhos de mar.

Se as transformações socioeconómicas e políticas foram importantes no desenvolvimento das estâncias balneares, a evolução dos meios de transporte teve um papel determinante na sua história. Antes do grande desenvolvimento trazido pelo automóvel, foi a construção de vias ferroviárias que veio revolucionar e democratizar a prática balnear marítima em toda a Europa, desenvolvendo de forma decisiva os locais de veraneio. O comboio veio determinar, em muitos casos, um novo arranjo urbanístico, com o edifício da estação, moldando a lógica do desenvolvimento urbano do litoral.

A grande difusão e o início da massificação da prática balnear ocorre só em meados do século XX, coincidindo com a institucionalização de um período de férias pagas, e com a introdução da

semana-inglesa¹⁰, o que veio permitir a um grande número de pessoas, dispor de tempo e meios para essa prática que até aí lhe estava interdita.

“(...) o «tempo de férias» tem as suas raízes num passado distante. Combina viagem e vilegiatura. É (...) herdeiro do desejo de mudar de lugar suscitado (...) pela melancolia e pelo spleen”. (...) é o (período) da brusca transformação do viajante em turista. As férias delinearam um novo tempo social. O tempo de férias (...) tornou-se o da felicidade esperada (...) alcançada (...) quer-se liberto de limitações (...) sanciona o desejo de disponibilidade, permite a atenção ao eu, a experiência do eu, até a revelação do eu. O tempo de férias foi-se tornando (...) um elemento determinante da construção das identidades. E por isso situa-se no centro da história social”¹¹.



Figura 5. Pormenor da capa de guia turístico de Eastbourne, 1937
Borough and Eastbourne Tourism, Leisure and Amenities, Official Handbook

A consolidação da praia como destino de férias (fig. 5) entra definitivamente nos hábitos dos europeus nas décadas de 1920 a 1940. A corrida massificada às praias conhece ainda um novo impulso no pós-guerra, fruto de maior desafogo económico. Hoje, a prática balnear marítima, continua a ser uma das formas de lazer mais generalizada e comum, objecto de grande promoção turística, contribuindo para o desenvolvimento económico global, e atraindo sempre um número crescente de adeptos da praia.

¹⁰ A tarde de sábado e o dia de domingo livres. Em 1964 a introdução da semana-inglesa no município de Cascais foi tema de controvérsia, que durou todo esse Verão, em artigos de opinião no “Jornal da Costa do Sol”.

¹¹ Alain Corbin, *A História dos Tempos Livres, O advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, preâmbulo ao capítulo III, p.92.

1.2. O Início do Veraneio na Costa do Sol

As primeiras notícias de “banhos de mar” na região de Lisboa referem-se aos que se tomavam em barcas, fundeadas no rio Tejo. As praias mais frequentadas eram as de Santa Apolónia e Junqueira. Por ser tão grande o número de populares que as procurava, dizia-se que “*estão como sardinha em tigela*”¹². O seu uso balnear é referido desde o início do séc. XVIII, sobretudo na literatura de cordel. O Terreiro do Paço, a praia de Santos e a Rocha do Conde d’Óbidos possuíam nessa época estabelecimentos destinados aos banhistas. Alcântara era também procurada para a prática dos banhos de mar, mas são as praias da Torre (Belém), de Pedrouços (fig. 6) e de Ribamar (Algés) as promotoras da vilegiatura marítima no litoral que se viria a chamar Costa do Sol.



Figura 6. Desenho de Roque Gameiro, revista “Branco e Negro”, 1897
in Lisboa Desaparecida, Volume 5, pp. 90-91, Marina Tavares Dias & Quimera Editores, Coimbra, 1996

¹² Manuel Rodrigues Maia, *Banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia*, Lisboa, Oficina. de Simão Tadeu Ferreira, 1786, p.9.

Em finais do século XVIII, início do século XIX, os banhos de mar tinham já alguns adeptos entre os religiosos e a nobreza, que se deslocavam para as quintas e palácios que a aristocracia foi construindo na margem direita do Tejo até Cascais. Estas propriedades seguem ainda a tradição da vilegiatura romana onde, nos arredores das grandes cidades, as elites construíam as suas quintas de “fresco”, as *vilas*, que associavam à produção agrícola a função de espaços de lazer. No âmbito deste trabalho são de assinalar a quinta do marquês de Pombal, em Oeiras e a Real Quinta de Caxias, ambas do século XVIII.

Em Algés, Dafundo e Cruz Quebrada, existiam quintas de recreio onde veraneavam famílias distintas que recebiam ilustres convidados, aristocratas e intelectuais. Almeida Garrett, Bulhão Pato, Thomaz de Mello Breyner, descrevem nas suas obras o veraneio balnear nesta costa norte do rio Tejo, por onde passava toda a “sociedade elegante” e as praias eram frequentadas pela “melhor gente”, entre a nobreza e a elite intelectual da época.

“Nas praias tudo era franco e em tudo havia um travo de satisfação íntima no aproveitar aquelas horas esparecidas, a coisa mais simples se convertia numa festa: um hóspede imprevisto, a merenda (a merenda!) sob o frondeado arvoredado da quinta do Duque, ou na praia, com a caldeirada e o bailarico.”¹³

A melhor sociedade portuguesa também frequentava estâncias balneares no estrangeiro, designadamente em Dieppe e Boulogne-sur-mer, onde convivia com a nobreza europeia. Este contacto contribuiu para introduzir, em Portugal, as mais recentes modas da prática balnear e codificar o seu uso civilizacional. A vilegiatura balnear era então apanágio de uma elite restrita.

Porém é só a partir de 1871, quando D. Luís, depois de passar o Verão em Sintra, decide instalar-se na casa do Governador Civil de Cascais, para passar uma temporada a banhos de mar, que se assiste verdadeiramente à “inauguração oficial” da prática balnear em Portugal, concretamente na Costa do Sol.

Em 1873 inicia-se em Cascais a construção do casino, elemento fundamental para a afirmação da vila como estância de veraneio “civilizada”. Este casino era uma construção com um ar

¹³ Raimundo António de Bulhão Pato, *Memórias*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1894-1907, Tomo III, p.358.

provisório, um “barracão”, mas tinha como grande atractivo um terraço sobre a praia e o mar, coberto por um toldo (fig. 7).



Figura 7. Casino sobre a praia de Cascais, final do séc. XIX
Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHM-AESP-CMBP-179

A presença da corte e da aristocracia em vilegiatura em Cascais (fig. 8), hábito que é mantido durante todo o reinado de D. Carlos, vai promover esta pequena vila de pescadores a estância balnear, e obrigar as autoridades locais a desenvolver o aglomerado urbano, construindo infra-estruturas e equipamentos, melhorando os espaços públicos.



Figura 8. Grupo de praia com o rei D. Carlos, c. 1900
Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais, Negativo 1005.MCCG

A construção da linha de caminho-de-ferro (fig. 9), explorada pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e inaugurada em 1889 entre Pedrouços e Cascais, proporcionou uma alteração profunda na Costa do Sol e promoveu a corrida turística às praias da linha, conferindo-lhe uma situação privilegiada como destino de veraneio na região de Lisboa.

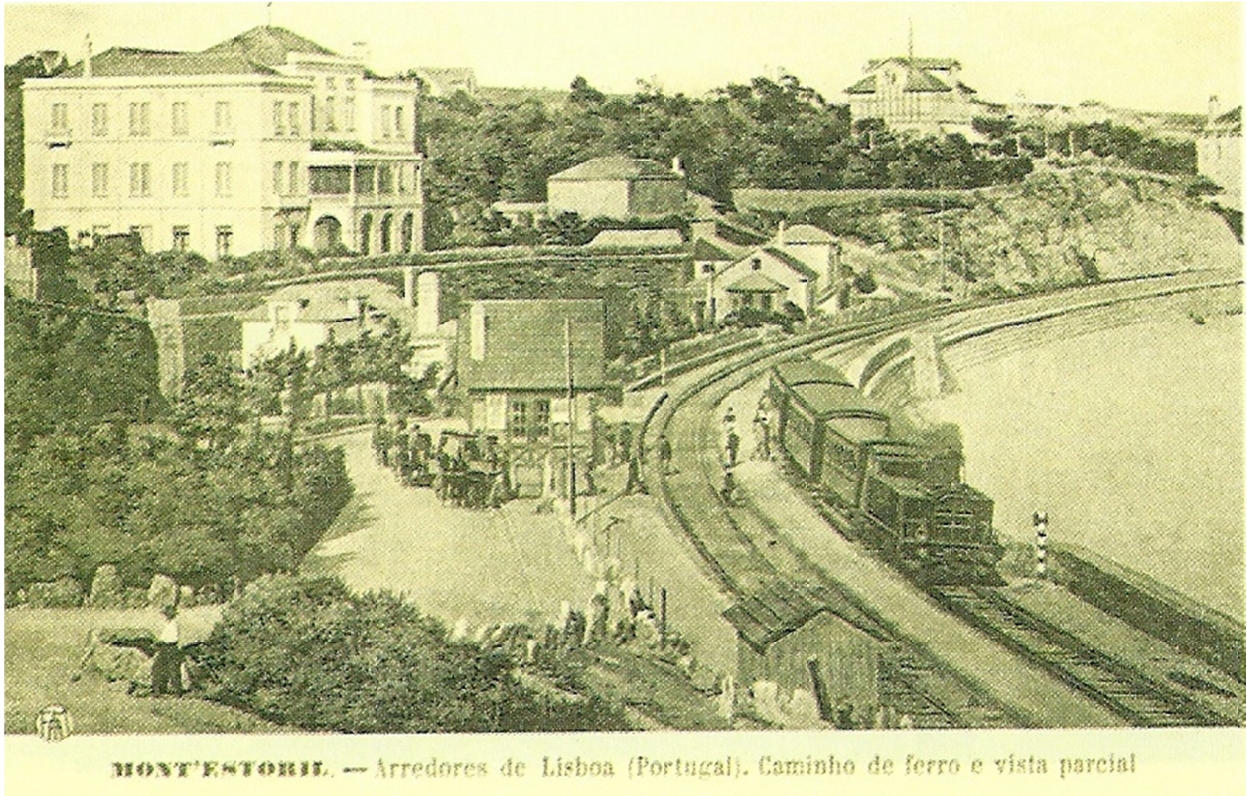


Figura 9. Apeadeiro do Monte Estoril, início do séc. XX
Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHMC-AESP-CMBP-213

“A meia hora de Lisboa, por um caminho de ferro de luxo, na margem do Tejo, Estoril-les-Bains com o seu grande estabelecimento de banhos, com o seu casino, com as suas salas de ópera e de concertos, com as suas roletas, com os seus pavilhões enigmáticos, com os seus cottages misteriosos, e com os seus camarões em gabinete reservado, é um imprescindível complemento da civilização que felizmente desfrutamos”¹⁴.

No final do século XIX estavam lançadas as bases para o desenvolvimento da Costa do Sol como local de veraneio marítimo de excepção, o que permitiu transformar toda esta região num destino turístico balnear da maior importância nacional.

¹⁴ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, citado por Maria da Graça Gonzales Briz, *A Vilegiatura balnear marítima em Portugal, 1870-1970*, Sociedade, Arquitectura e Urbanismo, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp.275 a 337.

No início do século XX assiste-se ao surgimento dos primeiros planos urbanísticos destinados ao aproveitamento turístico da região. Deste novo olhar sobre as potencialidades da Costa do Sol, destaca-se o plano de urbanização do “Parque Estoril”, que abandona o modelo das estâncias balneares com referências inglesas para seguir um modelo francês, com “*valores de simetria e grandiosidade que constroem a monumentalidade pretendida, numa afirmação de espaço erudito em relação à paisagem*”¹⁵, criando, com as suas zonas verdes muito bem cuidadas, um espaço de representação que seguia os padrões da grande vilegiatura internacional, espaço que rapidamente foi apropriado pelas elites nacionais (fig. 10).



Figura 10. A distinção social trazida pelo automóvel, junto às arcadas do Estoril, 1928
Arquivo Municipal de Lisboa, Ferreira da Cunha, PT/AMLSB/AF/EFC/002066

A partir do verão de 1940, a praia do Estoril começa a receber refugiados, sobretudo gente de alto nível social, que vieram trazer a esta praia novos hábitos e comportamentos. Em 11 de Setembro de 1942, o *Diário de Notícias* assinalou a nova moda dos fatos de banho claros,

¹⁵ Raquel Henriques da Silva, "Estoril, Estação Marítima, Termal e Sportiva- As etapas de um Projecto", *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município*, C.M.C., nº 10, 1991, pp.172-179.

trazida pelas estrangeiras às praias (fig. 11), e rejubilava-se com o facto de Portugal se ter tornado “a praia mais ocidental da Europa, onde se falam agora todas as línguas e se encontram mulheres de todos os tipos de beleza”¹⁶.



Figura 11. Esplanada no Estoril, 1940
in Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial, Irene Flunser Pimentel, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006

A moda do veraneio marítimo, integra-se nos hábitos de lazer da população e vai conhecer, durante todo o século XX, uma crescente adesão. A prática balnear marítima provocou uma enorme atracção populacional para esta zona litoral, primeiro sazonal, depois residencial, o que está na origem do crescimento e desenvolvimento urbano de toda a linha de Cascais, e moldou indelevelmente todo este território.

¹⁶ Irene Flunser Pimentel, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006, pp. 171-172.

Capítulo 2.

O Corpo

A prática balnear, que se inicia por motivos terapêuticos e foi objecto de inúmeros estudos científicos, rapidamente se transformou em puro prazer hedonista. A visibilidade que se deu ao corpo, no contexto social da praia, foi determinante na definição de um novo individualismo. No final do século XIX, mas sobretudo na primeira metade do século XX, o corpo vai sendo gradualmente mais exposto, à medida que os fatos de banho diminuem. Esta exposição impõe novas normas de pudor, mais livres, mas que inicialmente eram apenas toleradas no espaço limitado da praia.

2.1. As Terapias Marinhas

“A prática social do veraneio no litoral pela elite aristocrática que até ao século XIX gozava os seus tempos de ócio na “estação calma” nas suas quintas no Ribatejo, nas da região de Oeiras, ou nas estâncias termais, nasce de um projecto terapêutico em que à água do mar são atribuídas propriedades preventivas e curativas para um catálogo interminável de doenças psíquicas e físicas, numa época em que a saúde é valorizada social e politicamente.”¹⁷

As primeiras referências sobre os efeitos terapêuticos marinhos têm origem na China e datam de há mais de seis mil anos. Falam-nos da produção de medicamentos a partir de algas vermelhas retiradas do mar. Na Antiguidade Clássica, gregos e romanos conheciam os benefícios da água salgada do mar. Eurípedes afirmava que “o mar cura as doenças do homem” e Hipócrates, poucos séculos mais tarde, prescrevia o seu uso, interno e externo. Platão terá sido tratado por sacerdotes egípcios através de banhos quentes de água do mar.

O estudo das ciências médicas, iniciado por Hipócrates, o “pai da medicina”, e continuado quatrocentos anos depois por Galeno, pouco evoluiu nos séculos seguintes. Contudo, durante a Idade Média, sobretudo nos países do Mediterrâneo, os banhos de mar continuam a ser recomendados e usados para fins medicinais. Mas é só no final do século XVII que surge o

¹⁷ Maria Luísa M. Afonso Martins, *A vilegiatura marítima no século XIX, de Belém a Cascais*, Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa, 1996, p.33.

primeiro estudo sobre as terapias marítimas, da responsabilidade de Floyer, que publica uma tese em 1697 intitulada “*Digressão sobre o bom uso dos banhos de mar quentes e frios em Inglaterra*”.

Em meados do século XVIII, o Doutor Richard Russel apresenta a primeira obra médica sobre os benefícios da água do mar, quer utilizada para uso externo, imersão, quer para uso interno, ingestão, recomendada, por exemplo, contra perturbações alimentares. É da conjugação de três factores que depende a boa aplicação da terapia marinha: as características da água do mar, a atmosfera marítima e as condições climatéricas e topográficas da praia. Em 1778, surge em Dieppe, o primeiro instituto dedicado exclusivamente a tratamentos balneares marítimos e, em 1791, o Doutor John Lathan funda o primeiro hospital marinho, especialmente vocacionado para o tratamento de reumatismo, anemia e algumas doenças infecciosas.

Para além do Doutor Richard Russell, que publicou um livro sobre os benefícios dos banhos de mar em 1750 e fundou as primeiras estâncias balneares em Brighton, outros médicos dedicaram-se a este assunto, designadamente em França, o Doutor Maret (1766) e mais tarde o Doutor Le Couer (1846).

Deve-se ao Dr. Bonnardiere, em meados do século XIX, a criação do termo talassoterapia, do grego “cura através do mar”, designando com ele a utilização das propriedades marinhas com fins terapêuticos. Esta cura incluía, para além da utilização das propriedades físicas e químicas da água do mar, a areia, as algas e o ar marítimo.

No entanto, é só no início do século XX que o biólogo francês René Quinton estabelece os critérios científicos das terapias marinhas, com a publicação, em 1904, de “*A água do mar, meio orgânico*”, na sequência das práticas medicinais já bastante difundidas no final do século anterior, utilizando as características marítimas do ar para o tratamento da tuberculose óssea e da água, para imersão do corpo na recuperação motora pós traumática.

Em Portugal é Ribeiro Sanches, com a publicação do “*Tratado da conservação da saúde dos povos*” (1756) quem primeiro vem alertar para os problemas da higiene e da conservação da saúde, que esteve na origem da criação, em 1813, da Junta de Saúde, que tem um papel importante na legislação e edição de livros dedicados à medicina no nosso país.

É, em 1814, que Francisco Mello Franco, no seu livro “*Elementos de Hygiene*”, faz as primeiras referências aos benefícios dos banhos de mar, com indicações terapêuticas sobre os banhos quentes, mornos e frios.

Alguns anos depois, em 1820, surge em Portugal uma obra exclusivamente dedicada aos banhos de mar, intitulada “*Aviso acerca dos banhos de mar ou Direcção precisa às pessoas que houverem de fazer uso deles*”, de um autor que se identifica apenas com treze iniciais: M. J. M. C. L. S. C. I. V. A. R. S. L., editado na Régia Typografia Silvana, onde transcreve alguns capítulos dos “Elementos de Hygiene” de Mello Franco.

O autor recomenda que os banhos de mar sejam tomados entre 15 de Julho e 15 de Outubro, e prescreve descanso, oito dias antes dos banhos e dieta durante a sua toma, aconselhando a moderação na ingestão, tanto de bebidas como de comidas.

Em cada dia não deveriam ser tomados mais que dois banhos (para os mais débeis apenas um, logo pela manhã), e no total vinte, aconselhando o acompanhamento médico durante a estadia na praia para verificar os efeitos sobre o organismo.

Em 1849 o Doutor Manoel Joaquim Moreira Coutinho publica, no “Jornal da Sociedade de Ciências Médicas” um artigo sobre os benefícios dos banhos de mar, mas considerando que têm os mesmos efeitos terapêuticos que qualquer banho frio, desvalorizando as qualidades salinas do mar, e com a vantagem de poderem ser tomados em rios ou tanques, sendo nestes casos muito mais económicos, não obrigando à deslocação dos doentes para o litoral. Nesse artigo o autor refere que, nessa época, os banhos de mar são muito populares, ao ponto de “o povo os considera já como um tratamento específico geral de toda e qualquer moléstia crónica”.

Um edital do Conselho de Saúde Pública do Reino, de 1856, em virtude da epidemia de *cholera morbus*, refere que “muitas pessoas costumam fazer, por mera recreação, usos de banho de mar” desaconselhando essa prática sem consulta médica. Isto indica que em meados do séc. XIX, já se verificava uma alteração nas práticas balneares marítimas, deixando estas de ser exclusivamente terapêuticas para passarem a puramente hedonistas. Alain Corbin (1989) refere que esta evolução foi comum em toda a Europa nesse século.

É também neste século que surgem os primeiros guias para banhistas, com indicações para banhos de mar terapêuticos. Ramalho Ortigão publica em 1876 “*As praias de Portugal, guia do*

banhista e do viajante” onde, para além da descrição das praias de banhos em uso na época, inclui alguns capítulos com informação sobre “*o tratamento marítimo; precauções higiénicas e reconstituição dos temperamentos e dos caracteres pelo banho frio; conselhos às mães*”. Socorrendo-se do dicionário francês de Hidrologia Médica, o autor indica o tratamento marítimo nas praias sustentado em três aspectos: a atmosfera marítima, a água do mar para uso interno e o banho de mar.

- As qualidades da atmosfera marítima, a sua densidade e características químicas, são promotoras do aumento do apetite, da regularidade e velocidade da digestão, para além de estimularem a respiração e o sistema nervoso, pelo que são recomendadas tanto a pessoas fracas, apáticas e de constituição linfática, como para o tratamento de doenças nervosas e inflamatórias. Estas características do ar junto ao mar são especialmente salutares para crianças com crescimento demorado ou em convalescença difícil. Contudo são assinalados os possíveis efeitos secundários da excitação, manifestações linfáticas e escrofulosas e as contra indicações para determinadas doenças como a tísica do pulmão.

- A água do mar para uso interno (bebida), é descrita como a que possui a maior mineralização das águas minerais, a mais rica em cloreto de sódio. Estava indicada como medicamento alterante e laxativo, sendo recomendada para crianças atacadas de vermes. As suas propriedades medicinais recomendavam-na para doentes linfáticos e escrofulosos. Ainda segundo a Hidrologia Médica a introdução de ácido carbónico na água facilitava o seu uso. A água do mar era, ainda, recomendada na higiene íntima das senhoras, por ser curativa nas enfermidades uterinas.

- O banho de imersão na água do mar tinha duas funções: fitoterapêutica e medicamentosa, dependendo da temperatura e da duração do banho. Era indicado para todos os estados patológicos ligados à debilidade do sangue, ao enfraquecimento orgânico e à depressão do sistema nervoso, sendo por isso recomendado especialmente na infância, e para o sexo feminino.

A acção fisiológica da água do mar sobre o organismo, dada a sua temperatura, a sua composição química e a pressão que exerce sobre a pele durante a imersão, era a razão apontada pelos especialistas para que fosse indicada para robustecer uma população urbana pouco saudável. Ramalho Ortigão (1876) indica ainda a questão higiénica como um dos factores benéficos dos banhos de mar.

“O que experimenta o corpo ao contacto com a água do mar:

Primeiro uma contenção puramente física, devida à diferença de temperatura entre o corpo e água. Ao emergir um corpo (37°) na água do mar (22°) esse corpo perderá parte do seu calor e contrai-se. Esta é a primeira lei que experimentamos em contacto com a água. Contraindo-se o envoltório cutâneo.

Depois uma irritação das papilas nervosas disseminadas à superfície do corpo, devido ao frio, ao choque e à densidade da água, às moléculas salinas, ao estado eléctrico desse líquido e talvez mesmo a outros estados físicos e químicos da água do mar não conhecidos ainda. Sob a influência dos elementos irritantes, as papilas nervosas, colocadas como sentinelas na periferia do corpo, advertem o cérebro pelo meio do eixo cerebrospinal. E logo, com a instantaneidade do raio, o eixo cerebrospinal envia por outros nervos, a todos os órgãos vizinhos da periferia do corpo, a ordem de se contraírem.

Em resumo contracção dos órgãos sob a influência de duas causas de natureza diferente. A circulação e o sistema nervoso, sob a influência desta causa excitante, são muito estimulados. A pele é o que colhe primeiro os maiores benefícios da medicação balnear.”¹⁸

Normalmente, os banhos de mar eram tomados logo ao amanhecer. Os banhistas entravam no mar pelo seu pé para receber as ondas revigorantes, onde mergulhavam ou, no caso dos mais receosos, eram levados nos braços de banheiros, que procediam ao ritual dos mergulhos, repetidos conforme prescrição médica (fig. 12). Após o “banho de choque” os banhistas regressavam às barracas para secar, esfregando o corpo com um tecido áspero, até a pele adquirir um tom rosado, para revitalizar a circulação, vestiam-se e descansavam nas barracas de lona da praia.



Figura 12. - Banhista na praia de Algés, 1912
Arquivo Municipal de Lisboa, Joshua Benoliel, PT/AMLSB/AF/JBN/001591

¹⁸ Eduard Claparide, *Estudos sobre os banhos de mar, conselhos aos banhistas*, Lisboa, Tipografia Progressista de P. A. Borges, 1874.

Nesta época, em Portugal, surgem mais dois estudos científicos sobre a terapêutica balnear: “*Banhos de Mar, Elementos de Hydroterapia Marítima*” de Luiz Pereira da Costa, em 1882 e “*Algumas Palavras sobre Os Banhos de Mar Frios*” de José Poçaria da Costa Freire, em 1887. É de salientar que em ambos os casos os autores referem que a prática dos banhos se está a desenvolver, estando já bastante enraizada nos costumes populares. Criticam que essa prática seja feita “*tendo como único regulador o capricho, o gosto ou a moda.*”¹⁹

Constante em todas as prescrições aos banhistas é a dieta e o repouso, uma vez que às práticas medicinais marítimas esteve desde sempre associada uma vida social agitada, prática que era condenável, por propiciar um estímulo exagerado, antagonista dos benefícios da terapia marinha.

Na Costa do Estoril as características terapêuticas do mar são, desde finais do século XIX, reconhecidas e exploradas com fins medicinais. É na povoação da Parede que se concentra o maior número de estabelecimentos de saúde para aproveitamento das virtudes terapêuticas do mar, por lhe serem atribuídas características climáticas “miraculosas”, únicas no mundo só comparáveis às de uma remota praia japonesa. Esta fama foi alimentada por histórias locais, como a do “Grego”, um judeu que no final deste século, muito doente, encontra a cura para os seus males através do sol e da água do mar (fig. 13), divulgando “*a plenas vozes o milagre da sua saúde recuperada a as maravilhas do clima da Parede - ar seco, água cristalina, sol límpido, rochas submarinas cobertas de algas que inundam o ar e a água dum extraordinária profusão de iodo, a mais forte de toda a costa portuguesa*”²⁰.

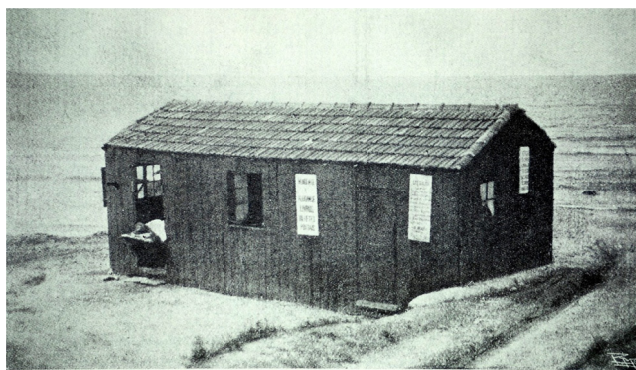


Figura 13. Barraca de banhos de Sol do “Grego”, final séc. XIX in Parede mil e novecentos, AA.VV., Parede, Junta de Freguesia da Parede, s.d.

¹⁹ Luiz Pereira da Costa (1882).

²⁰ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1943, edição fac-similada, C. M. Cascais e C. M. Oeiras, 1999, p.251.

Nesta época a tuberculose era uma doença bastante comum, considerada também uma doença social. Os doentes eram, maioritariamente, das classes mais desfavorecidas, onde o perigo de contágio era mais elevado, dadas as condições de insalubridade em que viviam. Os sanatórios surgiram como um local de cura mas também de isolamento dos tuberculosos. A opção pela costa da Parede, para a instalação de sanatórios marítimos, não ficou a dever-se exclusivamente às características das suas águas e do seu ar, mas também a razões de ordem social, dados os princípios republicanos e higienistas do Almirante Nunes da Mata, que adquiriu os terrenos onde se desenvolveu esta povoação.

O primeiro estabelecimento hospitalar a utilizar os recursos do clima marítimo na prevenção e tratamento das tuberculoses extra-pulmonares foi o Sanatório Marítimo de Carcavelos (fig. 14), inaugurado em 24 de Agosto de 1902, mais tarde (1921) denominado Dr. José de Almeida. No ano anterior tinha-se iniciado a construção do Sanatório de Sant'Ana, inaugurado em 1904, mas só concluído em 1912. Após esta data outros estabelecimentos hospitalares foram instalados na Parede; 1916 - Internato Infantil Afonso Costa, 1932 - Preventório da Parede, 1939 - Clínica Hélio-Marítima, 1946 - Hospital Amadeu Duarte, 1947 - Hospital de Nossa Senhora de Fátima. Esta concentração de serviços de saúde foi consagrada no Plano de Urbanização da Costa do Sol, em 1948, com a classificação de estância sanatorial.²¹



Figura 14. Sanatório Marítimo de Carcavelos, c. 1900
Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHMC-AESP-CALM-084

²¹ Ana Cristina Brites Antunes, Carlos Miguel Ferreira e Francisco Matta Pereira, *Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede*, Parede, Junta de Freguesia da Parede, 1997, p.126.

A povoação da Parede, em virtude da sua especialização sanatorial, assistiu a uma crescente procura por doentes, que eram em muitos casos transportados em tabuleiros “tratava-se de uma espécie de maca, um carrinho com quatro rodas de bicicleta e um volante” (fig. 15).



Figura 15. “Tabuleiro”, c. 1940

in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV. Parede, Junta de Freguesia da Parede, 1997

Por este motivo, a Parede, foi em meados do século XX, uma precursora da eliminação das barreiras arquitectónicas nos espaços públicos, existindo por toda a vila rampas que permitiam o acesso dos “tabuleiros” à praia, às casas, ao cinema e à igreja.

De todos os estabelecimentos de saúde existentes na Parede, merece destaque o Sanatório de Sant’Ana (fig. 16), quer pela arquitectura exemplar, da autoria de Rosendo Carvalheira, com a colaboração de Álvaro Machado, António Couto Abreu, Norte Júnior e Marques da Silva, quer pela história da sua fundação, ensombrada pela morte de todos os seus promotores. Este sanatório é fruto do interesse pelas terapias marinhas do Prof. Sousa Martins e do empenho do casal Biester que financiou a obra. A sua instalação neste local, escolhido pelas características climatéricas muito específicas, veio a determinar a identificação da Parede como um local terapêutico único.



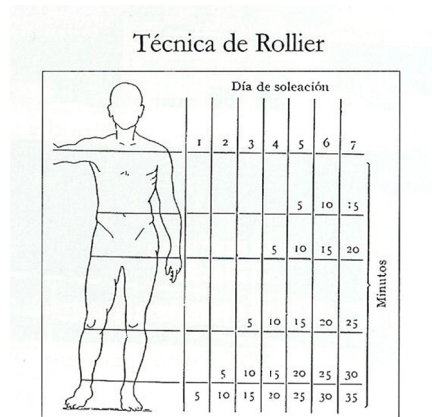
Figura 16. Sanatório de Sant’Ana, c. 1900

in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV. Parede, Junta de Freguesia da Parede, 1997

A Colónia Balnear Infantil de O Século, inaugurada em 1927, inscreve-se ainda no tipo de estabelecimentos para uso da “praia terapêutica”. Esta colónia balnear, obra de carácter filantrópico reflectindo a personalidade dos dirigentes do jornal, era destinada às crianças pobres e “desvalidas”, defendia a assistência à infância das classes desfavorecidas, enquadrando-se no espírito de intervenção social médico-higienista que promovia o fortalecimento físico e moral dessa população. A importância destas colónias balneares e de férias infantis, na prevenção da doença e para o “rejuvenescimento da raça”, é defendida pela Liga Nacional Contra a Tuberculose, destacando o benefício para as crianças da influência favorável de uma mudança de meio.²²

No início das práticas terapêuticas marítimas a exposição ao sol era evitada, sendo imprescindível o uso de um chapéu de abas largas e o guarda-sol, para evitar a exposição aos raios solares. Mais tarde, já nos anos 20, a pele bronzeada passa rapidamente a ser moda, deixando de ser sinónimo das classes trabalhadoras.

Os benefícios dos banhos de sol viriam a ser reconhecidos no tratamento e na profilaxia dos diferentes tipos de tuberculose osteoarticulares. A esta utilização curativa dos efeitos do Sol chamou-se helioterapia. O tratamento heliomarítimo era aplicado, por regra, seguindo a técnica de Rollier (fig. 17), que definia os minutos de exposição ao sol, para cada parte do corpo, ao longo de sete dias.



Fonte: Hanns Alexander, Gustav Baer, *Tratado Práctico de Tuberculosas*, Editorial Labor, Barcelona, 1935.

Figura 17. Técnica de Rollier
 in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV., Junta de Freguesia da Parede, 1997, p.141

²² Ana Cristina Brites Antunes, Carlos Miguel Ferreira e Francisco Matta Pereira, *De Cae Água a S. Pedro do Estoril*, Lisboa, Edições Colibri, C. M. de Cascais, 2005, p.222.

Para este tipo de terapia foi construído, ainda na Parede, o Solário da Pedra Alta (fig. 18), dirigido por Marques da Mata que o considerava “*um estabelecimento único no seu género em Portugal*”. O projecto deste solário era da autoria do Eng. Ressano Garcia e foi inaugurado em 16 de Outubro de 1930.



Figura 18. Solário da Pedra Alta, Parede, postal, c. 1940
in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV. Parede, Junta de Freguesia da Parede, 1997

Na última metade do século XX a fama das virtudes terapêuticas do sítio da Pedra Alta levava autênticas multidões a procurar um bocadinho de espaço para apanhar aquele Sol e atmosfera marítima (fig. 19). Até há poucos anos ainda existia, transformado num restaurante e praticamente sem alterações, mas foi demolido em 2005, restando apenas as grandes esplanadas em cimento sobre o mar.



Figura 19. Solário da Pedra Alta, Parede, c. 1960
autor desconhecido, Coleção de Lúcia Horta

São de referir mais dois equipamentos termais na Costa do Sol que, não estando directamente relacionados com os tratamentos marítimos, se inscrevem no tema deste capítulo, em virtude das características do uso terapêutico e balnear das suas águas.

As nascentes de águas termais do Estoril já eram utilizadas em 1527 e pertenciam a um convento aí existente. D. José I frequentou estas termas para alívio da sua gota. Junto à nascente existia um balneário rústico. Estas termas foram restauradas e modernizadas em 1880, altura em que José Viana da Silva Carvalho adquiriu toda a propriedade do antigo convento, e construiu um novo edifício, com dez quartos, cada um com a sua tina de mármore. Junto ao edifício das termas, foram construídas casas para alugar aos banhistas, ficando conhecido este conjunto por “Pátio do Viana”. O sucesso deste estabelecimento levou a consecutivas ampliações e melhoramentos, chegando a possuir trinta quartos e um jardim coberto, com uma *“imponente fachada de gosto neo-árabe”* (fig. 20), antes de ser demolido para dar lugar ao Parque Estoril.



Figura 20. Termas do Estoril, final século XIX



Figura 21. Nos anos 1930 como Palace Hotel

*“O estabelecimento balnear Estoril termas tem fachada monumental e instalações de primeira ordem. Além das aplicações termais: duches, inalações, pulverizações, irrigações nasais e vaginais, ingestão, banhos de imersão, etc., há ainda salas de hidroterapia, fisioterapia, ginástica, banhos de água salgada, mistos e de lavagem. Grande piscina de natação (a maior da península), cheia durante o inverno de água termal e de água salgada, durante o verão.”*²³

²³ Raul Brandão, *Guia de Portugal, Lisboa e arredores*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, (1ª edição, BN, Lisboa, 1924), p.616.

Com projecto do arquitecto Silva Júnior, o Palace Hotel (fig. 21) foi dos poucos equipamentos previstos no plano do Parque Estoril que foram construídos. Era considerado um “estabelecimento elegante, grandioso e confortável e dos mais importantes do país, dotado das mais modernas instalações terapêuticas para aplicação de Calor, Luz, Electricidade, Massagem, Ginástica e (...) Mecanoterapia”²⁴.

A outra estância termal, também na zona do Estoril, era a dos “Banhos da Poça”. Pedro Barruncho (1873) refere-se ao uso terapêutico das águas termais dessa nascente. O seu nome provinha da sua localização, numa baixa, e o seu uso era aconselhado nas “moléstias da pele, reumatismos, paralisias, escrofulas e na debilidade geral”²⁵. No início estavam instalados em dois barracões de madeira, remontados todos os anos entre a Primavera e o Outono. Só em 1895 se construiu o edifício²⁶, com quatro torreões e ameias (fig. 22), onde os quartos de banhos tinham tinas em mármore. Este local ficou conhecido por “Banhos da Poça” até ser baptizado com o nome de S. João do Estoril, em 1890. Foi à volta do edifício de banhos que se desenvolveu o novo núcleo urbano, colónia balnear de carácter termal, calma e repousante.

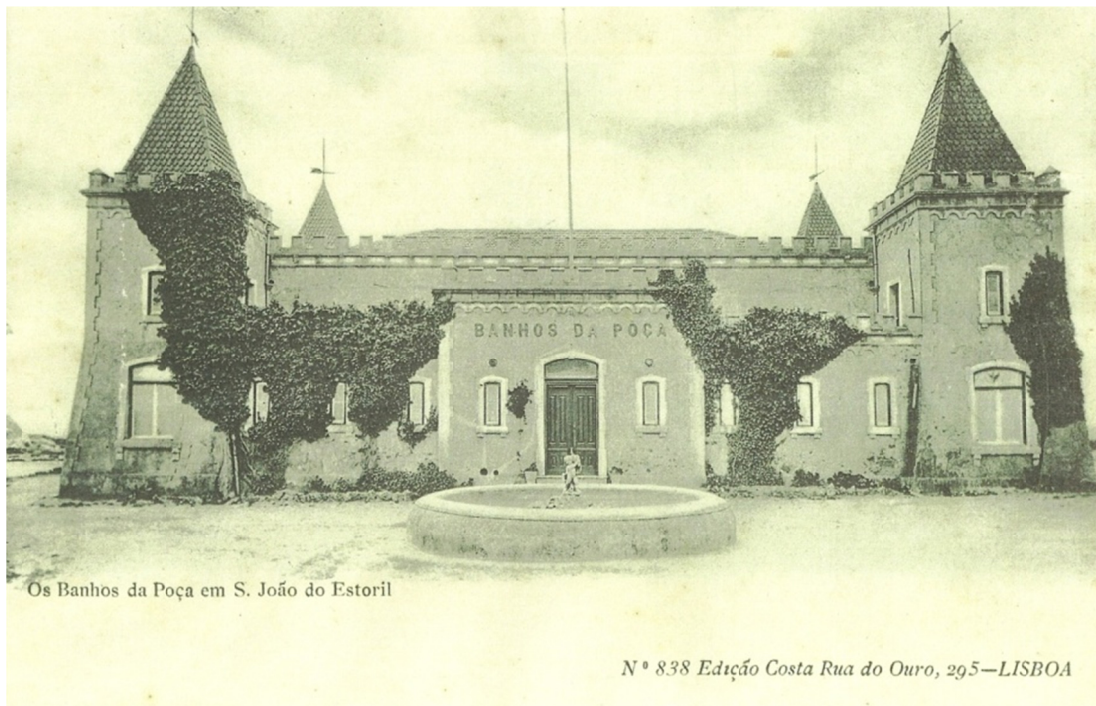


Figura 22. Banhos da Poça, c. 1900

Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHMC-AESP-CMES-061

²⁴ “O Concelho de Cascais”, in *A Hora*, Cascais, 1932.

²⁵ Pedro Lourenço de Seixas Borges Barruncho, *Apontamentos para a história da vila de Cascais*, Lisboa, Tipografia Universal, 1873.

²⁶ O edifício ainda existe, com os quatro torreões, mas alterado no corpo central.

2.2. Descobrindo o Corpo

A prática balnear esteve sempre associada à promoção de uma vida activa para contrariar o sedentarismo da população urbana. O banho revigorante nas águas frias do mar era quase sempre acompanhado de exercício físico, e rapidamente a natação foi assumida como um complemento ao banho. O facto de o corpo na praia se expor em trajas reduzidos, levou a uma maior preocupação com a sua aparência. Os jogos, a natação, as competições aquáticas são um complemento desportivo indissociável da prática balnear, contribuindo também para a saúde e beleza do corpo.

Fortificado pelo exercício da natação, o corpo oferece-se aos olhares. São encenados comportamentos sociais e favorecido o jogo erótico. A moda do vestuário de praia impõe-se às sensibilidades, que se adaptam à nova estética. O que começa por ser escandaloso torna-se comum. Não se trata já da regressão do pudor, mas sobretudo de uma reformulação da relação com o próprio corpo. Com as estadias junto ao mar surgem novos jogos de sedução, entre eles o “flirt”. Criam-se também novos códigos de comportamento interpessoal, nascem conivências e cumplicidades. Segundo André Rauch (2001) o corpo tornou-se, através da prática balnear, “mais que a parte visível da identidade, a própria realidade da pessoa” (fig. 23).



Figura 23. Exibindo o corpo, década de 1920
Arquivo Municipal de Lisboa, Joshua Benoliel, PT/AMLSB/AF/JBN/002664

Existe uma estreita relação entre a evolução da consciência do corpo, na história dos banhos de mar, com o desenvolvimento de uma identidade individualista que caracteriza o séc. XX²⁷. A exposição dos corpos na praia impôs transformações à imagem e a relação do indivíduo com o seu próprio corpo e o dos outros. O corpo fustigado pelas águas do mar, a que é obrigado por prescrição médica, sai revigorado e expõe-se aos olhares. No cenário da praia a exibição do corpo e a encenação do eu são valores determinantes. Com as práticas balneares o corpo doente dá lugar ao corpo que se mostra “*a tez morena, a pele macia e firme tornam-se um traje. As pessoas deliciam-se a deixar ver o corpo*”²⁸.

A reafirmação pessoal, restituída pelo olhar dos outros, determina um perfil composto por aspectos visuais contraditórios: o vestuário e a nudez, o gosto e a displicência, contribuindo para uma ideia de férias em que a exibição do corpo e a encenação do eu são valores determinantes.

Através dos novos modelos de fatos de banho, designadamente o *maillot*, as praias enchiam-se de corpos mais expostos que nunca, permitindo novos comportamentos e relacionamentos, mais livres e menos moralistas. As férias à beira mar tornaram-se espaço de evasão, cenário de liberdade e de expressão de uma nova modernidade (fig. 24).



Figura 24. Grupo na praia, anos 1930
in Lisboa Desaparecida, Volume 5, Marina Tavares Dias & Quimera Editores, Coimbra, 1996, p. 119

²⁷ Alain Corbin, *História dos Tempos Livres...* op. cit., p. 99.

²⁸ *ibidem*, p. 99.

Nos anos 1930, a praia já tinha deixado de ser apenas terapêutica para passar a ser um espaço onde a burguesia se divertia, apanhando banhos de Sol, praticando desporto e mostrando o corpo bronzeado. A partir do “pós-guerra” a condição feminina evoluiu, dando mais liberdade à mulher. As roupas tornaram-se mais leves e os vestidos mais curtos, permitindo maior liberdade de movimentos, realçando a silhueta do corpo.

O bronzeado tornou-se moda, deixando de estar associado às classes populares, passando a ser o padrão estético desejável. Esta tendência é acompanhada de uma enorme expansão das actividades desportivas ao ar livre, com destaque para a prática da natação. A pele bronzeada tornou-se sinónimo de um estatuto social elevado, que indicava a disponibilidade de tempo e a permanência em estâncias balneares, ainda e só praticamente frequentadas pelas elites.

Os benefícios terapêuticos da imersão em água fria deram lugar à lassidão dos corpos, estirados sobre a areia quente, expostos ao Sol. Este cenário de bem-estar propagou-se, a partir de meados do século XX, ao proletariado e à pequena burguesia urbana, que sempre copiaram os modelos das classes favorecidas. A generalização, nessa época, das férias pagas, ajudou à rápida apropriação do modelo de veraneio balnear. O corpo exposto à beira-mar tornou-se comum, e ganhou um protagonismo até aí inexistente, criando a necessidade de cuidar dele, para o mostrar. A publicidade, a par do aparecimento de grande número de revistas femininas, ajudaram a construir e divulgar as novas práticas, em que se incluía a ginástica e os cuidados de beleza quotidianos²⁹.

²⁹ Cristina Pacheco, *Memórias de Verão, a Costa do Sol e o Estoril nos anos 30*, Cascais, C. M. Cascais, 2007, p. 7

Capítulo 3.

O Espaço

A massificação das práticas foi acompanhada pelo arranjo dos espaços. A economia turística soube criar uma espacialidade nova, (...) impôs uma codificação dos costumes e comportamentos. (...) parece bastante evidente que o desejo – o da descoberta de outros lugares e da libertação das pressões temporais - precedeu o trabalho dos industriais (...) (que não) deixaram de explorar, arranjar, trabalhar de algum modo esta matéria prima e modelar as formas contemporâneas dos usos turísticos da natureza.³⁰

Em finais do séc. XIX a procura da beira-mar, por um crescente número de banhistas, originou a gradual humanização do litoral. Na Costa do Sol, verificou-se um aumento de equipamentos construídos para apoio ao veraneio marítimo. Foram surgindo nas praias, ao longo de toda a margem direita do Tejo, balneários, acessos ao mar, pontões, instalações hoteleiras e espaços de lazer. Na zona das praias, assistiu-se assim à crescente “antropização do espaço litoral”³¹, num processo que foi alterando a paisagem natural, para a moldar às necessidades do homem. Mas é sobretudo desde o início do século XX, que o território junto ao litoral é cenário de profundas alterações urbanas, no sentido de adaptar as povoações ribeirinhas à crescente procura dos espaços de lazer à beira-mar.

3.1. A Caminho da Praia

A grande adesão à prática balnear na Costa do Sol, que se verificou entre o final do século XIX e o início do século XX, levou ao desenvolvimento de infra-estruturas de transportes, marítimo, ferroviário e por fim rodoviário, que proporcionaram a um número de utentes cada vez maior um acesso mais fácil às praias.

³⁰ Alain Corbin, *A História dos Tempos Livres...* op. cit., pp. 91-92.

³¹ Joana Gaspar de Freitas, “O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado”, *Revista da Gestão Costeira Integrada*, nº 7, 2007



Figura 25. Cais do Sodré, desembarque de passageiros, c. 1899
in Lisboa Ribeirinha, Lisboa, 1994, Câmara Municipal de Lisboa, Coleção Seixas, P. 12772 (N. 10956)

Inicialmente a deslocação para as praias de banho, no litoral a norte do Tejo, efectuava-se por mar, à vela (fig. 25), mas a partir de 1847, essa viagem era feita em barcos a vapor de rodas. Este transporte fluvial fazia a ligação entre o Terreiro do Paço e Belém (fig. 26), prolongando-se, em 1858, até Cascais. Segundo Ramalho Ortigão a viagem de barco a vapor entre o Cais do Sodré e Cascais, que realizou em 1876, era “*o mais belo dos passeios permitidos aos habitantes de Lisboa*”, a começar logo pelo magnífico espectáculo do estuário do Tejo “*como um pequeno Mediterrâneo*”³².



Figura 26. Vapor “Mirandelle” junto à Torre de Belém, 1905
in Lisboa Ribeirinha, Lisboa, 1994, Câmara Municipal de Lisboa, Coleção Seixas, P. 12821 (N. 11005)

³² Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal, Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002, (1ª edição 1876), p. 93.

Quando as viagens de barco iam só até Belém, o transporte de passageiros até Oeiras era depois feito de *omnibus* (fig. 27), carruagem puxada por duas parcelhas de cavalos. Este meio de transporte colectivo iniciou-se em 1834, mas só em 1858 começou a fazer o percurso até Cascais. A construção da estrada entre Oeiras e Cascais, em 1864, veio facilitar esta ligação. Nessa época, a viagem em hipomóvel³³, de Lisboa a Cascais, demorava cinco horas. Os preços elevados determinavam a exclusão das classes populares das praias mais afastadas de Lisboa, enquanto as classes mais favorecidas faziam o percurso em transporte próprio.



Figura 27. *Omnibus* no largo do Município, Lisboa, 1836
in *Lisboa Desaparecida*, Volume 3, Marina Tavares Dias & Quimera Editores, Coimbra, 1992 p.104

Foi em 1873 que a Companhia dos Caminhos de Ferro de Lisboa introduziu a circulação do *tramway*, carruagem de tracção animal circulando sobre carris, que operou uma grande transformação nos transportes públicos (fig. 28). Este meio de transporte, com carreiras entre Santa Apolónia e o Aterro e posteriormente até Algés, ficou conhecido por “Americano” e veio “*dar, com as suas carreiras regulares, mais animação a esses sítios de praias*”³⁴. O serviço era mais intenso no Verão, chegando a haver cem carreiras diárias, a preços convidativos.

³³ Carro de tracção animal.

³⁴ *Diário de Notícias*, 2 de Agosto de 1873.

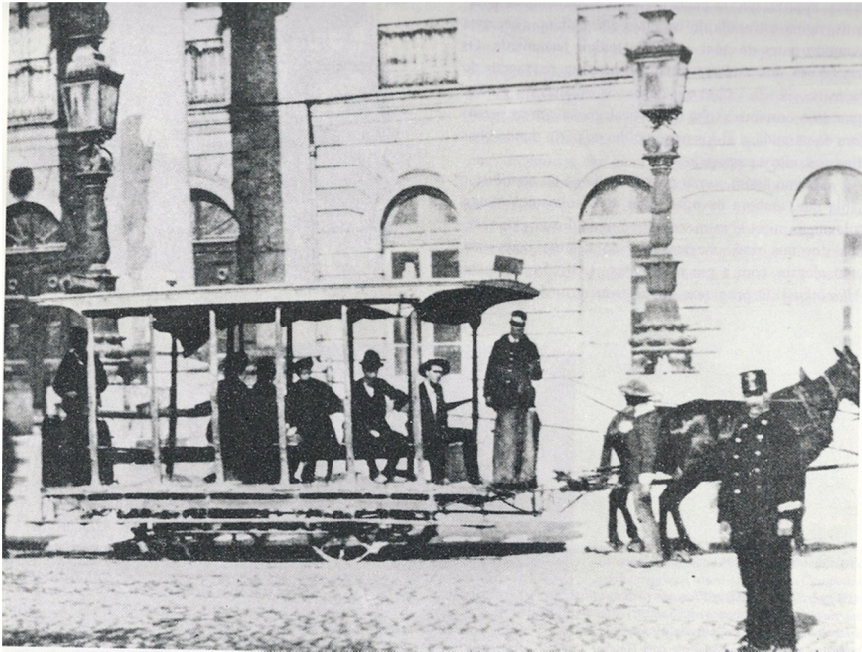


Figura 28. Americano, introduzido em 1873
in Lisboa Desaparecida, Volume 3, p. 106, Marina Tavares Dias & Quimera Editores, Coimbra, 1992



Figura 29. Carro eléctrico, a circular pelo aterro a partir de 1901
in Lisboa Desaparecida, Volume 3, p. 107, Marina Tavares Dias & Quimera Editores, Coimbra, 1992

Em 1889 os “Americanos” perderam a tracção animal, que foi substituída por locomotivas a vapor. Porém, em 1896, voltaram à tracção animal. Poucos anos depois, em 1901, com a primeira electrificação da linha, precisamente entre o Terreiro do Paço e Ribamar (Algés), os carros eléctricos (fig. 29) passaram a ser, graças a esta nova fonte de energia, um autêntico transporte de massas, levando a uma redução de quase 50% do preço dos bilhetes. Na primeira

década do século XX muitas famílias da pequena burguesia já usufruíam deste meio de transporte para passarem o dia na praia, em Algés.

Mas foi sem dúvida a construção da linha de caminho-de-ferro (fig. 30), explorada pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro e inaugurada em 1889 entre Pedrouços e Cascais, que proporcionou a corrida turística às praias da Costa do Sol. Este novo meio de transporte veio acabar com os veículos de tracção animal que faziam a ligação por estrada entre Algés e Cascais. No ano seguinte o comboio acabou por ligar Cascais a Alcântara e em 1895 estava terminada a ligação ao Cais do Sodré. Em projecto ficou a ligação ferroviária entre Cascais e Sintra, cuja concessão chegou a ser anunciada em 1908.



Figura 30. Comboio a vapor no apeadeiro de Algés, 1890
Arquivo Municipal de Lisboa, Alexandre Cunha, PTAMLSB/ACU/000246

A revista *Gazeta dos Caminhos-de-ferro*, quando da inauguração da linha, publicitou as estações balneares do litoral, indicando as praias de banhos que tinham estruturas para receber os banhistas. Em 1891, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro promoveu, durante o verão, os “bilhetes de banhos”, em maços de 30, a preços reduzidos. Mais tarde, em 1894, foram criados bilhetes de grupo, para cinco ou mais passageiros, a preços ainda mais reduzidos, o que permitiu a deslocação do público com menos posses, para uma estadia à beira-mar ou mesmo para quem tinha compromissos de trabalho.

Em 1895 foi aumentado o número de composições a fazerem o percurso durante a estação balnear, com 15 comboios por dia. Esse número vai sempre crescendo e, em 1898, já era de 65 durante o Verão, dando conta da enorme procura pelas praias da linha. Até ao fim do século o número de comboios quase sextuplicou. Para isso contribuiu a duplicação de toda a linha, entre Cascais e o Cais do Sodré, em 1897.

Até meados do século XX o comboio, electrificado em 1926, foi o meio de transporte mais comum a ligar Lisboa a Cascais. Esta situação só é alterada com a construção da Avenida Marginal nos anos 1940, proposta pelo Plano de Urbanização da Costa do Sol, publicado em 1935. Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas, pretendia a “...*valorização da magnífica faixa marginal que será servida pela nossa primeira estrada de turismo, por forma a que das suas excepcionais condições se tire o melhor partido*”³⁵. Alfred Agache, urbanista francês, foi convidado para a realização do projecto e a ele também se deve uma visão mais alargada sobre todo o território a Oeste de Lisboa.

No plano de Agache é proposta a construção da auto-estrada até Cascais, como segundo eixo de desenvolvimento urbano, ligando todo este território ao centro de Lisboa. Porém, durante mais de cinquenta anos, a auto-estrada apenas ligou o Marquês de Pombal ao Estádio Nacional.

Em menos de um século as praias dos arredores da capital transformaram-se em estâncias balneares turísticas, ganhando uma centralidade única em Portugal: “*Se os caminhos-de-ferro tinham permitido (a Cascais) uma ligação directa a Paris, com a marginal e a primeira auto-estrada do País, ligar-se-ia ao resto do mundo pelo novo aeroporto de Lisboa*”³⁶.

3.2. A Metamorfose do Litoral

A construção da linha de caminho-de-ferro introduziu profundas modificações no território. A modernização dos meios de transporte, ao facilitar o acesso às praias de banhos, promoveu o litoral não só como destino de veraneio na região de Lisboa, mas também como área residencial privilegiada.

³⁵ Prólogo ao texto do Decreto 22.444 de Abril de 1933.

³⁶ João Vasconcelos, *Inovação e desenvolvimento*, Oeiras, Tagus Park, 2008.

Enquanto se assiste à transformação do espaço das praias, através da construção de equipamentos criados para maior conforto dos banhistas, as povoações vão também alterando as suas características urbanas e arquitectónicas, para se adaptarem à de estâncias balneares. Aparecem ainda novas urbanizações destinadas, quase exclusivamente, à vilegiatura marítima.

Cascais, apesar de todos os melhoramentos que conheceu no final do século XIX, da construção de edificios de qualidade ao desenvolvimento urbano, não foi, ainda nessa época, objecto de uma intervenção concertada que a transformasse numa verdadeira estância de banhos com prestígio internacional.

Um dos primeiros planos de urbanização, com objectivos turísticos, surgiu no final do século XIX, promovido pela Companhia do Monte Estoril. Este plano tinha em vista “*a fundação de uma estância de verão que deveria reunir os atractivos usados nas outras praias do estrangeiro*”³⁷. É o primeiro plano realizado na Costa do Sol, que levou à construção de infra-estruturas adequadas a uma estância de veraneio de prestígio, com abertura de estradas, instalação de luz eléctrica, água canalizada e drenagem de esgotos.

No entanto este projecto, que incluía a construção de um grande lago e de um funicular para subir ao Monte, foi só parcialmente realizado, por falência da Companhia. Mas as estradas e as infra-estruturas que determinaram as características urbanas do Monte Estoril, com as suas ruas sinuosas, o seu carácter romântico com pequenas casas envolvidas por jardins, ficaram a dever-se a esse plano inicial de estância de veraneio. A intenção de fazer do Monte Estoril um local com referências internacionais está ainda patente no nome das avenidas então construídas: Av. Trouville, Av. de Nice, Av. Biarritz, Rua de Brighthon.

O melhor exemplo de uma estância de veraneio integralmente planeada surgiu no Estoril, “*sem dúvida o projecto urbanístico-arquitectónico de carácter turístico mais importante da primeira metade de novecentos*”³⁸. Fausto de Figueiredo, então Presidente da Câmara de Cascais, imaginou um Estoril que ainda não existia, “*uma estância de turismo internacional, que proporcionasse aos visitantes tanta qualidade como as mais prestigiadas congéneres*

³⁷ *Correio de Cascais*, nº 8, 13 de Agosto de 1899.

³⁸ Maria da Graça Briz, *A vilegiatura balnear marítima em Portugal...*op. cit., p. 275

européias”³⁹, aproveitando as potencialidades do sítio, centro termal e de banhos, e seguindo o modelo das grandes estâncias marítimas internacionais.

Para a elaboração deste plano Fausto de Figueiredo convidou o arquitecto francês Martinet, e o resultado desse estudo foi publicado em 1914, num álbum-folheto intitulado “Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva” (fig. 31). Esta iniciativa foi muito divulgada e considerada uma obra grandiosa e patriótica, pelo engrandecimento de Portugal⁴⁰. O projecto, que ficou conhecido por “Parque Estoril”, tinha como objectivo incentivar a economia através de um turismo de luxo. O Governo apoiou essa iniciativa, criando uma proposta de lei⁴¹ com vista à isenção fiscal de projectos aprovados pelo Conselho de Turismo e pela Sociedade de Propaganda de Portugal.

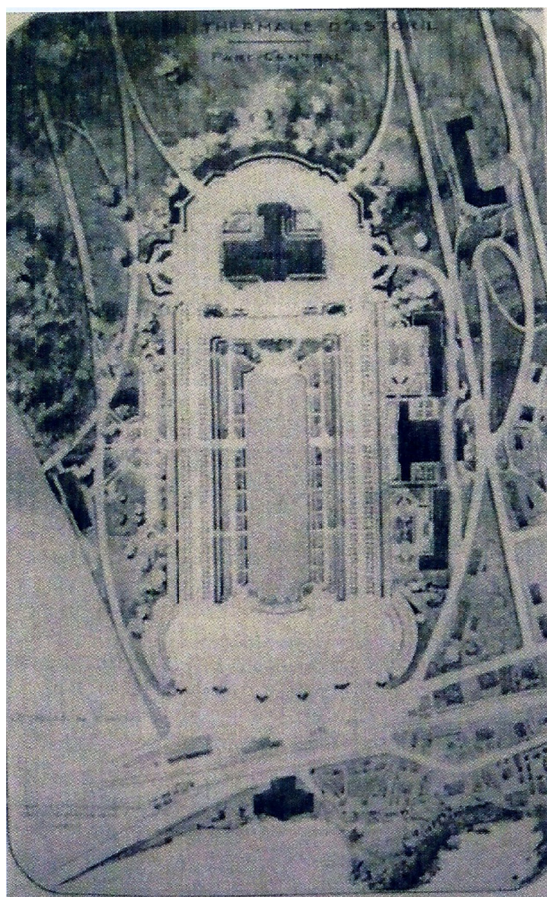


Figura 31. Parque Estoril, 1914

in Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva- As Etapas de um Projecto: 1914-1932, Arquivo de Cascais,: Boletim Cultural do Município de Cascais, n. 10, 1991

³⁹ *ibidem*, p.283

⁴⁰ Maria da Graça Briz, *A vilegiatura balnear marítima em Portugal...*op. cit., p. 292.

⁴¹ Mais tarde promulgada no Decreto-Lei n.º 1121 de 2 de Dezembro de 1914.

Esta é a primeira vez que “*em Portugal se defende a urgência do desenvolvimento da indústria turística, para bem da nossa economia, ao mesmo tempo que se apresenta um programa concreto, de nível europeu, ambicioso, pormenorizado e abrangente*”⁴².

Mas é com Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas a partir de 1932, que toda esta zona ganha maior importância. Iniciou a modernização do país, nomeadamente com a renovação da rede viária e com o reordenamento urbano do território nacional. Foram criados os Planos Gerais de Urbanização⁴³, obrigatórios para aglomerados com mais de 2500 habitantes.

A necessidade de ordenamento do território a poente da capital ter-se-á devido ao crescimento populacional acentuado que se verificou na década de 1920 – 53% –, associado à electrificação da linha de caminho-de-ferro em 1926. Na década de quarenta a Costa do Sol representava já 6% do total da população da região de Lisboa⁴⁴.

Com a publicação da Lei nº 1909, de 22 de Maio de 1935, o nome Costa do Sol é oficializado, substituindo o de “Enseada Azul” pelo que era conhecida toda esta região. Este Decreto regulava também toda a urbanização deste território, que passaria a ser dirigida directamente pelo Ministro das Obras Públicas, através de um Gabinete próprio, substituindo a gestão municipal que até aí vigorava.

O Plano de Urbanização da Costa do Sol foi iniciado em 1933 por Agache, mas devido ao seu regresso ao Brasil em 1936, o projecto ficou parado até 1948, altura em que Duarte Pacheco contratou Étienne de Gröer⁴⁵ para terminar o plano de estrutura geral para a Costa do Sol, e propor estudos prévios para cada povoado da linha de Cascais.

Este arquitecto estuda sobretudo os problemas de cada aglomerado e a sua relação com a Marginal, já em construção, e com o caminho-de-ferro. Adopta a tipologia de “cidade jardim”, com predominância de casas isoladas, integradas numa estrutura orgânica, em que as ruas são sinuosas e adaptadas ao relevo, numa tentativa de combater “*o movimento verdadeiramente anárquico e desordenado que conduz as localidades para a sua própria ruína*”⁴⁶.

⁴² Maria da Graça Briz, *A vilegiatura balnear marítima em Portugal...* op. cit., p. 293.

⁴³ Decreto-Lei nº 24.802, de 21 de Dezembro de 1934.

⁴⁴ João Vasconcelos, *Inovação e desenvolvimento...* op. cit.

⁴⁵ Étienne de Gröer, arquitecto francês de origem russa,

⁴⁶ Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, Relatório Geral, p. 71,

Neste Plano, os diversos aglomerados urbanos foram tratados de acordo com o seu papel predominante: Algés, Dafundo e Caxias foram considerados subúrbios directos de Lisboa; Oeiras e Carcavelos praias destinadas à classe média; a Parede foi definida como “estância sanatorial”; no Jamor foi construído o centro desportivo; e os Estoris e Cascais foram planeados para o turismo.

Na década de 1930 o Estoril afirma-se como “*a mais importante estância de vilegiatura internacional do nosso país*”⁴⁷. No sentido de promover a recepção aos turistas nesta zona e melhorar as condições de vida da população foi criada, em 18 de Maio de 1937, a Junta de Turismo de Cascais.

*“Com a abertura da estrada marginal no início dos anos 40, com os seus 20 Km de extensão, faixa de rodagem dupla de 12 metros, e a construção da auto-estrada, até ao Estádio Nacional, completando o ambicioso projecto de Duarte Pacheco, o Estoril tornou-se a estância portuguesa, não só mais bem equipada, mas também a de acesso mais fácil e moderno. Com todas estas vantagens, só bem depois do meio do século XX, outros locais poderão vir a rivalizar com a Costa do Sol, na preferência dos turistas nacionais e estrangeiros”*⁴⁸.



Figura 32. Avenida Marginal Lisboa-Cascais, c. 1940
in Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte (1943-1993), Câmara Municipal de Lisboa, 1993, autor Mário Novais

⁴⁷ Maria da Graça Briz, *A vilegiatura balnear marítima em Portugal...*op. cit., p. 328.

⁴⁸ *ibidem*, p. 335.

É a partir de meados do século XX, que a prática balnear marítima na Costa do Sol integra os percursos turísticos internacionais, e entra definitivamente nos hábitos de lazer de grande parte da população lisboeta. Com maior capacidade económica e mais tempo disponível, a classe média aproveita as infra-estruturas de acessibilidade recentemente construídas, a Avenida Marginal (fig. 32) e a Auto-estrada de Cascais (fig. 33), apenas até ao Estádio Nacional, para “ir à praia”. Este costume popularizou-se e integrou-se nos hábitos de lazer de todas as classes sociais, Quase cem anos depois de ter sido eleita pela aristocracia para ocupação dos tempos de lazer, a prática balnear democratizou-se.



Figura 33. Auto Estrada para Cascais (viaduto Duarte Pacheco), 1966
Arquivo Municipal de Lisboa, Armando Serôdio, PT/AMLSB/AF/FDM/001906



Figura 34. Banhistas dentro de água, Praia da Ribeira, Cascais, c. 1900
Arquivo Histórico de Cascais, AHM-AESP-CAM-1184

Parte II

Arquivos da Prática Balnear

Arquivos da Prática Balnear (ver Anexo)

A partir da segunda metade do século XIX a região da Costa do Sol desenvolve-se devido, não só à proximidade da capital, mas principalmente graças às condições morfológicas e ambientais desta costa, polvilhada de praias e com um clima ameno.

As alterações introduzidas pela crescente procura dos banhos de mar e pelas novas práticas de veraneio marítimo, moldaram decisiva e profundamente o território em estudo. Esta região ribeirinha, a oeste de Lisboa, transformou-se gradualmente na estância de turismo balnear de maior importância nacional. Estas práticas modificaram as regras sociais estabelecidas e criaram novas formas de convivência específicas deste território, onde foi permitido um comportamento mais livre das regras e moral vigente, onde o corpo, em liberdade, se diverte.

O programa de investigação que se propõe procura identificar os objectos que testemunham estas práticas, na Costa do Sol, ao longo dos tempos. Na pesquisa desses documentos recorreu-se à legislação, aos regulamentos, à literatura, à fotografia e às memórias. De forma a abranger a diversidade de testemunhos da prática balnear, identificados no decorrer desta investigação, a recolha foi organizada em quatro grupos temáticos: Espaços Naturais; Imóveis Construídos; Objectos Móveis e Registos Imateriais. Este documento constitui o início de uma classificação de lugares, edifícios, objectos, práticas e vivências que, materializados numa colecção, contribuirão para preservar a memória, os usos e costumes da prática balnear marítima que, reunidos num arquivo, serão o embrião de um acervo museológico da cultura balnear na Costa do Sol.

A recolha aqui apresentada, longe de ser exaustiva, pretende apenas sistematizar em grupos temáticos um universo de testemunhos que será necessário investigar, estudar e inventariar, com o objectivo de se constituir um arquivo das práticas balneares marítimas neste território.

Reconhecer e identificar, monitorizar e, por fim integrar e até incorporar, quando necessário e possível, sob a tutela de uma instituição museal, todo este património natural, material e imaterial, relacionado com a cultura balnear desta região, é promover os valores históricos e culturais e a identidade deste local único.

Capítulo 4.

Espaços naturais

A margem direita do Tejo, inicialmente um espaço natural, uma costa rochosa encastrada de praias, foi humanizada ao longo de séculos para se adaptar às actividades portuárias, piscatórias e de defesa militar de Lisboa (fig. A1 e A2). Mas a partir do início da prática balnear marítima assiste-se à profunda alteração deste espaço, que é moldado para se adaptar às necessidades do veraneio. Esta antropização da margem transformou a costa natural preexistente num espaço “civilizado”. Subsistem contudo alguns locais que mantêm as características naturais originais pouco alteradas, nomeadamente as falésias e os areais mais afastados da capital.

Em virtude da intensa pressão urbanística e degradação que ameaçava esta zona de grande sensibilidade, repleta de valores naturais, culturais e estéticos, e no sentido de promover a sua preservação, foi criada, há cerca de trinta anos, a Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais⁴⁹, onde se integra parte do território litoral da Costa do Sol. A classificação desta área teve como objectivo *"a conservação da natureza, a protecção das espécies da fauna e da flora, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais"*, objectivo considerado de interesse público, por se tratar de património nacional. O estabelecimento da Rede Nacional de Áreas Protegidas levou à reclassificação da Paisagem Protegida de Sintra-Cascais em parque natural⁵⁰, vindo a ser criado o Parque Nacional de Sintra-Cascais um ano mais tarde⁵¹.

Para toda esta área foi elaborado um Plano de Ordenamento⁵², que viria a ser revisto, na sequência da entrada em vigor de diversos diplomas legais, quer em resultado da transposição para o direito interno de normas europeias, quer em virtude da entrada em vigor dos Planos Directores Municipais e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado⁵³. Este Plano pretendia enquadrar os novos factores: evolução do nível de conhecimento, transformações resultantes da evolução socioeconómica e demográfica, e uma nova visão decorrente de normas

⁴⁹ Decreto-Lei nº 292/81, de 15 de Outubro

⁵⁰ Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro

⁵¹ Decreto Regulamentar nº 8/94, de 11 de Março

⁵² Decreto Regulamentar nº 9/94, de 11 de Março

⁵³ Resolução do Conselho de Ministros nº 123/98

e directrizes resultantes da Paisagem Cultural de Sintra - UNESCO (1995), dos Planos Directores Municipais de Sintra e Cascais e da Rede Natura.

Esta revisão resultou na publicação do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais⁵⁴, com os objectivos de assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, enquadrar as actividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais, definir modelos e regras de ocupação do território, salvaguardar e valorizar o património cultural, arquitectónico, histórico e tradicional da região, e assegurar a participação activa de todas as entidades públicas e privadas na gestão do Parque, em estrita colaboração com as populações residentes.

Para além destes objectivos gerais o mesmo regulamento estabelece regras de utilização do território para garantir a boa qualidade ambiental e paisagística da zona, articuladas com planos e programas de interesse local e regional, fomentar o desenvolvimento económico sustentável, apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, dos hábitos e das tradições populares e promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a área do Parque Natural seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente.

4.1. As Praias e as Falésias

O território da praia foi desde sempre um território ambíguo, não só por ter uma geometria variável, entre a maré alta e a maré baixa, mas por os terrenos adjacentes, o areal, terem um limite indefinido. O direito romano clássico englobava estas duas faces do território da praia, num único conceito ao nível jurídico, considerando-as fora do comércio privado e, portanto, insusceptíveis de apropriação privada⁵⁵. Este conceito foi seguido nos diferentes códigos e leis adoptados pelas "nações modernas", incluindo Portugal, onde os terrenos marginais ao mar (excepto os que eram propriedade particular ou de outras entidades), estavam englobados no património do Estado. Esta situação manteve-se até 1864, quando foi estabelecido por decreto

⁵⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004

⁵⁵ Afonso Rodrigues Queiró, *As Praias e o Domínio Público*, Coimbra, 1964, Separata da Revista de Legislação e de Jurisprudência, Ano 96.º, n.º 3258 a 3260, p. 7.

passarem a pertencer ao domínio público⁵⁶. A esta mudança legislativa (que foi posteriormente ajustada), não foram indiferentes os novos usos que começavam a surgir no território da praia e a importância de salvaguardar a sua utilização pública.

Do ponto de vista científico, a praia é uma extensão quase plana coberta de areia ou seixos à beira-mar: parte da margem em declinação suave, formação geológica constituída por partículas soltas de rochas, areia, cascalho ou calhaus ao longo de uma margem de água, tal como o mar, um rio ou um lago.⁵⁷ As praias sofrem mudanças morfológicas e trocas de sedimentos com regiões adjacentes; actuam como zonas tampão, protegendo a costa da acção directa da energia do oceano, sendo esta a sua principal função ambiental⁵⁸.

As praias da Costa do Sol são classificadas como Praias Rasas⁵⁹, em que a profundidade aumenta suavemente à medida que se afasta da zona de varrido⁶⁰, isto é, com pouca inclinação. A zona de rebentação normalmente é larga⁶¹.

As praias mais próximas de Lisboa eram as mais populares, mas sobre elas foram construídas as muralhas do porto (fig. 35), os aterros para o caminho-de-ferro, a Doca do Bom Sucesso, os cais de atracação da Rocha do Conde de Óbidos, do Cais Sodré e do Cais de Alcântara. Na zona urbana de Lisboa uma das últimas praias a desaparecer foi a praia de Xabregas, que ainda existia na década de 1940. As praias mais distantes foram, também elas, modificadas ao longo dos anos, com a beneficiação de acessos, com a construção de muros de suporte e protecção ao caminho-de-ferro e à Avenida Marginal, e foram tão alteradas que se tornaram quase irreconhecíveis.

⁵⁶ Decreto de 31 de Dezembro de 1864

⁵⁷ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

⁵⁸ Fernanda Genael Koefel, *Morfodinâmica de Praias Arenosas Oceânicas*, http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/17gb/mar_02.htm#morfodinamica

⁵⁹ Segundo a classificação morfodinâmica das praias.

⁶⁰ Região entre a máxima e a mínima excursão da onda sobre a face da praia.

⁶¹ Área compreendida entre a quebra mais distante e a mais próxima da costa.



Figura 35. Rio Tejo visto da chamada praia dos Algarves.
Arquivo Municipal de Lisboa, autor desconhecido, 1888, PT/AMLSB/AF/SEX/000211

Ao longo da costa norte do Tejo as praias estão encastradas em formações rochosas, mais ou menos escarpadas, ou a pique sobre o mar, as falésias⁶². Estas formações naturais também sofreram, em todo o território em estudo, alterações que as “humanizaram”. Inicialmente com a construção de acessos, caminhos e escadas e mais tarde foram utilizadas como muros de suporte (quando da construção da linha de comboio e da Avenida Marginal). Foi junto à capital que se assistiu ao seu quase total desaparecimento. O desenvolvimento de actividades económicas, urbanísticas, portuárias e de transportes e a pressão urbanística, a que se assistiu desde finais do século XIX, ao longo de toda a Costa do Sol, transformou as falésias em paisagens construídas, principalmente nas zonas próximas dos povoados, contudo, nas zonas mais inacessíveis, ainda persistem algumas extensões de falésia natural ao longo da costa (fig. 36).

⁶² Falésia: escarpa abrupta de paredes talhadas a pique pela acção erosiva do mar.



Figura 36. Boca do Inferno
Arquivo Municipal de Lisboa, José Artur Leitão, s.d., PT/AMLSB/AF/BAR/000114

O processo de transformação das margens rochosas continua em curso, como se verifica no concelho de Oeiras, com a construção de “passeios marítimos”, e no Concelho de Cascais, com a implementação dos projectos previstos no Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Estes percursos junto ao mar vêm continuar a tradição das esplanadas, complemento essencial das estâncias balneares junto ao mar. Existe inclusive o projecto de um percurso pedonal, que irá ligar Belém a Cascais. Se os “passeios marítimos” são uma estrutura indiscutivelmente popular, com níveis de frequência que o atestam, não deixa de ser objecto de reflexão a profunda alteração que estas estruturas introduzem na paisagem da beira-mar. Estas construções modificaram-na irreversivelmente, quando é precisamente a proximidade dos elementos naturais o que se procura.

As falésias e as zonas rochosas devem ser preservadas e protegidas, prevenindo a descaracterização de toda a fisionomia do litoral. As estruturas construídas sobre as rochas junto ao mar, para usufruto e contemplação da natureza, transformaram a linha de costa numa paisagem artificial, onde é indiscutivelmente necessário preservar os aspectos naturais que ainda subsistem.

Já são poucos os locais na Costa do Sol em que as falésias e rochas mantêm a sua imagem original, sendo praticamente todos no concelho de Cascais a norte do cabo Raso (fig. A3 e A4). O mesmo se aplica à vegetação, que em virtude de um crescente controlo paisagístico, deu lugar a canteiros urbanos, entre passeios e caminhos delimitados, para maior segurança dos utilizadores. A importação de espécies vegetais de outros países, também tem alterado o coberto vegetal endémico, que está a desaparecer (fig. A5). Contudo, graças à classificação do território entre Sintra e Cascais como Parque Natural⁶³, sob a tutela do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a par da implementação de todos os instrumentos de ordenamento do território que se aplicam a esta região, será possível que a paisagem litoral, as praias e as falésias, apesar da pressão urbana a que estão sujeitas, não venham a sofrer mais alterações significativas.

4.2. Um Percurso pelas Praias

Na perspectiva museológica interessa sobretudo compreender o que diferencia as praias, o que molda a sua individualidade e as torna únicas. A prática balnear marítima, nas praias da Costa do Sol, está documentada na literatura, na história local, em fotografias, em descrições de personagens que as frequentaram, em notícias de jornais e em relatos e testemunhos orais. Pode, por isso, falar-se de uma “fortuna crítica” das praias, a qual inclui toda a documentação que é possível reunir sobre cada praia, desde a origem do seu uso balnear à forma como foram sendo “construídas”, das suas histórias, personagens e costumes locais.

É nas praias mais próximas de Lisboa que se inicia a prática balnear marítima. A facilidade de deslocação a esses areais, numa altura em que os transportes eram quase exclusivamente privados originou, logo no início da “ida à praia”, uma segregação social, entre os que se podiam deslocar para lugares mais distantes, e os que tinham que recorrer às praias “urbanas”.

Com o aparecimento dos transportes públicos a frequência das praias foi-se alterando. Houve uma onda que levou as elites a afastarem-se da Capital, à medida que as praias foram ocupadas pelas classes mais populares. Este movimento foi mais sentido no início do século XX, mas ainda hoje se verifica que a frequência das praias da linha se rege por regras implícitas,

⁶³ O Parque Natural de Sintra-Cascais foi criado a 15 de Outubro de 1981, pelo Decreto-Lei n.º 292/81

correspondendo a cada praia uma determinada "classe" social. Num breve percurso pelas praias pode verificar-se como foi a sua ocupação ao longo dos tempos:

Praia da Junqueira (fig. A6).

Era a praia mais próxima de Lisboa e em 1861 já dispunha de casino. Nesta época veraneava na praia da Junqueira a mais alta nobreza (os infantes D. Carlos e D. Afonso) que aí conviviam com pescadores e se banhava por entre estaleiros navais. Esta praia desapareceu com as obras do Porto de Lisboa e a construção da linha férrea, no final de oitocentos⁶⁴

Praia da Torre

Em meados do século XIX, a praia da Torre (fig. 37), em Belém, era a mais frequentada “por tudo o que havia de mais elegante e distinto na Lisboa d’ então, a começar pela rainha a Sr.^a D. Maria II, que ia com todos os seus filhos tomar banhos a esta praia”⁶⁵, ficando para o efeito alojados no Palácio de Belém. A presença da barcaça real fez dela a primeira praia dos lisboetas⁶⁶.

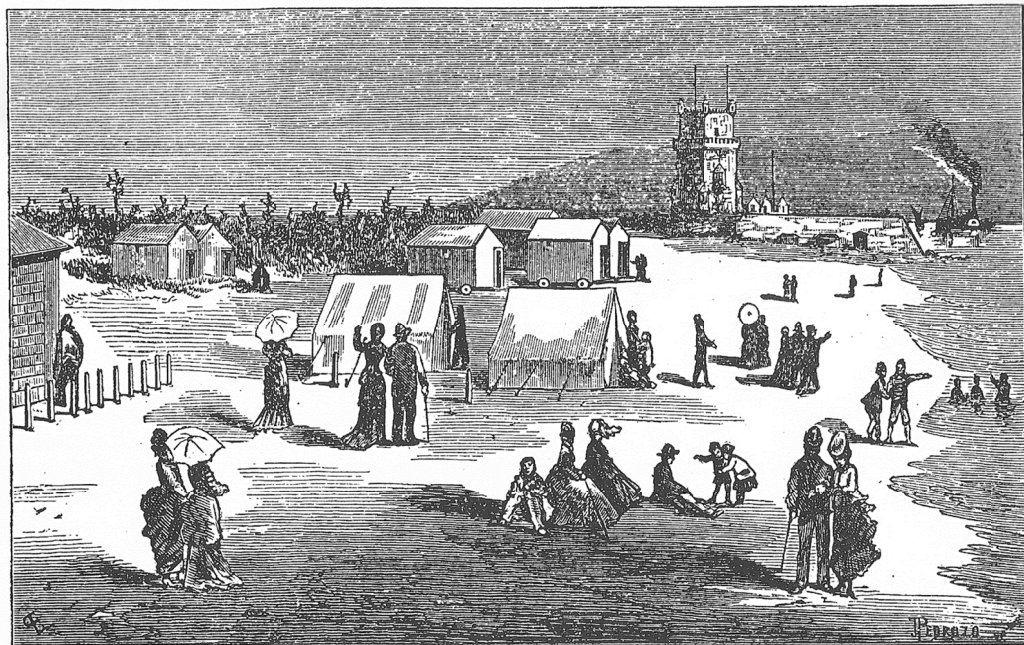


Figura 37. Praia da Torre, 1876, gravura de Pedrozo, desenho de Emílio Pimentel in Lisboa Desaparecida, Volume 5, p. 86, Marina Tavares Dias & Quimera Editores, Coimbra, 1996

⁶⁴ Maria Luísa M. Afonso Martins, *A vilegiatura marítima no século XIX...* op. cit., p. 103.

⁶⁵ Gervásio Lobato, "Crónica Ocidental", *O Ocidente*, nº 530, 11 de Setembro de 1883, p. 201.

⁶⁶ Maria da Graça Briz, *A vilegiatura balnear marítima em Portugal...* op. cit., p. 87.

*“As melhores famílias começaram ali a conviver umas com as outras, reunindo-se de manhã, na praia de Belém, que era junto do muro da Quinta, denominada da Praia, e que pertencia então à família do Duque de Loulé. Às tardes, realizavam-se passeios pelo campo, e à noite havia geralmente reuniões familiares, onde se jogava, ou fazia-se um pouco de música, não faltando os recitativos”*⁶⁷

O seu desaparecimento deveu-se à construção da Doca do Bom Sucesso e da muralha do Porto de Lisboa.

Praia de Pedrouços (fig. A7 e A8)

Em “Portugal antigo e moderno” (1875) Pinho Leal dizia ser moda ir a banhos à praia de Pedrouços. O Duque da Terceira, o Marquês da Fronteira, os Duques de Loulé, a Infanta D. Ana, o irmão de Júlio Castilho, Almeida Garrett, o Conde da Figueira e os Duques de Cadaval, veranearam nessa praia.

Segundo Ramalho Ortigão, Pedrouços era *“a praia oficial da vilegiatura burocrática de Lisboa”*, parecendo *“uma secretaria de estado ao ar livre”*. Caracterizava-se pela frequência de funcionários públicos, onde a convivência era tão promíscua que *“a gente abre a janela do quarto, deita a cabeça de fora e pode fazer a barba no espelho do seu vizinho do prédio fronteiro”*⁶⁸.

A proximidade da capital, bem como a facilidade de transporte, designadamente com a chegada do “americano”, levou *“Pedrouços a perder o seu prestígio e deixou de ser a praia elegante, a praia onde se exibiam os modelos de fato de banho, a praia onde se falava francês e inglês, a praia onde os banhistas a tiritar se tratavam por Dom e Excelência...”*⁶⁹. Apesar de tudo continuou a ser uma praia de banhos muito concorrida até ao início do século XX, sendo *“ainda escolhida pelos banhistas de capital que não podem ou não querem escolher outra, que os obrigue a uma ausência de Lisboa”*⁷⁰.

⁶⁷ José Dias Sanches, *Belém do passado e do presente*, p. 172.

⁶⁸ Ramalho Ortigão, *As praias...* op. cit., p. 55.

⁶⁹ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 44.

⁷⁰ “Praia de Pedrouços”, *Correio de Cascaes*, nº 32, 28 de Janeiro de 1900

Praia de Ribamar (fig. A9 e A10)

Também a praia de Ribamar, na zona ribeirinha de Algés, foi uma praia aristocrática desde o início do século XIX até à construção do caminho-de-ferro.

Em 1825 o Conde de Castelo Melhor comprou o Forte de S. José para aí mandar construir um palacete de Verão. Outras famílias destacadas (Lavradio, Fronteira), ocuparam durante a época balnear alguns palácios e residências aí existentes. Após a extinção das ordens religiosas (1834), alguns conventos foram adquiridos por particulares e transformados também em casas de veraneio.

No final do século XIX continua a ser uma praia frequentada por *“algumas pessoas da nossa primeira sociedade”*, apesar de se verificar um aumento do número de casas para alugar na época de banhos, designadamente por *“muitos burgueses ricos e abastados, aspirantes, pela maior parte, a baronatos, condados, marquezados, de qualquer cousa”*⁷¹. A proximidade de Lisboa e a facilidade de transporte, tanto de comboio como por carro eléctrico, permitiram a uma burguesia modesta da capital ir a banhos todos os dias a esta praia, sem incorrer nas despesas de uma estadia à beira-mar, o que determinou o afastamento das elites para praias mais distantes.

Praia do Dafundo

Na praia do Dafundo a Quinta da família Palha acolhia as elites sociais, *“graças aos interesses intelectuais dos filhos dos proprietários e à beleza das filhas”*, segundo testemunhos da época. Também a quinta da Piedade, propriedade dos Marqueses de Abrantes e a quinta do capitalista Luíz Monteiro, foram espaços que propiciaram a permanência de elites.

Nas “Memórias da Linha de Cascais”, Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, indicam a urbanização e densificação do casario, com a construção da Avenida Ivens quando da implantação da linha, como a razão do afastamento da gente *chic* da praia do Dafundo. Antes do

⁷¹ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 65.

aterro feito para servir de leito à linha do caminho de ferro, toda essa zona era um pantanal infestado pelos mosquitos criados nos charcos lodosos do Jamor⁷².

Praia da Cruz Quebrada (fig. A11)

Na praia da Cruz Quebrada, em meados do século XIX, assiste-se ao aparecimento da aristocracia e da alta burguesia que, ao estabelecerem aí residência, permanente ou de veraneio, contribuíram para tornar essa praia frequentada “pela melhor gente”, segundo Tomáz de Mello Breyner. Pensa-se que Almeida Garrett terá composto neste sítio as “Folhas Caídas” e parte do poema “D. Branca”.

No final deste século esta povoação era ainda procurada por uma “elegante sociedade” e “várias famílias abastadas e distintas”, sem dúvida devido à existência no local de quintas e palacetes de notáveis personagens (do conselheiro Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, do Visconde de Ribamar, do barão de Sabrosa), e de outros que arrendavam casa na zona (a Marquesa de Niza, a Condessa da Azinhaga, a família Anjos, a Condessa de Murça, os Câmaras e os Lencastres).

Ainda no início da década de oitenta do mesmo século esta estância balnear era considerada “*a mais pacata, a mais serena de todas as praias dos arredores de Lisboa*”⁷³ e dez anos depois a “*melhor e mais divertida praia de Portugal*”⁷⁴

Praia de Caxias (fig. A12 e A13)

Em Caxias veranearam D. Amélia, a Rainha D. Maria II, o Rei D. Luís e o Infante D. Augusto. A família real alternava a passagem da estação calmosa entre a praia da Torre e a praia de Caxias, onde ficava instalada na Real Quinta de Caxias. Na praia era montada uma barraca de campanha, a “Real Barraca”, que era mobilada e decorada para maior conforto dos seus ocupantes.

Em 1845, o “Guia de Viajantes em Lisboa e suas Vizinhanças” aponta a praia de Caxias como o único local indicado para banhos, entre Belém e Cascais.

⁷² Maria Luísa M. Afonso Martins, *A vilegiatura marítima no século XIX*...op. cit., p. 114.

⁷³ *Diário da Manhã*, 23 de Setembro de 1882

⁷⁴ *Diário da Manhã*, 4 de Novembro de 1891

O Palácio Real de Caxias foi residência de veraneio de D. Luís até 1870, altura em que o monarca começou a passar a estação balnear em Cascais. Até essa data a praia de Caxias era frequentada pela elite aristocrática, que mais tarde seguiu a corte para Cascais. A partir do início do século seguinte o palácio foi ocupado por militares e a praia passou a ser muito concorrida por uma elite militar e uma burguesia simples.

Segundo Raul Proença “*o que há de mais notável em Caxias é...o antigo Palácio Real, (onde) D. Miguel, quando rei, foi passar o verão de 1832; estabeleceu residência estival desde 1834 a imperatriz D. Amélia do Brasil, mulher de D Pedro IV; vinham passar a época balnear D Maria II e D Fernando...*”.⁷⁵

Praia de Paço de Arcos (fig. A14 e A15)

Paço de Arcos foi considerada a praia da aristocracia dos arredores de Lisboa, fama conferida pela predilecção que o corpo diplomático tinha por ela. Aos sábados havia *soirées* no clube local, onde os banhistas pagavam uma quota e os estrangeiros eram convidados. As senhoras espanholas, a banhos nesta praia, foram a grande atracção dos bailes, com a sua vivacidade e presença expansiva. “*Era costume perguntar-se durante o dia, para o banho “há maré?” e à noite, para o baile “há espanholas?”, chegando muitos portugueses a virem de praias vizinhas ao clube, no caso de haver as ditas espanholas, cuja pronuncia lançava no ar como que um “frémto de pandeireta, o frenesi das castanholas, a vertigem do bolero!”*”.⁷⁶

Desde 1837 esta praia foi servida por carreiras de barcos a vapor e, a partir de 1858, a Companhia de Carruagens Omnibus ligaram Paço de Arcos a Lisboa. O preço destas deslocações impôs a selecção da frequência social desta praia. Contudo era muito concorrida sendo, a seguir a Pedrouços, a praia mais frequentada da linha⁷⁷. Neste local existiram duas praias de banho, a Giribita, mais elitista e privada, e uma outra, com várias denominações. Esta última já não existe, em virtude da construção da doca e da Avenida Marginal.

“*Paço de Arcos, estância balnear hoje apenas frequentada pela classe média de Lisboa, mas há quarenta anos era a praia de luxo dos arredores da Capital. Praia com posto de socorros a*

⁷⁵ Raul Proença, *Guia de Portugal...*op. cit., pp. 602-603.

⁷⁶ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal...*op. cit., p. 103.

⁷⁷ Maria Luísa M. Afonso Martins, *A vilegiatura marítima no século XIX...*op. cit., p.120.

*náufragos, cujo barco salva vidas tem história heróica (patrão Joaquim Lopes). Próximo da praia pequeno passeio arborizado com campo de ténis e o Casino da terra. O nome da povoação deriva do palácio do conde das Alcáçovas, (...) dos finais do séc. XV. Segundo a tradição D. Manuel vinha para a varanda do palácio ver sair as naus para a Índia”.*⁷⁸

Praia de Santo Amaro (fig. A16 e A17)

Antes do início da prática balnear marítima em Oeiras “*na Quinta dos Marqueses de Pombal (...) amesentaram, durante a estação calmosa de 1775 e 1776, D. José e a sua corte, a águas nos Estoris, hóspedes do Marquês*”.⁷⁹

Contudo, segundo Ramalho Ortigão, no final do século XIX “*a praia de Oeiras era triste, abatida, um destroço, onde apenas o notável palácio se destacava. Após a morte do Marquês, Oeiras tinha-se dissolvido*”.⁸⁰

Mais tarde, já na década de 1920, a praia de Santo Amaro foi considerada “*uma boa praia, com casino próximo e jardim à beira-mar (não havia hotéis, mas tinha luz eléctrica e boa água)*”.⁸¹

Praia de Carcavelos (fig. A18 e A19)

“*A glória máxima de Carcavelos é a sua praia, a praia soberba onde começa o esplendor da Costa do Sol. Praia longa, vasta, bem atufada duma areia fina, dunas de oiro em pó...*”⁸²

Em meados do século XIX em Carcavelos “*a moda dos banhos de mar, a exploração da praia, era ainda um vago contorno de vela no horizonte*”. Mas pouco tempo depois, com a instalação nesta praia da Companhia do Cabo Submarino, em 1872, Carcavelos passou a ser “*habitada por ingleses, por alemães, a antiga aldeia portuguesa mudou de fisionomia. Passou a ser considerada como um quisto de núcleo internacional a crescer e proliferar naquela pacata Costa do Sol onde os nossos pais e avós construíram as primeiras casas de veraneio*”⁸³. A presença de estrangeiros em Carcavelos resultou na introdução de novas modalidades desportivas no nosso país, o *golf*, o *tennis*, o *foot-ball*, o *rugby*, o *volley-ball* e o *cricket*.

⁷⁸ Raul Proença, *Guia de Portugal...*op. cit., p. 603.

⁷⁹ Aquilino Ribeiro, *Guia de Portugal...*op. cit., p. 607.

⁸⁰ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal...*op. cit., p. 103.

⁸¹ Aquilino Ribeiro, *Guia de Portugal...*op. cit., p. 604.

⁸² Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...*op. cit., p. 228.

⁸³ *ibidem*, p. 217.

*“Foi em Carcavelos que os saloios, os banhistas pacatos, os turistas caseiros afizeram os olhos ao espectáculo dos desportistas e das desportistas, uns e outras nos seus fatos claros, corpos ágeis e fortes, amando o movimento pelo prazer do movimento e expansão da força. Essa praia de desportistas e ingleses passou a ser olhada pelo burguês nacional como uma caixa de amostras da vida nas civilizações superiores, como um cenário de prazeres novos, modernos, fascinantes, como um palco português onde se representasse, grátis, dia a dia, uma comédia inglesa”.*⁸⁴

Praia da Parede (fig. A20 e A21)

No final da década de 1920, a praia da Parede, foi a *“mais frequentada da linha depois de Cascais, Estoris e Paço de Arcos. Praia magnífica com óptimas condições balneares. Casino Oceano, Hotel, cinematógrafo, court de “lawn ténis”, correios, estação telegráfica e cabine telefónica”.*⁸⁵

*“Parede tem três praias, vastas, longas, mas pobres de areal. Praias negras, estranhas, descarnadas do seu corpo doirado, cobertas de lajes enormes, polidas pelas ondas, onde rolam seixos grossos e cascalho duro, agressivos dos pés descalços – praias chamadas das Avencas, Central e do Sanatório”.*⁸⁶

Em virtude da sua riqueza em iodo, esta praia foi muito procurada durante todo o século XX, por uma população doente em busca da cura.

Praia das Avencas (fig. A22)

Encontra-se pouco referenciada nos documentos pesquisados, provavelmente por ser difícil o acesso ao areal, ao fundo de uma falésia. Mas a sua situação e o seu enquadramento natural, numa zona intercotial rochosa, levou à sua classificação como "zona de interesse biofísico", única na linha.

⁸⁴ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., pp. 215-218.

⁸⁵ Aquilino Ribeiro, *Guia de Portugal...* op. cit., p. 616.

⁸⁶ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 252.

Praia da Bafureira (fig. A23)

Sobre a praia da Bafureira, antes da construção da Avenida Marginal, existiram três moradias, onde funcionou, numa delas, o Colégio da Bafureira. Todas tinham um terreno murado, com escadas de acesso à praia. Uma destas escadas é ainda hoje a passagem pública para o mar.

Nos anos de 1920, o banheiro Júlio Bento, concessionário da vizinha praia de Cae-Água, vinha a esta praia dar banhos às crianças do colégio, mergulhando os alunos, um por um, na água do mar⁸⁷.

Praia de S. Pedro do Estoril (fig. A24)

Antes de ser baptizada com o nome de S. Pedro do Estoril, esta povoação era conhecida por Cae-Água, “*onde as ondas batem com mais fúria e fragor nos rochedos abruptos*”⁸⁸. A mudança de nome ficou a dever-se às aspirações de desenvolvimento da pequena povoação, de características e denominação rurais, seguindo o modelo das estâncias balneares dos Estoris.⁸⁹

Praia de S. João do Estoril (Praia da Poça) (fig. A25 e A26)

Este local era conhecido por Banhos da Poça até ser baptizado com o nome de S. João do Estoril, em 1890. Foi em torno do edifício de banhos que se desenvolveu o novo núcleo urbano, colónia balnear de carácter termal, calma e repousante.

*“A praia de S. João é minúscula, rochosa, rapada na capa de areia. S. João tem a sua costa orlada de rochas, penhascos, ribas, e o oceano martela os seus flancos com o ímpeto das águas. Não possui, como outros povoados da linha, um tapete de areia para o rolar das ondas. (...) A enseada é maneirinha, tem o aspecto duma praia particular. Dos palacetes alcandroados descem escadas de degraus talhados nos fragões, para permitir o seu serviço privativo e acesso à praia”*⁹⁰

⁸⁷ Ana Cristina Brites Antunes, Carlos Miguel Ferreira e Francisco Matta Pereira, *De Cae Água...* op. cit., p. 99.

⁸⁸ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 262.

⁸⁹ A mudança de nome foi consumada pelo Decreto nº 12:228 do Diário do Governo de 31 de Agosto de 1926.

⁹⁰ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., pp. 275-276.

Praias do Estoril (fig. A27 e A28)

No último quartel do século XIX o sítio do Estoril era ainda um pequeno lugarejo, onde o pinhal descia até à praia. Nesse local existia o pátio do Viana, onde as termas eram o pólo de atracção, *“muito concorrido, quer por banhistas das termas, quer por veraneantes e banhistas do mar. (...) Veraneavam ali os poetas, os artistas, os sonhadores que amavam o isolamento, a mata, o areal deserto, o mar sem ninfas em fato de banho. (...) Com a construção da linha de Cascais, a corrida turística para as praias, a moda do veraneio a contagiar a burguesia, o Estoril e o Monte Estoril adquiriram uma importância crescente e subiram de prestígio num salto brusco. Lisboa, maravilhada, descobriu finalmente os Estoris”*.⁹¹

Ernesto Schröeter construiu, sobre as ruínas do antigo forte de São Roque, uma habitação de veraneio. Este homem, de bom gosto, elegante e viajado, rodeou-a de tamarindos e palmeiras. *“No correr dos anos esse arvoredo exótico enquistou-se na cenografia do Estoril e colou o seu nome ao local. O Tamariz...”*⁹²

Mais tarde esta propriedade foi comprada e transformada em restaurante e casa de chá. *“E o Tamariz entrava na vida mundana de Lisboa como expoente do grande luxo e da grande elegância das praias da «Côte d’Azur», levando as janotas (...) a vestirem-se de sedas cintilantes, a cobrirem-se de chapéus emplumados, a enfeitarem-se com jóias, para irem tomar chá ao Tamariz!”*⁹³

Segundo as autoras das “Memórias da Linha de Cascais”, na praia *“vêm-se fatos de banho janotas, tão despidos quanto o permite a lei, vêm-se os banhistas do sol que tenteiam as audácias do nudismo, vêm-se os que nadam, os que barquejam, os que namoram, os que se exibem, os que se isolam entre o tumulto. Uma praia da moda. A quem não encanta, diverte”*.⁹⁴

Segundo Raul Brandão os *“Estoris são pequenas praias de areia muito fina, mar muito calmo e com panoramas de uma beleza maravilhosa. (...) estações balneares (...), já com pretensões de paragens civilizadas e com mimos de conforto e vegetação, (...) constitui a única estância cosmopolita que temos entre nós. Começa aqui a Riviera portuguesa – a enseada azul. (...) Os*

⁹¹ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., pp. 294-297.

⁹² *ibidem*, p. 301.

⁹³ *ibidem*, p. 302.

⁹⁴ *ibidem*, p. 307.

*Estoris são, antes de mais, pela amenidade e regularidade da sua temperatura e pela maravilhosa transparência da sua atmosfera, (...) muito procuradas sobretudo por estrangeiros. Monte Estoril, com os seus palácios, hotéis, parques de palmeiras, viçosos jardins e chalés erguidos sobre penedos, (...) com seu ar de estância europeia, afogada entre tufos de verdura, um verdadeiro festim de cor e de perfume, conserva o encanto voluptuoso das primaveras inextinguíveis”.*⁹⁵

Em 29 de Março de 1915 foi constituída a sociedade “Estoril” por Fausto Figueiredo, Carreira de Sousa e mais alguns sócios capitalistas, com o objectivo da *“fundação e exploração de uma estação de vilegiatura no Estoril”*.

A entrada no “Parque Estoril” ficaria localizada junto à estação dos comboios, abrindo como “um vestíbulo”, numa ampla praça enquadrada por dois corpos de edifícios em meia laranja, destinados a *“estabelecimentos comerciais de artigos elegantes”*. De cada lado de uma grande alameda relvada haveria duas avenidas, *“bordadas de palmeiras”*, ao longo das quais seriam construídas colunatas e *“jardins de inverno”* formando galerias envidraçadas. Ao topo da alameda seria construído o Casino, rodeado de ambos os lados por jardins e parques. O projecto contemplava ainda um estabelecimento de banhos “monumental”, grandes hotéis, o Palace Hotel, de luxo, e o Hotel do Parque, com preços mais acessíveis, termas, um pavilhão destinados a banhos de sol e *“outros modernos sistemas terapêuticos”*, rodeado de *“muitas dezenas de hectares cobertos de pinhal, vales onde serpenteiam regatos de água puríssima que depois vai correr entre a relva ao longo das avenidas principais”*. Ainda estava contemplado um palácio de desportos, com ringue de patinagem, campos de *tennis*, de *croquet*, *criket* e *foot-ball*, campos para corridas de cavalos e *golf*. Junto ao mar estavam previstos cabines de banhos de mar, cafés restaurantes, e *“uma lindíssima digue-promenade”*. Para comodidade dos utentes do Parque Estoril estava prevista a construção de tramways eléctricos em torno de todo o parque, que se previa prolongar até Sintra. A intenção de tão grandioso projecto era transformar o Estoril, para além de uma estância de veraneio marítimo, numa *“estação elegante de inverno e único estabelecimento termal que pode abrir as suas portas em pleno Dezembro”*⁹⁶.

⁹⁵ Raul Brandão, *Guia de Portugal...* op. cit., p. 617.

⁹⁶ *Estoril- Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva*, Lisboa, 1914.

Cascais (fig. A29, A30 e A31)

Apesar de já anteriormente ser frequentada pelas elites, foi em 1870, com a permanência de D. Luís na vila, que definitivamente se transformou na estância de banhos da “primeira sociedade”. Acompanhando a família real na estação balnear a nobreza veio também instalar-se em Cascais, primeiro em casas alugadas e mais tarde em palacetes que mandou construir, muitos deles nas rochas sobre o mar. De meados de Setembro até ao final da época, Cascais “*torna-se o centro mais completo, o mais fino estrato da vida elegante em Portugal*”⁹⁷. Havia reuniões no salão do clube, *soirées* na cidadela presididas pelo próprio rei. A vida da corte deslocava-se para a beira-mar.

“O desenvolvimento da vila ocorre devido à prática da vilegiatura a que os banhos de mar obrigavam a oligarquia aristocrática, financeira e intelectual, que se foi progressivamente afastando da promiscuidade social, que a imitação da sua prática balnear ocasionou noutras praias”.⁹⁸

A vilegiatura aristocrática ficou bem patente na toponímia das praias, como tão bem nos descrevem as autoras das "Memórias da Linha" *“Cascais tem três praias. A maior, aquela onde El-Rei D. Carlos e a Côrte tomavam o seu banho elegante, é a chamada «Praia da Ribeira» ou «Praia do Rei». Hoje em dia é a praia dos pescadores. Mais perto da vila, numa pequena enseada, alastra numa concha de areia. Recanto idílico, afastado do bulício. Chamam-lhe a «Praia da Bôca do Asno». Ali pousavam a Rainha D. Amélia e os Príncipes, que preferiam o seu isolamento familiar à agitação da sociedade. Por isso também chamam ao sítio a «Praia da Rainha». Perto dos palácios dos duques de Palmela fica a «Praia da Conceição». É a praia que os banhistas de Cascais, os do nosso tempo, frequentam habitualmente”*.⁹⁹

Nesta praia, apesar de aristocrática, desde sempre conviveram banhistas e pescadores, *“os barcos pintados que assentam sua quilha na areia, entre montões de redes, enroladas as velas que recolhem os ventos, e circundados pelo afã misterioso dos pescadores de perna ao léu. O areal que rescende a maresia, a pescado fresco, a alcatrão.”*¹⁰⁰

⁹⁷ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*...op. cit., p. 108.

⁹⁸ Maria da Graça Gonzales Briz, *A vilegiatura marítima no século XIX*...op. cit., p. 122.

⁹⁹ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha*...op. cit., p.352.

¹⁰⁰ *ibidem*, p. 344.

Guincho (fig. A32)

A praia do Guincho, ou as praias do Guincho, continuam a ser a finisterra da Costa do Sol, integradas numa paisagem natural protegida, distantes, inacessíveis e preservadas.

*“A praia do Guincho é, na verdade, a varanda de Lisboa sobre os longes do Atlântico. (...) Ondas do largo, ondas imensas, arfantes, tumultuosas, arrojadas, desfazem o seu ímpeto no enorme sendal de areia, doirado e formoso.”*¹⁰¹

*“A praia do Guincho – com o seu mar e areal de maravilha e os degraus de escadório da escarpa de Sintra para poiso do casario – há-de tornar-se na grande praia de Lisboa, na grande praia do futuro.”*¹⁰²

¹⁰¹ ibidem, p. 362.

¹⁰² Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 363.

Capítulo 5.

A Margem Construída

Desde o início da utilização do litoral com objectivos terapêuticos e lúdicos assistiu-se à construção de espaços humanizados, destinados às práticas balneares marítimas. Para usufruir da praia e permitir a sua utilização por um número crescente de banhistas, as margens foram transformadas, ajustando-se às necessidades dessa população sazonal.

Os elementos construídos ao longo da margem contribuem para compreender as vivências e hábitos balneares de cada época. Equipamentos, habitações, passeios e acessos ao mar, pelo seu significado, antiguidade, qualidade ou originalidade, testemunham o uso balnear das praias. Estas construções podem ser agrupadas conforme a sua função: as margens construídas (acessos, paredões, passeios, escadas, “piscinas naturais”, apoios de praia, balneários) e as arquitecturas de veraneio (habitações, equipamentos hoteleiros, casinos).

Apesar de não se inscreverem na temática deste estudo, não podemos deixar de assinalar os elementos paradigmáticos, quase todos património classificado, que pontuam o litoral: os fortes e os faróis. Estas são as primeiras construções que existiram no litoral e que marcam ainda toda a linha de costa. Edificadas ao longo de séculos para defesa militar de Lisboa e para garantir a segurança da navegação, foram construídas em promontórios destacando-se na paisagem.

A mais antiga construção para defesa militar nesta costa é a Torre de Belém¹⁰³, concluída em 1520, e que deu o nome à praia que lhe ficava a poente. Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, assistiu-se à construção de diversos fortes, para defesa e controlo dos navios na entrada da Barra do Tejo: S. Bruno¹⁰⁴, Giribita, S. João das Maias, Areeiro, Catalazete, S. Julião da Barra¹⁰⁵, S. António, S. Pedro, Cidadela de Cascais¹⁰⁶ e Santa Marta (fig. A33 a A41).

No âmbito das construções na costa, assinala-se o Farol da Guia, o mais antigo do litoral português (fig. A42).

¹⁰³ Monumento Nacional, Decreto de 10-01-1907, DG , de 17-01-1907;16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910

¹⁰⁴ Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 95, de 12/09/1978

¹⁰⁵ Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 41.191 de 18/07/1957

¹⁰⁶ Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 129/77 de 29/09/1977.

5.1. À Volta da Praia

A margem construída

As primeiras transformações que surgiram na margem norte do Tejo, e que alteraram definitivamente a fisionomia do litoral, foram o Aterro da Bela Vista (1859-1876), as grandes obras do Porto de Lisboa (inauguradas a 31 de Outubro de 1887 por D. Luís I) e a construção do caminho-de-ferro (1889-1895). Estas obras de infra-estruturas exigiram aterros, levando ao desaparecimento das praias da Junqueira, da Torre e de Pedrouços e surgindo em seu lugar as muralhas do porto de Lisboa e a doca do Bom Sucesso.

A construção da linha de caminho-de-ferro alterou toda a zona litoral, designadamente com o aterro em Algés, o encanamento da ribeira de Alcântara e mais próximo de Cascais, o troço junto ao Monte Estoril, que foi construído sobre parte da praia (fig. 38). Seguiu-se a construção da avenida Marginal, sofrendo o enquadramento paisagístico da Costa do Sol profundas alterações.

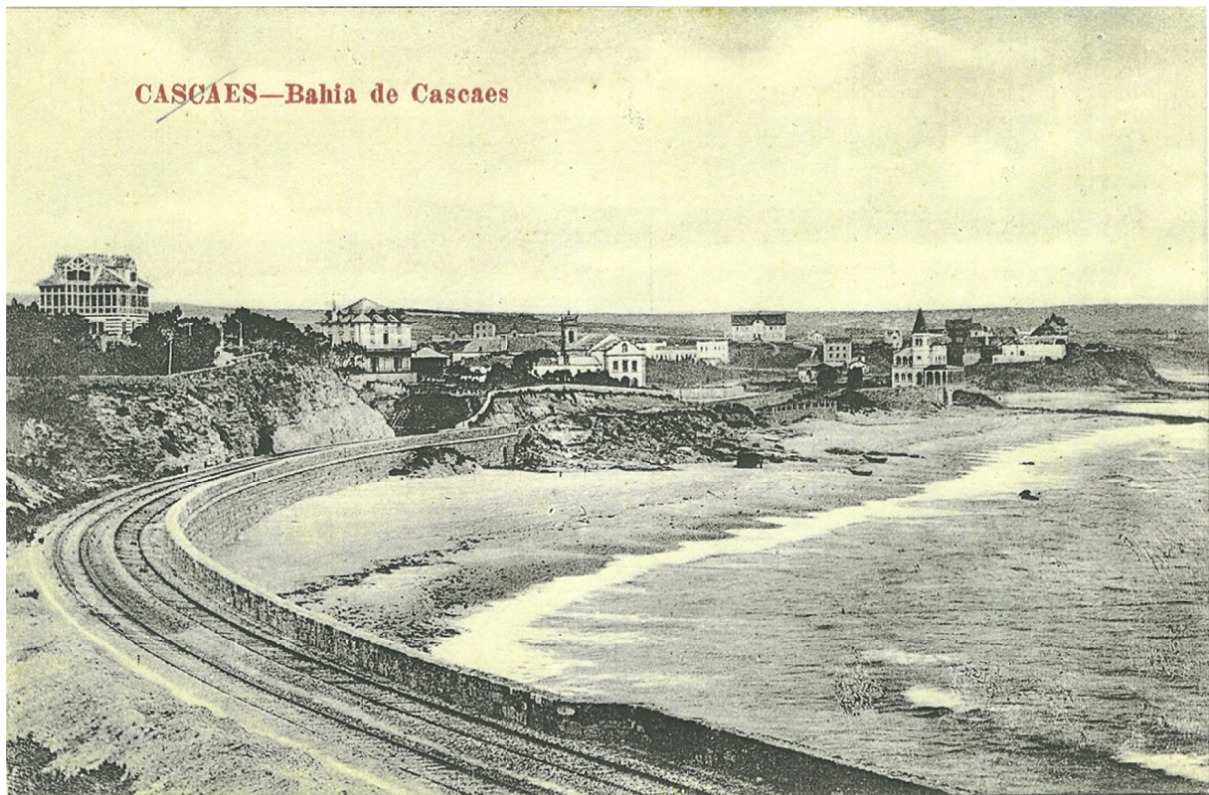


Figura 38. Caminho-de-ferro junto ao Monte Estoril, c. 1900
Arquivo Histórico Municipal, Cascais, AHM-AESP-CMBP-098

Nas duas últimas décadas do século XIX surgiram em Cascais os primeiros melhoramentos urbanos objectivamente executados no sentido de adaptar a vila de pescadores a estância de veraneio marítimo.

Datam dessa época a construção das primeiras estruturas realizadas unicamente para deleite dos veraneantes: a esplanada Maria Pia (fig. A43), plantada com árvores exóticas e mobilada de bancos, encostada à muralha da cidadela; e a esplanada Príncipe Real D. Luís Filipe (fig. A44), paralela à primeira mas mais perto do mar. Estes passeios marítimos seguiam o modelo existente nas estâncias balneares internacionais, como Nice ou Brighton.

Só mais tarde foram surgindo noutros locais da linha construções exclusivamente para uso balnear “apesar das características de estância de veraneio do Monte Estoril, nunca foi construído nenhum equipamento para apoio aos banhistas, para além dos casinos e hotéis. Não há notícia da construção de um edifício de banhos ou sequer uma esplanada. Apenas no início do século XX foi construído um pontão em pedra.”¹⁰⁷

Estas construções tinham apenas por objectivo o uso balnear das praias, como no caso do Estoril, “o areal é pequeno, estreito, inclinado, enegrecido pelo afloramento de rochas, e dá pouco espaço para o espraiar da onda. A oeste, sob a água, alongam-se agora uns paredões que provocam correntes submarinas e quedas de areias na praia. Assim se conseguiu, nos últimos anos, alargar o areal para os lados do Monte Estoril.”¹⁰⁸

Apesar desse modelo aristocrático de adaptação do litoral ao lazer balnear ter começado nos locais de maior prestígio da linha, Estoril e Cascais (fig. A45), as restantes praias da Costa do Sol também foram objecto de arranjos paisagísticos junto ao areal, assegurando um acesso ao mar mais confortável (fig. A46). Em todas as praias foram construídas escadas e paredões, por vezes molhes para protecção das areias (fig. A47), percursos sobre as rochas que ligavam as praias, ou muralhas para criação de piscinas atlânticas (fig. A48).

¹⁰⁷ Maria da Graça Gonzales Briz, *A Vilegiatura balnear marítima...* op. cit., p. 181.

¹⁰⁸ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 306.



Figura 39. Esplanada no Tamariz, c. 1940
Arquivo Histórico Municipal, Cascais, AHM-AESP-CMBP-312

Exemplo paradigmático de uma obra executada apenas com objectivos lúdicos, para passeio e desfrute dos veraneantes, é o paredão entre Cascais e Estoril (fig. 39). Esta estrutura, do início do século XX, foi objecto de melhorias e prolongamentos, tendo sido anunciado no Verão de 1964, a construção da esplanada marginal entre as praias de Monte-Estoril e da Duquesa, pela Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, publicada em Diário do Governo, cuja realização ocorreu nos anos de 1964, 1965 e 1966.¹⁰⁹

Ao longo de todo o século XX surgiram outras obras vocacionadas para o apoio à prática de banhos de mar. Os acessos às praias, integrados na construção da Marginal nos anos de 1940, foram efectuados em túneis, escadarias e rampas. Assistiu-se à construção de equipamentos de lazer, esplanadas e conjuntos de piscinas, de que é emblemático o Tamariz¹¹⁰, que proporcionaram o uso lúdico da beira-mar (fig. A49 a A52).

As leis do areal

A importância que o veraneio marítimo adquiriu, a partir de finais do século XIX, ficou bem patente nas intervenções que os poderes públicos fizeram nos espaços junto ao mar. E as praias, que eram tradicionalmente espaço para a faina da pesca, estaleiros e barracas para guardar

¹⁰⁹ *Jornal da Costa do Sol*, nº 14, 25 de Julho de 1964

¹¹⁰ Com projecto de Manuel Tainha, 1954-1956

aprestos dos barcos, foram invadidas por novos utilizadores, que reclamaram esse espaço para a prática dos banhos de mar, obrigando os legisladores a criar normas para regulamentar as novas práticas.¹¹¹

A primeira postura camarária que confere direitos aos banhistas foi criada no município de Oeiras, em 1858. Esta postura determinava regras cívicas e de segurança para a prática do banho de mar e proibía “*antes do meio dia, fazer banhar, qualquer animal nos locais onde se costuma dar banhos (...) lançar quaisquer imundices, isto tanto de bordo das embarcações como de terra (...) havendo bastante espaço nas praias para os barcos poderem ancorar, ficam proibidos de lançar fiteixas onde possa prejudicar os banhistas (...) na Praia grande serão colocadas umas estacas dentro das quaes fica prohibido fazer-se passagem tanto em carros como em cavalgadas, e isso tão somente durante o tempo em que se está tomando banhos*”¹¹².

A prática dos banhos de mar introduziu modificações físicas importantes à volta das margens mas, como se depreende desta postura municipal de meados do século XIX, também adquiriu estatuto oficial, com legislação própria que a defendia das actividades que tradicionalmente ocorriam no espaço da praia.

5.2. Arquitectura de Veraneio

O fenómeno da prática balnear marítima levou à transformação profunda de alguns locais junto à costa, havendo sítios que se organizaram apenas para um tempo de ócio, de forma muito distinta dos locais de habitação. Nesses lugares foi privilegiado o carácter "pitoresco"¹¹³ do sítio, enquadrado numa paisagem deslumbrante, acentuada pela plantação de jardins exóticos junto ao mar. Inicialmente estes lugares destinavam-se a uma elite, rica e exigente, que obrigou à criação de equipamentos e animação próprios das sociedades civilizadas e urbanas, copiando os modelos em voga no estrangeiro. Tal como no resto da Europa, estas novas estâncias balneares originaram novos modelos sociais, de arquitectura e de urbanismo, que se ajustaram ao gosto das elites (aristocráticas, burguesas, artísticas e intelectuais) que as frequentavam.¹¹⁴

¹¹¹ Maria Luísa M. Afonso Martins, *A vilegiatura marítima no séc. XIX...*op. cit., p. 75.

¹¹² Postura de 25 de Setembro de 1858, arquivo da C. M. de Oeiras, *Livro de Posturas*, 1760 – 1867, fol. 57V.

¹¹³ Que pode ser pintado, que atrai o olhar do pintor.

¹¹⁴ Maria da Graça Gonzales Briz, *A Vilegiatura balnear marítima em Portugal...*op. cit., p. 32.

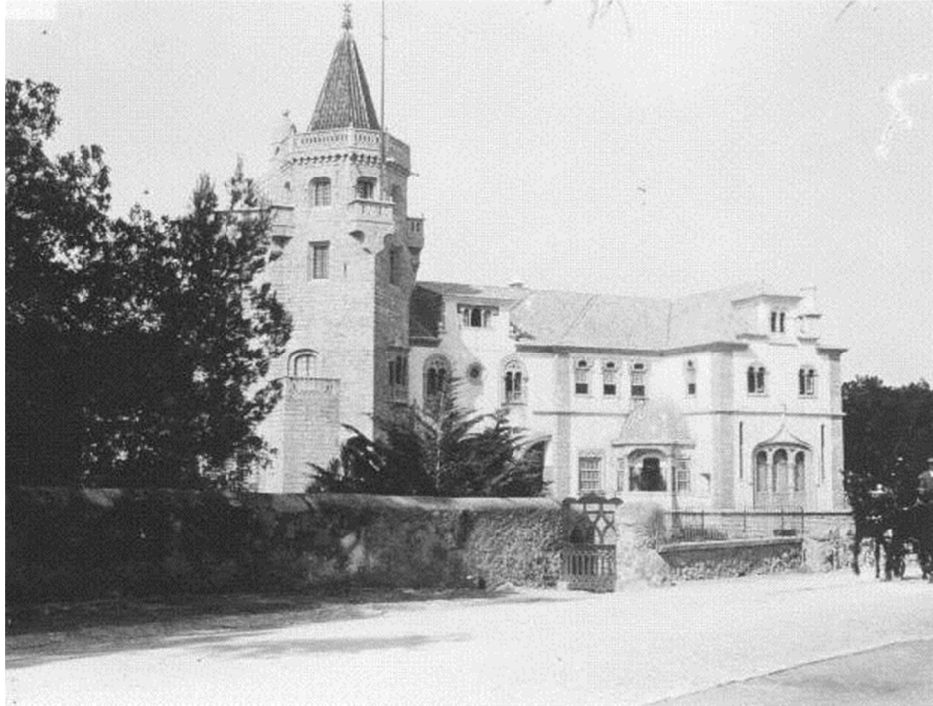


Figura 40. Palácio do Conde de Castro Guimarães, Cascais
Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/AF/BAR/000112

Neste contexto surgiu uma tipologia de habitação adequada a estes clientes e às novas práticas de veraneio, um lugar diferente, um sítio único, a "casa dos sonhos" (fig. 40). O modelo para satisfazer esse desejo foi beber inspiração à tradição clássica das *villas* romanas: uma casa rodeada de um espaço natural humanizado, uma quinta, que associava a produção agrícola ao jardim lúdico, um local de lazer, de que são exemplo o Palácio Anjos, a Real Quinta de Caxias, o Palácio do Marquês de Pombal.

A permanência da família real a banhos em Cascais, a partir de 1870, vem atrair para esta vila a nobreza e alta burguesia da capital, que inicia a construção das primeiras habitações de veraneio de grande qualidade, que serviram de modelo a muitas outras e marcaram a arquitectura de Cascais do final do século XIX.¹¹⁵ A primeira habitação deste tipo a ser construída, em 1871, foi a dos Duques de Palmela (fig. A53), integrada num imenso parque, situada à entrada da vila, entre Cascais e Estoril, com projecto do arquitecto inglês Thomas Henry Wyatt. Seguiram-se outras edificações apalaçadas, designadamente a do Visconde da Gandarinha (fig. A54), construída sobre o convento da Piedade, em 1874, a do Marquês do Faial (fig. A55) cerca de 1900 e a do Duque de Loulé, do arquitecto Luís Caetano Pedro de Ávila (fig. A56).

¹¹⁵ Maria da Graça Gonzales Briz, *A Vilegiatura balnear marítima em Portugal...* op. cit., p. 128.

A arquitectura de veraneio, tipo palacete, caracteriza-se por ter uma planta complexa, geralmente cruciforme, pluralidade de fachadas forradas a pedra, telhados pontiagudos de grande inclinação, geralmente escuros, com a estrutura aparente e elaborada sob os beirados e alpendres, águas furtadas, torreões e grandes varandas e terraços, num estilo geralmente eclético e de grande escala (fig. A57 a A64). Numa versão mais modesta o estilo *chalet*¹¹⁶, adapta-se a lotes de terrenos mais estreitos, mimetizando os palacetes mas em escala reduzida. Contudo é nesta tipologia que se encontram os exemplos que caracterizam uma arquitectura verdadeiramente de veraneio: habitações adaptadas ao clima marítimo, pensadas para desfrute da vista, do Sol e da proximidade da beira-mar (fig. 41).



Figura 41. Chalet Silva Leitão, início do séc. XX
Colecção José Santos Fernandes, referência: CAS 015

¹¹⁶ Casa frágil, em madeira, abrigo de origem suíça. O primeiro modelo que surgiu em Portugal foi a casa construída pela Condessa de Edla, em Sintra.

Relativamente aos denominados chalés, a que se chamou “casas de grilo”, cada proprietário dava asas à sua fantasia e exotismo e é interessante citar a crítica de Ramalho Ortigão: *“é um aflitivo manicómio de prédios, onde cada casa manifesta a sua especial mania. Uma julga-se chinesa, outra suíça, outra gótica, outra normanda: esta supõe-se castelo feudal e tem ganas de pôr besteiros de bacinete e loriga por detrás das suas ameias; aquela imagina-se, modesta e idilicamente, pequena granja de Nuremberg, e vê-se que sonha colocar à porta uma vaquinha...empenhada. Raríssimos naquele horto psiquiátrico os prédios com o aspecto estrutural e decorativo de serem aquilo que todos teriam a obrigação de parecer – singelos, confortáveis, risonhas habitações de honestos burgueses de Lisboa que aí vão no Verão tomar banhos de mar com a família.”*¹¹⁷

Se nesse final do século XIX as habitações de veraneio se destinavam principalmente a uma burguesia endinheirada, já no início do século seguinte surgiram novas tipologias arquitectónicas, ligadas a grandes nomes como Ventura Terra e Raul Lino, que contrapunham aos modelos importados novas propostas com características tradicionais, estilizações da “casa portuguesa”, ou reformulações da “linguagem internacional” e mesmo neo-romântica. Esta tipologia arquitectónica teve o seu apogeu no início do século XX, mas é ainda esse modelo, transformado em “casa de praia”, com origem numa reinterpretação do imaginário romântico, que caracteriza actualmente quase toda a arquitectura da linha de Cascais.

A definição tipológica e o levantamento das arquitecturas de veraneio na Costa do Sol encontram-se já bastante investigados, quer por Raquel Henriques da Silva¹¹⁸, quer por Maria da Graça Gonzales Briz¹¹⁹. Por este motivo não se aprofunda este tema, considerando-se contudo que a identificação, o estudo e classificação dos exemplos paradigmáticos desta arquitectura é fundamental no entendimento das práticas balneares marítimas, por caracterizar todo o desenvolvimento da arquitectura e urbanismo da Costa do Sol e ter determinado a fisionomia urbana da Linha.

¹¹⁷ Ramalho Ortigão, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Porto, 1903.

¹¹⁸ Raquel Henriques Silva tem várias obras publicadas sobre a “arquitectura de veraneio” na Linha de Cascais e a ela se deve esta denominação.

¹¹⁹ Maria da Graça Gonzales Briz: *A Arquitectura de Veraneio: Os “Estoris”. 1880-1930*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1990, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal, 1870-1970; Arquitectura, Urbanismo e Sociedade*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 2004.

Capítulo 6.

Objectos de Praia

Da prática do veraneio marítimo resultaram uma grande quantidade de objectos, criados para uso exclusivo na praia, de fatos de banho a brinquedos, de toldos e barracas em lona a bóias e colchões de ar, ou que se relacionam intimamente com a praia; editais, manuais, literatura e cinema, histórias, memórias ou documentos fotográficos que aqui se procuram identificar e sistematizar, com vista à sua futura inventariação.

6.1. Vestuário e Adereços de Banho

Palco privilegiado para a exposição do corpo, a praia foi sempre um local propício ao surgimento de modas, com especial relevo para a criação de uma indumentária específica para os banhos de mar: o fato de banho. Através da evolução desta peça de vestuário é possível traçar uma cronologia dos costumes e compreender como a prática balnear impôs novos usos à medida que se assistia a um lento *striptease* nas praias.

O fato de banho foi usado no inicialmente apenas para a imersão do corpo na água, sendo comum permanecer na praia completamente vestido e calçado (fig. 42). Era um tempo em que a ida à praia constituía um pretexto social para o convívio das elites, onde a forma de vestir também contribuía para marcar uma diferenciação social (fig. A65 a A70). Os banhistas reuniam-se à sombra de grandes toldos, antes e depois dos banhos, vestindo o fato de banho apenas para ir banhar-se ao mar, trocando a roupa em barracas que os banheiros punham à sua disposição para esse efeito.



Figura 42. Grupo debaixo de toldo na praia dos pescadores, 1906
Arquivo Municipal de Lisboa, Joshua Benoliel, AMLSB/AF/JBN/002690

Os primeiros modelos de fatos de banho foram objecto de atenção por parte das autoridades, que desde o início da prática balnear marítima, tentaram normalizar e moralizar a forma como se expunha o corpo na praia. Era comum os “guias para banhistas” de finais do século XIX, para além de indicações para o uso terapêutico dos banhos de mar, incluírem sugestões do tipo de roupa apropriado. Essas recomendações visavam tornar mais confortável a roupa do banhista, sem no entanto se perder a compostura e o decoro socialmente aceites:

“Vestuário de banho:

O vestuário adoptado pelo homem já apresenta dimensões muito exíguas, pelo que não se presta a modificações.

Para a mulher deve ser composto por duas peças: uma calça e uma camisola (blause) de sarja, de cor castanha e de quadradinhos. A lã de sarja nunca é fria em contacto com a pele e as pregas do vestido, quando molhadas, ficam à distancia do corpo, circunstancia que uma mulher deve ter em consideração.

As calças devem ser talhadas direitas, largas, não apertando as pernas, permitindo a livre circulação do sangue. Devem ser sustentadas por suspensórios para não comprimir a cintura. A camisola deve ter mangas baseadas no mesmo sistema, tendo aberturas nos sovacos. Um cordão da mesma fazenda pegado a este vestido pode servir de cinto. Sobre a cabeça uma rede e um chapéu de palha com abas largas.”¹²⁰

Lentamente os fatos de banho foram-se tornando mais leves, mais curtos e maleáveis, acompanhando a transformação dos banhos de mar terapêuticos no prazer hedonista e lúdico que a praia adquiriu (fig. A71 a A74). O espectáculo desta transformação, um lento *striptease* em público, foi quase sempre comentado e criticado, mas a moda foi transformando gradualmente as mentalidades:

“Homens e crianças entravam na água com longos fatos de malha, colantes, às riscas horizontais brancas e pretas, joelhos cobertos e mangas abaixo dos cotovelos. E as senhoras arrastavam pela areia e pela água as pesadas caudas duns vestidos de banho de castorina escura, avivada a nastro branco. Como luxo supremo usaram-se vestidos de banho em alpaca

¹²⁰ Eduard Claparide, *Estudos sobre os banhos de mar...*op. cit.

preta bordada a soutache de seda branca. Vestidos de cauda, com saia de pouca roda. (...) Nos começos deste século (XX) o fato de banho sofreu uma audaciosa modernização. Pernas nuas apareceram pela primeira vez na praia. As senhoras vestiram uns calções de castorina escura, com folhos abaixo do joelho, um grande casaco com abas até meio da coxa, também avivado a nastro branco de muita fantasia, e usaram tocas de oleado e borracha, enormes, onde coubessem as grandes cabeleiras – traje de manifesta impudência aos olhos das suas avós.”¹²¹

A atenção dispensada ao traje de banho ficou também patente nas primeiras posturas municipais, que impunham normas rígidas para o vestuário permitido nas práticas de banho de mar. Já em 1858 o Município de Algés determina que *“é (...) proibido o apresentar-se a (...) banho sem estar decentemente vestido (para) manter a decência, commodidade e segurança que deve haver no uso dos banhos do Tejo dentro dos limites do Concelho.”*¹²² O cumprimento destas normas eram garantidas pelos banheiros, que tinham de *“velar pelo decoro e segurança das suas praias”* e proibir *“dar banhos ou consentir na praia indivíduos em estado de nudez.”*¹²³

Com o século XX, a evolução do traje de banho, sobretudo o feminino, passa por um permanente descobrimento do corpo, que se mostra de forma cada vez mais ousada. Em 1907, numa competição de natação nos EUA, Annette Kellerman¹²⁴ aparece em público com as pernas descobertas pela primeira vez. Esta ousadia levou-a à prisão, mas passados apenas alguns anos o fato de banho feminino adopta o calção, sendo perfeitamente comum o seu uso já nos anos 20.

Mais tarde, já na década de 1940, numa altura em que grande parte dos refugiados se instala junto às praias, introduzindo em Portugal hábitos mais liberais, surgiram novas normas para o uso do fato de banho. *“A Mocidade Portuguesa Feminina instituiu mesmo um fato de banho próprio que serviu depois de modelo ao proposto pelo Ministério do Interior no projecto de decreto-lei de regulamentação do fato de banho nas praias.”*¹²⁵ Sob o título "Algumas normas para o fato de banho", o Ministério do Interior especifica que *“as senhoras deviam usar fato inteiro e saiote fechado, calção interior junto à perna; o saiote teria o comprimento necessário para exceder, pelo menos de um centímetro a extremidade inferior do calção, depois de vestido;*

¹²¹ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 20.

¹²² Postura de 25 de Setembro de 1858, arquivo da C. M. de Oeiras, *Livro de Posturas*, 1760 – 1867, fol. 57V.

¹²³ *Código de Posturas de 1915*, Artº 88, alínea 4) e Art. 89, alínea 1), Arquivo Histórico de Cascais, Pasta 428.

¹²⁴ Nadadora profissional de origem Australiana, estrela de cinema e de *vaudeville* (1887, 1975).

¹²⁵ Decreto-Lei n.º 31 247, de 5 de Maio de 1941.

*a frente do fato deve cobrir a parte anterior do tronco, não podendo o decote ser exagerado a ponto de descobrir os seios; as costas poderão ser decotadas até 10 cm acima da cintura, sem prejuízo do corte das cavas que devem ser, quanto possível, cingido às axilas. O fato de banho masculino devia ser inteiro cobrindo toda a frente do calção, ou fato completo de duas peças e calção exterior, corte de perna mínima de 2 cm.*¹²⁶

Contudo o movimento de diminuição do fato de banho foi imparável. Em 1946, no final da II Grande Guerra, foi lançado o biquíni, composto por duas peças reduzidas, deixando a barriga a descoberto. O seu criador, Louis Rênard, baptizou-o com o nome da ilha onde tinham acabado de ocorrer as primeiras experiências nucleares, porque sabia que o seu modelo de fato de banho seria uma verdadeira bomba atómica. E foi de tal forma escandaloso para a época, que apenas uma *striper* aceitou fazer a sua apresentação pública.

Nalguns países, incluindo Portugal, o uso do biquíni foi inicialmente proibido. A sua divulgação só ocorreu na década seguinte, através de atrizes de cinema e personagens ligadas à moda. No entanto, a primeira imagem deste traje feminino apenas com duas reduzidas peças de roupa data do séc. IV, onde aparece num mosaico romano da Villa del Casale, Piazza Armerina, em Itália.

O fato de banho masculino nunca provocou a polémica gerada pela moda feminina, apesar de também ter sofrido uma gradual redução nas suas dimensões. Todavia, por volta dos anos 1940, era ainda obrigatório o uso uma espécie de *maillot*, cobrindo o peito (fig. 43).



Figura 43. Praia de Carcavelos, 1940

¹²⁶ Irene Flunser Pimentel, *Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000

Arquivo Histórico Municipal, Cascais, AHM-AESP-CALM-056 (pormenor)

Nos anos que se seguiram, a invenção de novas fibras, designadamente a Lycra, rapidamente adoptadas pelos fabricantes, tornaram os fatos de banho ainda mais moldáveis ao corpo e mais resistentes à água do mar. Com pequenas inovações, os fatos de banho, tanto femininos como masculinos, mantiveram-se praticamente inalterados até à actualidade.

Para além da roupa, o veraneio marítimo envolvia o uso de inúmeros equipamentos de banho, tocas, bóias, colchões de ar (fig. A75 a A77), barbatanas, óculos de mergulho, e adereços pessoais como chapéus, óculos de Sol, toalhas e sacos, para além de produtos de dermofarmácia, como os cremes protectores e bronzeadores e as pomadas para queimaduras solares. Os concessionários das praias estavam equipados com ampolas contra as picadas do peixe-aranha e os estojos de primeiros socorros.

Este tipo de objectos está pouco documentado, e provavelmente será de recolha difícil por serem perecíveis ou consumidos, ou ainda porque os materiais em que eram fabricados (plásticos e borrachas) se terem deteriorado pelas condições extremas a que estiveram expostos: a água do mar e o Sol.

6.2. Equipamentos de Praia

Nos primórdios das práticas balneares em Lisboa, no começo do século XIX (fig. A78), *“houve (...) estações de banhos no Cais do Sodré e no Terreiro do Paço – onde os banhistas tomavam lugar numas barcaças ancoradas na corrente do rio, providas dum sistema de alagamento interno permitindo a entrada de água nos compartimentos privativos em que eles mergulhavam para a panaceia milagrosa dos banhos de mar. Eram «A Deusa do Mar», «A Flor do Tejo», «A Estrela de Alva», etc.”*¹²⁷

Ainda no final do século XIX, a prática balnear na praia da Torre, em Belém, consistia *“num sistema de barcaças, que levavam os banhistas a uma curta distância da praia para os mergulhar no mar. Outra modalidade de banhos, eram os praticados em privado, dentro de carros de cavalos ou bois, completamente fechados, que entravam na água para permitir o*

¹²⁷ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 20.

banho dos seus ocupantes. No rio, e um pouco afastado da praia, havia uma grande barca flutuante, onde se tomavam banhos, para a qual se ia de barco a remos.”¹²⁸

Nesta praia havia construções no areal, “*barracões em madeira, embandeirados, que ostentam as suas varandas cobertas com toldos recortados*” e pranchas projectadas sobre a água de onde alguns banhistas mergulhavam (fig. A79). O aspecto da praia era festivo e animado com “*um ar de acampamento de ópera cómica*”, acentuado pelas “*barracas dos banhistas, brancas e pontiagudas, pelos chapéus-de-sol, das bandeiras ao vento e do colorido dos vestidos de verão.*”¹²⁹

“*Havia (...) para apoio aos banhistas, toldos e barracas de lona, construções em madeira com pranchas sobre o mar, barcas de banhos. Os banheiros exploravam estes equipamentos e levavam as senhoras e as crianças ao banho (...) ou carregavam água em regadores para molhar a cabeça ou para os banhistas utilizarem nas barracas.*”¹³⁰ (fig. 44)



Figura 44. Banheiro na praia da Ribeira, Cascais, 1900
Arquivo Histórico Municipal, Cascais, AHMC-AESP-CAM-0986

Os banhos de mar e a prática balnear marítima levaram ao desenvolvimento destes equipamentos específicos de apoio aos banhistas, que eram propriedade dos banheiros. Estes, eram possivelmente pescadores ou pessoas de alguma forma ligadas ao mar, que aproveitaram a

¹²⁸ José Dias Sanches, *Belém do passado e do presente*, Lisboa, 1970, p. 172.

¹²⁹ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal...*op. cit., p. 96.

¹³⁰ Maria Luísa M. Afonso Martins, *A vilegiatura marítima no séc. XIX...*op. cit., p. 104.

crescente procura de banhos, na época de veraneio, para aumentar os seus rendimentos. Contudo a grande difusão dos banhos de mar e o número crescente de banhistas, obrigou as autoridades a criar instrumentos normativos para regular e moralizar as práticas balneares marítimas.

A primeira postura municipal que trata dos banhos de mar, e que já foi referida, é do concelho de Oeiras, de Setembro de 1858, e surgiu da necessidade de *“velar pela segurança e comodidade dos seus administrados; e sendo certo o muito que este Concelho é concorrido por gente da Capital na presente estação de banhos, e o quanto se faz reparado a indecência e abusos que por essa ocasião alguns indivíduos indiscretamente praticão esquecendo-se do decoro que deverião guardar em semelhante acto, talvez por não haver uma Postura que estabeleça as regras de policia, que por aquella ocasião se devem guardar, inspirando ao mesmo tempo segurança e confiança a todos aqueles que percizão fazer uso dos banhos do mar”*.¹³¹

Estabelecia também quem podia dar banhos de mar e ser banheiro, *“homens visível e comprovadamente robustos”*¹³², para o que era necessário solicitar uma licença, gratuita, na Câmara Municipal. Os banheiros, para além dessas características pessoais precisas, deveriam ter qualidades éticas reconhecidas para velar pelo cumprimento das convenções morais vigentes.

Esta postura revela ainda que, à época, os banhos de mar eram apenas tolerados pelas suas qualidades terapêuticas e profiláticas, sendo condenável o uso lúdico da praia que alguns já praticavam. Só mais tarde, em 1915, surge uma nova postura municipal, no concelho de Cascais, que já reconhece a prática balnear como actividade de lazer e define os equipamentos que os banheiros deveriam possuir para garantir a segurança dos banhistas: *“1) Barracas de madeira ou lona, em bom estado de conservação. 2) Um cabo fixo em terra e no mar, pelo fundo mínimo de 2 metros. 3) Uma embarcação fundeada próximo da praia, com a competente palamenta e 2 bóias de salvação pelo menos, pronta a socorrer os banhistas. 4) Quando o mar o consinta, uma prancha para serviço dos banhistas.”*¹³³

Os banheiros, que inicialmente se ocupavam apenas em “dar” os banhos de mar prescritos pelos médicos, passam a ser responsáveis pela segurança dos banhistas e obrigados a fornecer

¹³¹ Ana Teixeira Gaspar, “O Lazer Através das Posturas Municipais dos Concelhos de Oeiras, Lisboa e Cascais”, *III Encontros de História Local do Concelho de Oeiras*, Outubro de 2000, p.15.

¹³² Ana Teixeira Gaspar, “O Lazer Através das Posturas Municipais..”, *Op. cit.*, p. 16.

¹³³ *Código de Posturas de 1915*, Art.º 90º, Arquivo Histórico de Cascais, Pasta 428.

diversos serviços de apoio à praia. As responsabilidades e os deveres dos primeiros banheiros não diferem muito das que ainda hoje vigoram.

A segurança dos banhistas e a vigilância das praias não estava só a cargo dos banheiros e regulados pelas câmaras municipais. Em 1892 a Rainha D. Amélia fundou o Real Instituto de Socorros a Náufragos, entidade que tinha como vocação velar pela segurança de pessoas no mar, prestando socorro aos navegantes e aos banhistas junto às praias. Esta instituição era inicialmente uma organização privada, formada por voluntários e tutelada pela Marinha de Guerra. Em 1910 passa a ser designada por Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), e actualmente, desde 1958, é um organismo de estado.¹³⁴

O primeiro registo de um posto de apoio a banhistas é de 1909 e refere-se à praia da Trafaria, onde foi montado um sistema de vigilância com embarcação, que percorria a praia na estação balnear, para evitar acidentes com banhistas. Em 1910 já existiam 120 postos de praia equipados com *“duas bóias grandes, duas bóias pequenas com uma retenida de 25 metros, dois cintos de salvação, uma retenida de 100 metros e, finalmente, um quadro explicativo dos primeiros socorros a prestar aos náufragos”*.¹³⁵ Estes postos eram colocados no areal e ficavam à guarda do banheiro que prestava serviço na praia. O serviço de vigilância era supervisionado pelo cabo de mar, entidade que surgiu no princípio dos anos de 1940 e que ainda representa a autoridade marítima nas praias.

A partir de 1956 iniciou-se a formação de nadadores-salvadores, que vieram substituir os banheiros na vigilância das praias. No final da década de 1960 surgiram, na rádio e na televisão, as primeiras campanhas de divulgação com vista a prevenir os banhistas dos perigos do mar. Dessa época ainda persiste na memória colectiva o célebre reclame de Alexandre O’Neil *“há mar e mar, há ir e voltar.”*

Os postos de vigilância dos nadadores-salvadores, são um dos equipamentos que ainda hoje podemos ver nas praias e mantêm praticamente inalteradas as suas características: um painel/suporte, com estrutura em madeira enterrada na areia, onde são afixadas as normas de segurança, a bóia de salvação, um cabo e diversos apetrechos de resgate de pessoas em perigo.

¹³⁴ O Instituto de Socorros a Náufragos veio substituir o Real Instituto de Socorros a Náufragos, que havia sido criado por Carta de Lei de 21 de Abril de 1892, e tinha sido fundado pela Rainha Dona Amélia, que o presidiu até à implantação da República em 1910.

¹³⁵ História do Instituto de Socorros a Náufragos, site da Marinha, <http://www.marinha.pt/pt/isn/instituti/pages/instituicao.aspx>

Para além dos equipamentos de segurança, na prática balnear são utilizados outros equipamentos de apoio para garantir a privacidade e conforto de veraneantes (fig. A80 e A81). Através da documentação fotográfica recolhida é possível identificar algumas das primeiras construções que surgiram nas praias para apoio aos banhistas (fig. 45). São pequenas barracas em madeira, semelhantes à que ainda hoje se pode ver no Museu do Mar (fig. A82), em Cascais, cuja função era a de balneário privado, onde se trocava de roupa antes e depois do banho. A característica mais curiosa destas pequenas barracas era terem rodas, o que as tornava amovíveis, permitindo serem retiradas para terra firme, fora da época balnear.

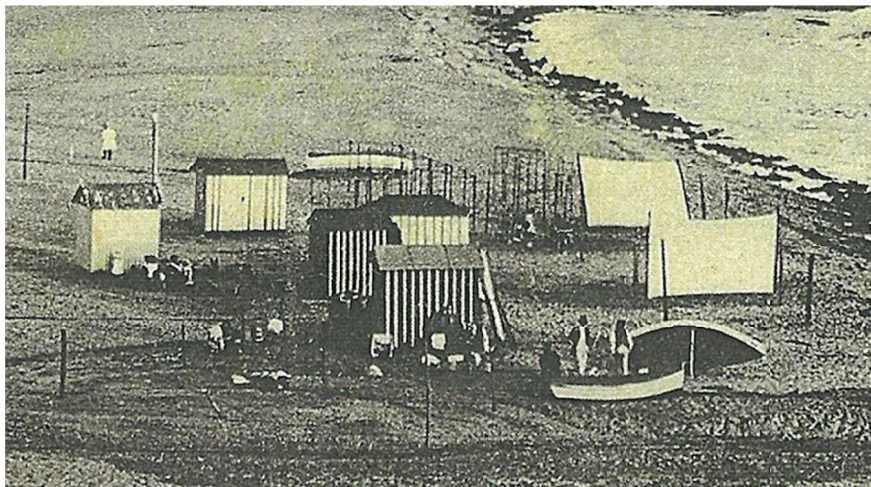


Figura 45. Barracas de banho, Cascais, finais séc. XIX
Arquivo Histórico Municipal, Cascais, AHM-AESP-CMBP-122 (pormenor)

Mas seguramente os equipamentos de praia mais paradigmáticos são as barracas e toldos de lona. Encontram-se documentados em fotografias desde os primórdios da prática de veraneio marítimo e a sua forma pouco mudou ao longo dos tempos (fig. A83 a A88). Com uma estrutura simples em madeira, as barracas de lona permitem configurar um espaço encerrável para maior privacidade dos banhistas. Já os toldos têm por única função o ensombramento de um pequeno espaço no areal. Ao longo dos anos verificou-se um aumento do número de toldos e barracas, à medida que a sua dimensão diminuiu, para se alinharem nas praias de forma cada vez mais organizada. A exploração do areal por diferentes concessionários identifica-se através da cor utilizada nos elementos de pano e nos postes de suporte, onde era inscrito um número. Estes pequenos abrigos eram alugados à época ou diariamente, sendo comum as famílias ocuparem sempre os mesmos lugares ao longo de muitos anos, criando laços de amizade com os vizinhos mais próximos. Também a sua localização na praia, mais próxima ou mais longe da beira-mar, estava associada ao estatuto social dos seus ocupantes.

Um dos equipamentos de banho mais interessantes, mas que desapareceram desta costa no final dos anos de 1960, foram as plataformas flutuantes (fig. 46), jangadas que ficavam fundeadas ao largo das praias e onde existiam pranchas e escorregas, de onde se podia mergulhar, e constituíam um desafio aos banhistas por ficarem relativamente longe da margem.



189 CASCAIS (Costa do Sol) – Um aspecto da Praia da Duquesa

Figura 46. Jangada ao largo de Cascais
Arquivo Histórico Municipal, Cascais, António Passaporte, AHM-AESP-CMBP-244

Se no início o mobiliário de praia se confundia com o utilizado nos passeios ao campo (bancos, mesas, toldos), rapidamente a praia transformou esses modelos, adaptando-os às características específicas do areal. Exemplo destes equipamentos são as cadeiras e espreguiçadeiras em lona na sua maioria às riscas coloridas, as cadeiras desdobráveis e os bancos em madeira, com uma dimensão e *design* que permitiam a sua colocação a 45°, fazendo um encosto perfeito para as costas, ou serem transformados numa mesa baixa.

6.3. Jogos, Brinquedos e Espectáculos

Jogos, passatempos, brincadeiras, a praia é palco de um sem número de actividades lúdicas. O tempo passado junto ao mar foi sempre um tempo privilegiado para o lazer. As características do areal, a disponibilidade para o recreio, a actividade física inerente aos banhos de mar, tudo contribuiu para que a praia fosse um espaço propício ao surgimento de actividades recreativas.

Para além das actividades lúdicas praticadas na praia, existiam uma série de passatempos para ocupar os tempos livres, fora das horas do banho. No início das práticas de veraneio nenhuma estação balnear seria considerada completa se não fosse equipada com um casino, clubes

recreativos e festas, populares ou privadas, cujo objectivo era apenas o divertimento e a sociabilização dos veraneantes: *“realizavam-se passeios pelo campo, e à noite havia geralmente reuniões familiares, onde se jogava, ou fazia-se um pouco de música, não faltando os recitativos.”*¹³⁶

Às actividades recreativas associavam-se actividades desportivas: jogos de ténis, gincanas automóveis, tiro aos pratos, patinagem, futebol, etc. (fig. A89 a A93). O desporto tinha adquirido grande protagonismo, na transição do séc. XIX para o XX. Com efeito *“a importância do movimento como condição de vida, processo de regulação das funções, de fortalecimento geral e de revigoramento físico era destacado pela introdução da ginástica (...). O exercício físico regular e metódico justificava-se (...) como forma de apurar o funcionamento de todos os órgãos e de as relações que estes estabeleciam entre si e, também, das ligações entre órgãos, articulações e músculos. (...) O exercício atraía o olhar sobre os corpos, concentrava as preocupações sobre a saúde, o vigor e a força, representava um meio privilegiado de animar a vitalidade empobrecida. Acima de tudo, destacava o facto de ser possível alcançar, com trabalho e perseverança, um domínio superior sobre o corpo e o seu funcionamento, de acentuar e de manter a harmonia entre todas as funções, de consolidar as capacidades físicas e de fazer vingar a resistência às doenças.”*¹³⁷

Na praia, onde os corpos estão mais expostos aos olhares dos outros, o exercício físico revela-se da maior importância. O corpo ginasticado tem uma aparência mais saudável e revela-se mais resistente à doença, mais salutar e forte.

Contudo, no final do século XIX, o exercício de nadar era quase exclusivamente masculino, tendo Ramalho Ortigão reparado que se viam poucas senhoras a praticar a natação, *“nobre”* actividade, *“ginástica extremamente benéfica para as pessoas que se fatigam com o menor exercício”*¹³⁸, sugerindo que era especialmente indicada para desenvolver os músculos do dorso, do pescoço e da coluna vertebral. Dadas as características das praias da orla do Tejo, com águas serenas, considerava que seria um óptimo serviço à terapêutica o estabelecimento aí de escolas de natação. Só uns anos depois, em 1902, surge a primeira escola de natação, fundada pelo Ginásio Clube Português, na Trafaria. Quatro anos mais tarde realizou-se a primeira corrida de

¹³⁶ José Dias Sanches, *Belém do passado...* op. cit., p. 172

¹³⁷ Manuela Hasse, *O divertimento do Corpo*, Lisboa, Editora Temática, 1999, p. 14.

¹³⁸ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal...* op. cit., p. 56.

natação, de meia milha, na baía do Alfeite, para disputar a taça D. Carlos.¹³⁹ É com pequenos torneios de Verão que se inicia, nas praias mais frequentadas do país, a prática da natação em Portugal (fig. A94).

Os desportos náuticos, o remo e a vela, sempre acompanharam a prática balnear (fig. A95). No entanto, dadas as características exclusivamente aquáticas destes desportos, transcendem o universo da praia, e não serão referidos neste trabalho. Existia, no entanto, uma embarcação de recreio, específica das praias da linha, que importa destacar. Tratava-se do “charuto”, espécie de canoa, em contraplacado e estrutura de madeira, normalmente pintada de azul e para um único ocupante. As “gaivotas”, pequenos catamarãs a pedais, existiram nas praias do Estoril por um curto período de tempo, mas tiveram pouco sucesso por serem embarcações pouco adaptadas ao mar agitado desta costa atlântica.

O areal é um campo natural e nele realizavam-se inúmeros jogos, os Jogos de Praia. Destes destaca-se o Jogo do Prego, caído em desuso, mas que foi muito popular durante décadas. Como o nome indica, era jogado com um prego, que podia ser em ferro ou vidro colorido (fabricado na Marinha Grande), e consistia em o espetar na areia de diversas formas sequenciais, que iam aumentando de dificuldade à medida que se avançava no jogo. Estacas, palmas, costas, orelhas, beijinhos, flechas, eram os nomes dos movimentos executados pela mão do jogador. Cada jogador repetia a sequência até o prego cair sem se espetar na areia, altura em que passava ao jogador seguinte. Existiam diversas variações, com uma, duas ou três voltas, de repetições, de toques intermédios com diferentes partes do corpo, com o objectivo de aumentar a dificuldade do jogo.

Outro jogo muito comum, por não exigir nenhum equipamento além da própria areia, era o Jogo do Galo. Na areia era desenhada uma matriz de três linhas por três colunas. Dois jogadores escolhiam uma marca para si, normalmente um círculo e um xis. Os jogadores jogavam alternadamente, fazendo uma marcação em cada jogada, num espaço que estivesse vazio. O objectivo era conseguir três círculos ou três xis em linha, quer na horizontal, na vertical ou na diagonal, e ao mesmo tempo impedir que o adversário ganhasse na jogada seguinte. Quando um jogador conquistava o objectivo, costumava fazer um traço sobre os três símbolos alinhados.

¹³⁹ site da Marinha, <http://www.marinha.pt/pt/isn/instituti/pages/instituicao.aspx>

O Jogo da Carica era muito popular entre os rapazes. A pista era feita na areia, usando um método pouco ortodoxo mas funcional, “*recorrendo ao traseiro de uma das crianças participantes, puxada por dois colegas de brincadeira*”¹⁴⁰. As tampas das garrafas eram alinhadas junto à partida e cada um dos concorrentes, à vez, com o dedo indicador dava um piparote na sua carica, fazendo-a avançar sem sair da pista. A meio do percurso era colocado um monte de areia e o primeiro a ultrapassá-lo ganhava “o prémio da montanha”, um papelinho cor-de-rosa, a camisola (por associação ao ciclismo), que se colocava no interior da carica.

No jogo da Barra do Lenço, jogado por duas equipas, cada jogador tinha um número (1,2,3,4, etc.) sendo os números iguais para ambas as equipas. As equipas dispunham-se no terreno de jogo separadas cerca de quinze metros; no meio ficava a “mãe”, com o lenço pendurado na mão. Ia chamando um número de entre os que entravam no jogo. Os jogadores das duas equipas que tinham esse número corriam a tentar apoderar-se do lenço sem serem tocados pelo adversário, e fugir para uma das barras (zona das equipas). O jogador que fosse tocado permitia à equipa adversária ganhar um ponto. Se conseguisse escapar para a sua barra ganhava dois pontos, conseguindo três pontos se alcançasse a barra da outra equipa. Ganhava a equipa que somasse primeiro vinte pontos. Porém a “mãe” neste jogo tinha mais que um simples papel "decorativo", pois podia chamar, se assim o entendesse, mais do que um número de cada vez, ou até mesmo todos os jogadores das duas equipas, dizendo: FOGO!

O Jogo das Pedrinhas era praticado quase exclusivamente por raparigas. Para o jogar eram necessárias cinco pedrinhas pequenas e arredondadas. Os jogadores dispunham-se em círculo, deitados na areia. As pedrinhas eram colocadas na areia e cada jogador, à vez, agarrava uma pedrinha, lançava-a ao ar e apanhava do conjunto que estava no chão uma nova pedrinha, a tempo de, com a mesma mão, apanhar a que estava em queda. Sucessivamente ia apanhando mais uma pedrinha de cada vez, enquanto lançava as que tinha ao ar, até apanhar as cinco. Caso não conseguisse apanhar as cinco, dava a vez a outro jogador. Quando voltava a jogar, recomeçava na situação a que chegara antes de falhar. Após terminado o último lançamento, teria de pegar nas cinco pedrinhas, lançá-las ao ar e tentar apanhá-las nas costas da mão. Ganhava quem conseguia ficar com o maior número de pedras nas costas da mão.

¹⁴⁰ José Luís Sousa, "Jogos de tempos idos voltaram a dar alegria à praia", *Diário de Coimbra*, 4 de Setembro de 2000.

No Jogo do Lencinho, os participantes dispunham-se em círculo. Ao som de uma lengalenga, um dos jogadores saía do seu lugar com o lenço e corria no exterior do círculo. O mais discretamente possível, deixava-o cair nas costas de outro que, ao se aperceber que o lenço estava nas suas costas, tinha de o perseguir, correndo o mais que podia, com o objectivo de ocupar o lugar deixado vago na roda.

Muitos dos jogos que se realizavam em campo, jogos de bola, do ringue (com que se jogava ao “mata”), de raquetas, de pontaria ou de perícia, também chegaram às praias, tornaram-se moda e marcaram gerações de banhistas. Nos anos sessenta foi muito popular uma bola azul, insuflável, publicidade ao creme *Nívea*.

Jogos de praia, mas com característica mais “artísticas”, eram os concursos de construções na areia, que transformavam as praias em autênticos ateliers de escultura, em que se competia pelos prémios atribuídos pelo jornal “O Século”, organizador destes concursos (fig. 47).



Figura 47. Concurso de construções na areia, Tamariz1937
in Memórias de Verão, A Costa do Sol e o Estoril nos anos 30, Cristina Pacheco, Câmara Municipal de Cascais, 2007, p. 24

Antes da descoberta do plástico, quase todos os brinquedos eram de madeira ou chapa, incluindo os de praia. Alguns destes brinquedos sobreviveram aos anos através de colecionadores particulares, de que é exemplo João Arbués Moreira, proprietário da colecção do Museu do Brinquedo, em Sintra. Neste Museu existem alguns brinquedos de praia, em folha de lata,

madeira e plástico, exemplares dos anos de 1930 a 1960. Forminhas para “bolos” de areia, baldes, pás, ancinhos, peneiras, regadores e ainda bonecos de pasta de papel e pregos de vidro (fig. A96). Para além destes, mais populares, existem ainda na colecção do Museu do Brinquedo alguns barcos, em chapa, em madeira e em plástico, com velas e a motor. A vitrina destinada a esta colecção de brinquedos (fig. A97), representa uma encenação das brincadeiras na areia, e tem ainda em destaque uma miniatura da caixa de barquinhos, da *Baltar*, que imitava a caixa dos barquinhos (fig. A98). Os barquinhos eram vendidos por um homem que transportava uma caixa de lata, cilíndrica, com uma espécie de roleta na tampa (fig. A99). A troco de uma moeda jogava-se à sorte na roleta, que determinava o número de barquinhos a retirar do recipiente. Eram um tipo de bolacha feita de massa muito seca, enrolada, estaladiça e oca.

Outro exemplo de brinquedos de praia eram os brindes que vinham nos gelados da *Olá*, pequenos bonecos em plástico que representavam os personagens dos desenhos animados que começavam a passar na televisão, inaugurada em finais dos anos 1950.

Entre os jogos, diversões e brincadeiras destacavam-se os espectáculos de praia. Eram os saltimbancos, que ao som de precursão das caixas e pandeiretas, montavam um tapete sobre a areia onde actuavam os contorcionistas, os colossos que engoliam fogo, tratadores de cães amestrados, malabaristas, ilusionistas, todo um circo que se instalava nas praias à procura de espectadores (fig. A101 a A103). Havia ainda os “Robertos”, pequenos teatros de fantoches, que deambulavam pelas praias apresentando as suas peças, com muita cacetada (toma! toma! toma!). No fim de cada espectáculo passava entre a assistência um dos artistas, de chapéu na mão, tentando cobrar o “bilhete” de um público, que já satisfeito, se desculpava com o traje de banho para evitar contribuir com uns tostões...

6.4. Literatura e Publicidade

É possível traçar a história do lazer balnear na Costa do Sol através de obras científicas, de ficção, romances, guias turísticos, publicidade, cinema ou fotografia, produzidos desde o início do século XIX e relacionados com a prática balnear marítima. A promoção turística da Costa do Sol foi alvo, sobretudo a partir de meados do século XX, de publicidade nacional e internacional, através de cartazes e anúncios, em diferentes suportes, que constituem uma colecção notável, acompanhando a evolução da comunicação de massas, gráfica, radiofónica e televisiva (fig. A104 a A107).

O espaço da praia como cenário publicitário foi, e continua a ser, usado para promover qualquer produto de consumo, associado ao bem-estar, ao aspecto físico e à saúde dos corpos, em que estes aparecem expostos à beira-mar. Os cremes bronzeadores, protectores solares, hidratantes, bem como outros artigos higiénicos, foram objecto do interesse da indústria farmacêutica, que utilizaram todos os meios publicitários disponíveis para a promoção dos seus produtos (fig. A108 a A110).

O carácter lúdico da praia ficou ainda documentado no cinema, quer em obras de ficção como em documentários. A enorme atracção que a praia exerceu, sobretudo na população urbana, neste caso da capital, transformou a praia num cenário propício e privilegiado às objectivas das câmaras, documentando a sua crescente importância na ocupação dos tempos livres.

No âmbito da representação gráfica da praia poderá ainda incluir-se a produção artística, quer pictórica, quer satírica, esta última com grande divulgação graças à quantidade de revistas, jornais e periódicos que surgiram acompanhando o início da vilegiatura marítima. Ao nível das artes, encontramos documentos impressionantes nas aguarelas e óleos do Rei D. Carlos, cuja obra foi recentemente objecto de uma mostra no Museu do Mar¹⁴¹. Bordalo Pinheiro produziu grande quantidade de *cartoons* satíricos, muitos deles sobre as novas práticas balneares.

Os documentos publicados em jornais oficiais, ou as normas do Instituto de Socorros a Náufragos, bem como os editais afixados no espaço das praias, podem ser reunidos numa secção específica sobre as leis que regulavam a prática balnear. Da aplicação de regulamentos, a posturas sobre as concessões a banheiros, a editais sobre a assistência aos banhistas, existe um conjunto de documentos sobre a prática balnear que testemunham a necessidade que houve de legislar um território que, até ao início do século XIX, tinha sido vazio, um território de ninguém.

Não será difícil, por isso, imaginar a constituição de um arquivo documental, uma biblioteca, reunindo um conjunto de registos, nos mais variados suportes, sobre a temática balnear.

¹⁴¹ Exposição:Mar! Obra Artística do Rei D. Carlos, no Museu do Mar, em Cascais, de 29 de Junho a 27 de Outubro de 2007.

Capítulo 7.

Património Intangível

A praia é um território de sensações. Todos os sentidos são despertados pelo ambiente marítimo. Ver nascer, crescer e desfazer em espuma as ondas na areia, ouvir o seu rebentar, inspirar o cheiro a maresia, sentir o calor escaldante do Sol em contraste com o frio mergulhar do corpo no mar, saborear o gosto do sal na boca e na pele, gozar a brisa que refresca a tarde quente, são componentes indissociáveis da experiência de praia.

O património intangível, que pode testemunhar a prática balnear, não se confina às sensações que emanam do ambiente onde decorrem os banhos de mar. Dos pregões dos vendedores ambulantes a expressões da gíria banhista, passando pela recolha oral de histórias relacionadas com a experiência da praia, há uma quantidade de registos possíveis de gravar e serem documentados, que contribuirão para preservar a memória das práticas balneares.

7.1. Registos Sensoriais

*“Ocupava-me agora em sentir que o Sol me sabia bem. A areia começava-me a aquecer, sob os pés. Retardei mais um bocado a vontade que tinha de ir para a água, mas acabei por dizer (...) «Vamos?». Mergulhei. (...) Ao largo, pusemo-nos a boiar de costas e, na minha cara voltada para o céu, o Sol afastava os últimos véus de água que me escorriam para a boca. (...) O Sol caía quase a pique sobre a areia e o seu brilho no mar era insustentável. (...) Dirigimo-nos para a água e andámos à beira-mar. Às vezes, uma onda mais comprida do que as outras, vinha molhar-nos (os pés). Não pensava em nada, porque estava meio adormecido com todo este Sol na minha cabeça descoberta. (...) O Sol estava agora esmagador. Estilhaçava-se na praia e no mar. (...) Na areia, o mar ofegava com a respiração rápida e abafada das pequenas ondas que se sucediam umas às outras.”*¹⁴²

Difícilmente as sensações podem ser consideradas documentos, a menos que sejam registadas num suporte e reproduzíveis. Se é possível registar as cores, os sons, mesmo os odores, muitos dos sentidos despertados no ambiente da praia permanecerão intangíveis, não se podendo

¹⁴² Albert Camus, *O estrangeiro*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 119-128.

incorporar numa colecção. Contudo, a exposição museográfica numa praia poderá “encenar” o ambiente marítimo, com recurso a meios multidisciplinares.

7.2. Histórias e Memórias

O fascínio e o medo que as águas do mar sempre exerceram sobre os homens antes de, no século XVIII, terem descoberto o mar como fonte de emoções, propício a banhos, viagens de lazer e tratamentos medicinais, estão documentados em relatos e descrições surpreendentes, onde o mar era visto como coisa do diabo, povoado por monstros (fig. A111 e A112).

Segundo Damião de Góis *"já Plínio dizia que, nos tempos de Tibério César, fora visto e ouvido na Lusitânia um tritão. Uma embaixada (...) vinda expressamente de Lisboa e mandada a Tibério, testificou que numa gruta se avistara um tritão a cantar com uma concha, apresentando-se com o aspecto conhecido"*. Mais adiante afirma que, em meados de quinhentos, ainda se encontravam nesta costa "homens marinhos", que apresentavam *"na superfície da pele umas asperezas ou escamas quase por todo o corpo, como se fossem vestígios da sua antiga raça"*¹⁴³.

Os lugares também possuem histórias, foram testemunhos e palco de acontecimentos que ainda hoje permanecem na memória colectiva. Acontecimentos excepcionais e personalidades que frequentaram as praias aos quais ficaram para sempre ligadas, constituem um património imaterial riquíssimo. Muitas vezes são histórias trágicas (fig. 48), de naufrágios e quedas, que permanecem na memória destas povoações ribeirinhas, ou constituem mesmo marcos na paisagem: é o caso da Cruz d'El Rei, entre a Parede e Carcavelos, que assinala um naufrágio aí ocorrido no século XVII, época que se crê ser a da colocação do cruzeiro, na ponta de Rana.

¹⁴³ Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 30.



Figura 48. Naufrágio ao largo de Cascais
Arquivo Municipal de Lisboa, anónimo, anos 1920, PT/AMLSB/AF/EFC/001598

A memória deste naufrágio é-nos transmitida num manuscrito seiscentista, “*Memorial de Pero Roiz Soares*” onde se pode ler “*Neste ano de 1606 perderam-se a nau Mártires e a nau Salvação, de Cascais para cá, sendo uma das maiores perdições que jamais se viram, estando toda a praia alastrada de mortos e riquezas, não tendo escapado coisa alguma viva e foi a 14 de Setembro dia da exaltação da Vera Cruz de 1606. Naquela Torre de S. Julião tudo se despedaçou nas pedenias*”¹⁴⁴

Incentivando a magia de alguns lugares ficaram os mitos da sua origem, alimentando a imaginação e passando de geração em geração.

“*As rochas cavernosas, tonitruantes, as rochas minadas por furnas subterrâneas, furnas submarinas, que são domínio dos monstros delirantes, dos monstros dos pesadêlos... As rochas onde o mar se enfurece, se convulsiona, se desvaira em espantosos ímpetos, e se esfarela na espuma branca da água quebrada, feita rosário de gotas, feita poeira de lágrimas, feita claridade na luz. (...) no sítio onde o indígena chamava «A Bôca do Inferno» (...) o mar entra por elas, críspa-se em convulsões de serpente, ergue-se e lambe o alto da escarpa com raiva assassina. Corriam estranhas histórias sobre as furnas de Cascais. Constava que serviam de*

¹⁴⁴ *Memorial de Pero Roiz Soares*, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, ed. Universitatis Conimbrigensis, Universidade de Coimbra, 1953, p. 402, citado em “Parede, as pedras e o mar” p. 69.

refugio aos contrabandistas. Outros diziam que antigos piratas tinham ali armazenado tesouros de grande valia”¹⁴⁵.

A este local terrífico ficou também associada uma história trágica, protagonizada por D. Maria e seus filhos, no dia 2 de Outubro de 1873:

*“D. Maria resolve descer a um lago, poço ou pego chamado Mexoeiro, que em dias de mar picado oferece um espectáculo esplêndido e horrível. A rainha encaminhou-se, sorridente, com os infantes diante de si, para o abismo, por uma escada formada de rochedos arriscada e temerosa, sobretudo para senhoras e crianças. (...) Os príncipes são os primeiros a chegar lá abaixo e num instante uma onda mais forte arrasta-os para dentro de água. Temerária, a rainha atirou-se de imediato ao mar. Boa nadadora, D. Maria Pia consegue alcançar D. Afonso. A esse tempo já o arrojado faroleiro, galgando sobre aspérrimas fragas estava no lugar de mais perigo segurando o príncipe, pondo-o logo a salvo. Voltando à rocha onde os vagalhões se sucediam, salvou a rainha e o outro príncipe (...)”*¹⁴⁶.

É possível também recordar outras histórias de personagens que ficaram para sempre ligados à praia, como a de "Catitinha", personagem muito popular, cuja fotografia se pode ver no Museu do Brinquedo em Sintra, junto aos brinquedos de praia. Era *“um homem só, de grandes barbas brancas e roupas negras. Percorria todas as praias de Portugal nos Verões dos anos 30 e 40, na procura de gente pequena. Rodeava-se de miúdos para lhes contar histórias e, sempre que as crianças se excediam nas aventuras marítimas, Catitinha soprava um apito em forma de aviso*”¹⁴⁷.

As memórias dos tempos de praia também se encontram sobre a forma de testemunhos escritos na primeira pessoa:

“Recordo a amenidade das tardes de verão que passávamos na praia velha, num mar sem ondas... e do reboiço que envolvia a rapaziada quando ao longe víamos o Queen Mary ou o Queen Elizabeth, ou ainda qualquer dos “matulões” da frota italiana. E porquê tanto

¹⁴⁵ Maria Archer e Bianca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha...* op. cit., p. 350

¹⁴⁶ Notícias no *Diário de Notícias* da época, citadas por Margarida Magalhães Ramalho em *Uma Corte à Beira-Mar*, Quetzal Editores/Bertrand Editora, Lda, C. M. Cascais, 2003

¹⁴⁷ Paula Mourato, *Diário de Notícias*, 24 de Agosto de 2007.

entusiasmo? Só pelas ondas que vinham animar a baía... Era uma alegria: toda a rapaziada acorria à beira-mar a furar as ondas provocadas pela marcha do paquete...

Também com saudade recordo os fantoches que animavam as praias, as ciganas que liam a "buena dicha" – como os casais de namorados adoravam isto! Eram cinco tostões em cada mão, mas vinha-se informado de tudo sobre o presente e o futuro...

Entretanto jogava-se ao prego, às prendas ou ao jogo do ring ou da péla.

Os barquilhos eram uma tentação e o senhor Manuel dos bolos fazia bom negócio depois do banho da manhã ou, pela tardinha, na hora do lanche. Uma bola de Berlim custava dez tostões – tanto como uma bica no café do Pinhanços à noite – mas era preciso havê-los... o que nem sempre sucedia!

E faziam-se paridas, nem sempre inocentes: com uma cova na areia, coberta com papel de jornal e depois com areia, bem disfarçada, fazia-se uma ratoeira e, quando lá caía alguém, era uma troça pegada – e ninguém se zangava, nem nunca partiu uma perna...

*... ou a guerra de trincheiras que, munidos de pás, escavavam na areia, de lá atirando com bolas de areia molhada feitas com todo o cuidado.*¹⁴⁸

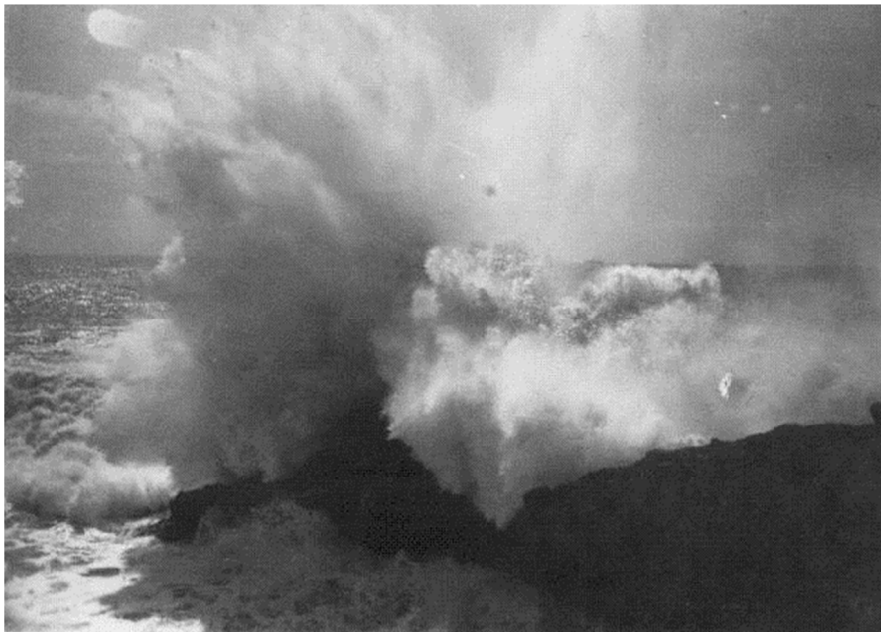


Figura 49. O mar galgando as rochas
Arquivo Municipal de Lisboa, anónimo, s.d., PT/AMLSB/AF/ACU/001598

¹⁴⁸ Joaquim Coutinho, "O lazer em Paço de Arcos: Apontamentos sobre o Rio e as Regatas, Subsídios para o seu conhecimento", *III Encontros de História Local do Concelho de Oeiras*, Outubro de 2000, pp.60-63.



Figura 50. Logótipo do Museu da Praia
Design: Diogo Martins, a partir de uma ideia do autor

Parte III

O Museu da Praia

Capítulo 8.

Paradigmas da Evolução da Instituição Museal

A criação de um novo museu parte de uma ideia, um conceito, que determinará o seu programa museológico. Este programa deverá ser elaborado por uma equipa multidisciplinar, a mais alargada possível, abrangendo diferentes áreas do saber. Por esta razão, não é objectivo deste estudo apresentar um programa detalhado para o Museu da Praia, que aqui se propõe, mas sim enunciar os parâmetros teóricos em que se baseia a sua concepção. Nesse sentido interessa referir a história da museologia e identificar os princípios museológicos em que se enquadrará o Museu, e reflectir no significado actual de cultura e de património.

8.1. O Museu no Tempo

Durante mais de um século, o Museu permaneceu uma instituição inquestionável. Local de “culto” e repositório do prestígio da sociedade dominante, o Museu ia divulgando a sua “colecção” a um “público”, que se desejava heterogéneo e que nela se revia, e ao qual eram comunicados os significados que as peças transportavam.

A imagem que o museu comunicava era a de um lugar sacralizado, onde se expunham objectos raros, sumptuosos e preciosos, usando uma linguagem excessivamente erudita e pouco acessível à maioria da população.

Obedecendo a uma longa tradição museográfica e a uma lógica legada do passado, os museus cingiram-se, durante muito tempo, a preservar e expor objectos, testemunhos de vivências sucedidas e efectivadas em momentos passados da história, que não eram inteiramente representativos de um povo na sua globalidade.

Apenas os objectos de grande valor artístico ou histórico, e socialmente reconhecidos, é que se converteram à categoria de “obras de arte”, sendo então expostos num museu. Neste sentido, a integridade do objecto constituía a preocupação principal dos museus.

A Museologia e o Museu tradicional, se é que se pode falar em “tradição”, edificaram sobre a sociedade uma organização conceptual, repleta de informação, numa inquietação constante para classificar e compartimentar correntes, culturas, e projectar o futuro pela construção de protótipos.

“Com o germinar da modernidade começam a aparecer os primeiros museus tal como os conhecemos hoje. Enquanto parte integrante de uma nova visão do mundo e da sociedade, os museus modernos pouco têm a ver com os templos gregos ou romanos, ou com as igrejas, catedrais ou mosteiros da Idade Média, considerados protótipos dos museus modernos, cada um deles fruto de uma época sociotemporal e cultural muito característica. Os modelos socioculturais clássicos e medievais destacam-se claramente dos actuais, o que não deixa de reflectir-se obviamente nos museus”¹⁴⁹. É efectivamente com a chegada da modernidade que surge o novo conceito de museu, definido por Joseph Mordaunt Crook “(...) como um produto do humanismo renascentista, do iluminismo oitocentista, e da democracia do século dezanove”¹⁵⁰.

A esta concepção de espaço museológico presidia um edifício, quase sempre faustoso e imponente; uma colecção, preferencialmente copiosa em quantidade e qualidade, e um público, que correspondia a uma determinada elite, embora se intitulasse para toda a população.

A génese dos primeiros museus modernos pode ser encontrada nos Gabinetes de Curiosidades, muito usuais na sociedade do século XV. Contudo, será apenas duzentos anos depois que esses mesmos Gabinetes se irão, lentamente, transformar em verdadeiras instituições ao serviço dos novos ideais veiculados pela modernidade. Assim, os museus modernos, nascidos nos séculos XVIII e XIX, ficariam a dever a sua criação às colecções de objectos reais ou monárquicos, que eram somente acessíveis àqueles que as colecionavam e ao reduzido círculo de familiares e amigos que os rodeava, encontrando-se expostos nos Gabinetes de Curiosidades¹⁵¹.

No panorama nacional e ainda num quadro pré-museal, conhecem-se interessantes exemplos. Entre algumas das mais importantes colecções, tesouros e gabinetes, verdadeiros percursos dos museus do século XIX e XX, merece especial destaque a colecção de “antiguidades” de D. Afonso, 1º Duque de Bragança (1377-1461), que “*muitas trouxe quando andou por fora do*

¹⁴⁹ Fernando Paulo Oliveira Magalhães, “Museologia, Ecomuseus e o Turismo: Uma relação profícua?” in *ANTROPOLógicas*, nº 7, Porto UFP, 2003, p. 213.

¹⁵⁰ P. Edward Alexander, *Museums in Motion: An Introduction to the History and Functions of Museums*. American Association for State and Local History Book Series, Nashville, Tennessee, 1979, p. 8.

¹⁵¹ A propósito dos Gabinetes de Curiosidades veja-se: OLMÍ. G., “Science-Honour-Metaphor: Italian Cabinets of the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in IMPEY O.; MACGREGOR. A., *The Origins of Museums: The Cabinet of Curiosities in Sixteenth and Seventeenth Century Europe*. Clarendon Press, Oxford, 1985.

*Reyno, formando assim uma Casa de Couzas raras, a que hoje chamão Museo*¹⁵²; ou a de seu filho, de mesmo nome, o 1º Marquês de Valença (?-1460), onde prevaleciam objectos de arte e arqueologia obtidos na Alemanha, em 1451, quando aí se deslocou para acompanhar a infanta D. Leonor, filha do rei D. Duarte, futura mulher do Imperador Frederico III; a colecção de cipós e lápides com inscrições romanas, árabes e hebraicas recolhidas pelo humanista André de Resende (c.1500-1573), expostas em meados de quinhentos, nos jardins de sua casa perto de Évora; ou ainda, o “thesouro” de moedas romanas e portuguesas do padre Manuel Severim de Faria (1582?-1655), que em conjunto com um grande número de vasos e relíquias de origem romana lhe possibilitaram formar “*um Museo digno de um Príncipe*”¹⁵³.

O percurso iniciado com estas e outras colecções, gabinetes e tesouros, culminaria a partir do século XVIII com o advento das primeiras instituições museológicas¹⁵⁴. Os Museus de História Natural começam, ainda que lentamente, a substituir os Gabinetes de Curiosidades, reflectindo uma visão iluminista, vincada pelos ideais democráticos e trazendo consigo algumas mudanças, das quais importa salientar a acessibilidade da cultura a toda a comunidade. No âmbito português, esta intenção ficou registada nos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, em 1772, onde o Marquês de Pombal, por intermédio do legislador, fez saber: “*E porque muitas pessoas particulares por gosto, e curiosidade tem ajuntado muitas Collecções deste genero, que fechadas nos seus Gabinetes privados não produzem utilidade alguma na Instrução pública; e ficam pela maior parte na mão de herdeiros destituídos do mesmo gosto; os quaes não sómente as não sabem conservar; mas também as dissipam, e destroem; e poderão os ditos primeiros possuidores deixar as referidas Collecções ao Gabinete da Universidade, que deve ser o Thesouro público da Historia Natural, para a Instrucção da Mocidade, que de todas as partes dos meus Reinos, e Senhorios a ella concorrem*”¹⁵⁵. E é desta forma, que em finais do século XVIII, o Marquês incute os ideais iluministas, anunciando o fim dos Gabinetes de Curiosidades portugueses, e instaurando os Museus de História Natural da Ajuda e da Universidade de Coimbra.

¹⁵² D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa ...*, tomo V, Lisboa, MDCCXXXVIII, P. 84, citado por Paulo Oliveira Ramos, “Breve História do Museu em Portugal” in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coordenação), *Iniciação à Museologia*. Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p. 21.

¹⁵³ Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*. Tomo I, Lisboa, 1791, p. VIII, citado por Paulo Oliveira Ramos – “Breve História do Museu em Portugal” in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coordenação), *Iniciação à Museologia*. Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p. 21.

¹⁵⁴ Neste âmbito importa ainda salientar que, embora as colecções reais ou monárquicas, ou mesmo os “primeiros museus”, muito tenham contribuído para a criação das colecções que, no século XIX e XX, viriam a integrar os museus em Portugal e no caso das colecções públicas dos Museus de Arte, a sua origem deve-se, essencialmente, à nacionalização dos bens das ordens religiosas, decretada em 1834.

¹⁵⁵ *Estatutos da Universidade de Coimbra*, Tit. VI, capítulo I, Lisboa, MDCCLXXII, p. 265.

As mudanças verificadas no contexto nacional e internacional, essencialmente na Europa, estabelecem uma forte ligação entre os novos paradigmas democráticos e as instituições museológicas, que se transformam em lugares privilegiados de disseminação de conhecimentos, abertos a todos em geral.

É neste ambiente que, além dos já mencionados museus de história natural, irão irromper os museus de arte, evidenciando-se a nível europeu o Louvre. A abertura deste museu ficaria assinalada na História, pois embora não tivesse sido o primeiro palácio real a converter-se num museu de arte, público, acarretava um grande significado político, legitimando por parte do governo francês o novo Estado Republicano.

*“Deste modo, o Louvre tornar-se-ia com a Revolução Francesa num poderoso símbolo da queda do antigo regime e da imposição de uma nova ordem. Tal como este museu, o Museu Britânico, ou os museus portugueses, em especial os da época do liberalismo, e todos os museus públicos que começavam a surgir, eram por definição acessíveis a toda a gente, independentemente da sua classe, pelo que funcionavam como uma demonstração clara do empenho do Estado na luta pela igualdade. O museu de arte conferia à cidadania um conteúdo, em que a obra de arte se tornava no meio através do qual se estabelecia a relação entre o indivíduo enquanto cidadão e o Estado enquanto benfeitor.”*¹⁵⁶

O “novo” museu, agora público, dava corpo aos ideais provenientes da Revolução: Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que de certa forma derivavam das culturas clássicas, grega e romana, e dos seus ideais de simplicidade e humanismo, as quais se juntavam a culturas de grande fulgor civilizacional, como sejam a egípcia ou a Renascença italiana. Prova categórica desta inspiração era o facto da arte clássica e da arte renascentista ocuparem nos museus locais centrais, posições geográficas privilegiadas e de grande destaque, nas palavras de Duncan e Wallach¹⁵⁷.

A abertura do Louvre viria, deste modo, a acrescentar um importante contributo para a Museologia internacional, não só pela sua colossal importância individual, enquanto local de excelência e depositário de diversas colecções detentoras de grande valor histórico, cultural e

¹⁵⁶ Fernando Paulo Oliveira Magalhães, “Museologia, Ecomuseus e o Turismo...” op. cit., p. 216.

¹⁵⁷ Carol Duncan; Alan Wallach, “The Museum of Modern Art as Late Capitalist Ritual: An Iconography Analysis” in *Marxist Perspectives*. Vol. 1, nº 4, winter, pp. 28-51.

artístico, mas também na redefinição da identidade política dos seus visitantes e na atribuição de novos significados aos objectos, expondo e classificando uns e obscurecendo outros.

A inovação introduzida em Paris foi seguida pela Europa fora, onde começaram a despontar os museus de arte. A partir desta altura dá-se, efectivamente, uma viragem no panorama museal, sendo que os Estados começam então a interiorizar a utilidade do museu público, enquanto sinónimo de progresso e de preocupação, por parte dos governos, com o bem estar intelectual dos seus cidadãos.

Contudo, o grande problema que começou a surgir no século XX, prendeu-se com o facto destes museus possuírem uma perspectiva histórica direccionada para o passado, em detrimento de realidades presentes e futuras, não apresentando uma imagem correcta da História e negando o seu próprio dinamismo. Vivendo em função desse mesmo passado e fazendo dele a sua razão de ser, estes museus estiveram sempre ausentes e isolados da(s) comunidade(s) que pretendiam representar.

O museu tradicional, assente numa lógica de preservação e valorização dos objectos artísticos e circunscrito ao espaço físico de um edifício, condicionou os campos da museologia e viria por isso a esgotar-se.

A emergência de novos paradigmas sociais, económicos e políticos, que surgiram na segunda metade do século XX, afectaram todas as estruturas e instituições, incluindo a instituição Museu.

8.2. As Propostas da Nova Museologia

Os pressupostos teóricos em que assenta a nova museologia centram-se no interesse das comunidades e na identificação dos seus problemas. Utilizam a museografia como instrumento privilegiado de comunicação e intervenção social.

Ao colocar à luz do dia problemas e questões pertinentes e sucessivamente adiadas, a nova museologia fomentou, ao nível da instituição museal tradicional, sérias interrogações e inquietações, que começam a delinear-se a partir da década de 1970.

Não se pretendendo fazer aqui uma resenha histórica exaustiva, sobre as questões levantadas no âmbito desta temática, é importante abordar dois documentos considerados marcos

fundamentais na mudança que se operou nos museus e na génese de novas correntes e instituições museológicas, nomeadamente as “*Resoluções adoptadas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile*” e a “*Declaração de Caracas*”.

Organizada pelo ICOM sob os auspícios da UNESCO, em 1972, realizou-se em Santiago do Chile uma “Mesa Redonda” consagrada ao papel dos museus na América Latina, marcando ao nível regional uma viragem radical no domínio da museologia. Na verdade este encontro dava continuidade a outras reuniões, como as de Nova-Deli e de Bagdad, levadas a cabo nos anos 60.

Para a fixação dos problemas da museologia, foi pedido aos museólogos que se encontrassem com não-museólogos, clarificando conceitos, na busca de princípios que levassem o Museu para além do seu quadro tradicional. O diálogo de pessoas ligadas aos museus com especialistas de várias áreas das ciências naturais, sociais e aplicadas, veio permitir uma aproximação e estabelecimento de práticas interdisciplinares, único processo que convém à realidade contemporânea, conferindo a esta reunião um carácter idónio e científico.

Esta preocupação de interdisciplinaridade, demonstrada pela organização da Mesa Redonda, procurou a formação de um grupo autogerador de motivações alimentadoras de discussão em torno do tema em causa. A consciência emergente de que a museologia dever ser encarada como uma ciência inter e multidisciplinar, integradora de conhecimentos das mais variadas áreas, reflecte-se na profundidade da análise conseguida e nas recomendações propostas, claramente traduzidas na declaração final.

A reflexão de cariz sociológico, bem patente no enfoque dos problemas sociais, económicos e culturais, permitiu o desenvolvimento da ideia de que os museus têm uma missão social particularmente importante a desempenhar e a formulação de uma definição de museu na sua globalidade – o Museu Integral.

Analisados e identificados os profundos desajustes e a inadequação dos museus face à realidade sócio-económica e cultural da sociedade latino-americana, os participantes desta "Mesa", partiram para novos axiomas museológicos, trilharam novos caminhos, marcando a diferença que aparece na concepção de Museu enquanto “(...) *es una institución al servicio de la sociedad, de la cual es parte inalienable y tiene en su esencia misma los elementos que le permiten participar en la formación de la conciencia de las comunidades a las cuales sirven y a través de esta conciencia puede contribuir a llevar a la acción a dichas comunidades,*

proyectando su actividad en el ámbito histórico que debe rematar en la problemática actual: es decir anudando el pasado con el presente y comprometiéndose con los cambios estructurales imperantes y provocando otros dentro de la realidad Nacional respectiva”¹⁵⁸.

Este novo conceito assenta no postulado de que os Museus são instituições ao serviço da sociedade e que contêm elementos que lhes permitem ajudar a moldar a consciência das comunidades em que estão inseridos, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado/memória a um presente/realidade e procurando projectar em antevisão, um futuro/vontade. Nesta perspectiva os museus são enquadrados num processo de desenvolvimento das comunidades, constituindo-se como uma consciência colectiva, força motriz de uma evolução sustentada. Deste modo pretende-se que seja equacionada a problemática do homem enquanto ente social integrado, identificando cada um com o seu meio natural e humano.

Responsabilizados pela sua função social, os museus vêm alargados os seus horizontes, passando a considerar-se, em vez de um edifício um território, em vez de colecções um património colectivo, em vez de um público uma comunidade. O carácter de intervenção dos museus passa a pretender-se activo e actuante, ao nível do indivíduo e do colectivo, e é procurado através da participação e do envolvimento comunitário.

A partir da década de 80, o interesse pela discussão da Teoria Museológica torna-se evidente. Neste contexto, desenvolve-se uma grande produção teórica em torno da Nova Museologia, tendo como base o conceito de Museu Integral – museu do homem que tem a sociedade como objecto de estudo e trata do Património Integral como produto das relações do homem – instituído pela Mesa Redonda de Santiago do Chile. Em 1985, numa reunião em Lisboa presidida por Pierre Mayrand, cria-se o MINOM (Movimento Internacional para Nova Museologia) a partir do qual os discursos teóricos são levados para a prática, podendo mesmo afirmar-se que assim nasce, efectivamente, o movimento da Nova Museologia.

Vinte anos depois do Encontro de Santiago, em 1992, tem lugar novamente na América Latina e por iniciativa da UNESCO, o Seminário intitulado “A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios”, onde a missão social dos museus volta a ser discutida, numa perspectiva muito

¹⁵⁸ *Declaración de Santiago*, Mesa-Redonda de Santiago do Chile. International Council of Museums, 1972.

semelhante. A declaração então produzida, conhecida por Declaração de Caracas, reitera a validade dos postulados essenciais da Mesa Redonda de Santiago e reflecte claramente a evolução dos conceitos dela emergentes.

A essência da Declaração de Caracas, segundo a museóloga Parreiras Horta, foi conceber “o museu como um ‘meio’ de comunicação (reconhecendo-se a sua ‘linguagem’ própria) entre os elementos desse triângulo (território-património-sociedade), servindo de instrumento de diálogo, de interacção das diferentes forças sociais (sem ignorar nenhuma delas, inclusive as forças económicas e políticas); um instrumento que possa ser útil, em sua especificidade e função, ao ‘homem indivíduo’ e ao ‘homem social’ para enfrentar os desafios que vêm do presente e do futuro”¹⁵⁹.

O museu é reafirmado como um domínio de intervenção, onde a comunidade, definida no espaço social do próprio museu, deve encontrar um lugar para se exprimir. Nesta declaração é bem patente a importância que tem sido dada à participação comunitária no discurso museal, e ao conceito de museu, como resultado da inter-relação de um espaço, de uma comunidade e de um património. É igualmente bem clara a reafirmação da necessidade dos museus serem promotores de uma consciência crítica na comunidade, tal como havia proposto René Rivard, durante o IIIº Atelier Internacional da Nova Museologia, ao afirmar que “*A nova museologia tem essencialmente por missão favorecer por todos os meios, o desenvolvimento da cultura crítica no indivíduo e o seu desenvolvimento em todas as camadas da sociedade como melhor remédio para a desculturização, a massificação ou a falsa cultura*”¹⁶⁰.

Para o desenvolvimento desta consciência cultural e patrimonial, como meios de desenvolvimento integral, o mesmo autor refere ainda que “*Dependendo do tipo de instituição na qual opera, a nova museologia, utiliza, então, as culturas etnológicas e as culturas eruditas para proporcionar o desenvolvimento desta cultura crítica que permite adquirir o sentido da qualidade, libertar-se dos estereótipos e portanto, assegurar ao maior número uma estratégia de vida individual e colectiva do mesmo modo que uma identidade mais forte*”¹⁶¹.

¹⁵⁹ Maria de Lourdes Parreiras Horta, “20 Anos Depois de Santiago: A Declaração de Caracas – 1992”, in *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos*, Comité Nacional Brasileiro do ICOM, Mimeo, São Paulo, 1995, p. 35.

¹⁶⁰ René Rivard, *Musueologie et Cultures*. Communication au III Atelier International de la nouvelle muséologie (MINOM). Aragon, Espagne, 1987, p. 3.

¹⁶¹ René Rivard, *Musueologie et Cultures...op. cit.*, p. 4.

A Declaração de Caracas, considerada por Hugues de Varine um dos documentos mais importantes e completos na história do movimento para uma nova museologia, apela ainda para o papel dos museus relativamente à “(...) tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura, formam um conjunto harmónico e indivisível”¹⁶².

Este aspecto revela-se extremamente importante para a proposta enunciada no decorrer deste trabalho - o Museu da Praia, uma vez um dos critérios mais relevantes para a avaliação da qualidade em museus é precisamente o *desempenho ambiental* e a consciência de que não se pode dissociar o ideal da satisfação das pessoas da sua própria condição de seres vivos, parte integrante da natureza e do meio ambiente.

Outro aspecto de fundamental importância para a avaliação da qualidade em museus, prende-se com a coerência entre os discursos museográficos e/ou expositivos e a missão dos museus, a qual surge na referida Declaração: “(...) que o museu procure a participação plena da sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com o seu património, e como elos de integração social, tendo em conta os seus discursos e linguagem dispositivas e os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo o seu reconhecimento”¹⁶³. Efectivamente, os resultados na perspectiva da gestão da qualidade, estão profundamente relacionados com o desempenho social da organização museu, e este com a democratização do acesso à informação e com a gestão do conhecimento. O museu que controla significados em vez de os transformar em significantes e que exhibe “saberes especializados” como ferramentas de poder ou bloqueios da comunicação, não corresponde aos parâmetros da qualidade.

Estas considerações já manifestadas na Mesa Redonda de Santiago, constituem de facto, pelo seu carácter inovador, um desafio à museologia actual e apontam para uma total reconversão de valores, tradicionalmente pré-concebidos na actividade museológica.

Não será muito arriscado concluir que o maior contributo da Mesa Redonda de Santiago e posteriormente da Declaração de Caracas foi o alerta, a sensibilização, dirigida aos museus e aos seus responsáveis, para a necessidade urgente de ajudar as populações a adquirir uma consciência social e política, que se projecte no futuro de uma forma positiva.

¹⁶² Declaração de Caracas. International Council of Museums, 1992.

¹⁶³ Declaração de Caracas (1992).

Em pleno século XXI a “nova museologia” é uma museologia social. A abertura do museu ao meio, o alargamento da noção de património, a redefinição do objecto museológico, a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas e a interdisciplinaridade, fazem do Museu um processo interactivo. Com a construção de novas linguagens e códigos, o museu assume-se como instrumento privilegiado de comunicação, posto à disposição da sociedade, enquanto construção criativa.

Hoje o Museu deverá ser cada vez mais o utensílio e não o fim da acção museal, que passará a pertencer à informação. Pois só assim, o Museu será um verdadeiro protagonista do seu tempo, valorizando o seu papel na sociedade e assumindo-se como um dos principais agentes para o desenvolvimento integral do Homem.

8.3. Alargamento dos Conceitos de Cultura e de Património

Fruto destas profundas reflexões multidisciplinares nasce, não só uma nova concepção de Museu, o Museu Integral, mas também um novo conceito de património.

Ao património material, seja ele construído ou natural, foi acrescentado o imaterial, onde se incluem as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural.

No âmbito internacional, durante as últimas décadas, delinearam-se uma série de instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações, relativas à protecção do património cultural. Após a adopção da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, alguns Estados-membros manifestaram o interesse em criar um instrumento de protecção do património imaterial. Assim, a UNESCO viria a adoptar, em 1989, a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore. No seguimento desta Recomendação, a UNESCO lançou um conjunto de iniciativas dentro deste domínio.

Dez anos passados, em 1999, o Conselho Executivo da Organização decidiu criar uma distinção internacional designada “Proclamação das Obras Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade”, distinguindo deste modo os exemplos mais notáveis de espaços culturais ou formas de expressão popular e tradicional, tais como: as línguas, a literatura oral, a música, a

dança, os jogos, os rituais, os costumes, o artesanato e outras artes, incluindo ainda formas tradicionais de comunicação e informação.

Em 2003, surge outro projecto, no âmbito do património imaterial, a Convenção Internacional para a Salvaguarda do Património Imaterial, aprovada na 32ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 de Outubro do referido ano.

Embora no nosso país a Convenção só tenha entrado em vigor em Agosto de 2008, em consequência da sua ratificação¹⁶⁴, a Lei de Bases do Património Cultural Português definia, desde 2001, a integração dentro do conceito e âmbito do património cultural “(...) *não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa*”¹⁶⁵. A 15 de Junho de 2009 é publicado o Decreto-lei 139/2009, que estabelece o novo regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em desenvolvimento do disposto na Lei nº 107/2001, e em harmonia com o direito internacional, nomeadamente com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

A protecção e valorização do património, pela lei que estabelece o regime e as bases da política portuguesa nesta matéria, nasce da convicção que o património cultural é uma realidade da maior relevância para a compreensão e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

Com vista a assegurar a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural, a política do património cultural vincula as entidades oficiais, o Estado, as Autarquias e Administração Pública, à realização de acções e tarefas impostas pela Constituição e pelo direito internacional.

É tarefa fundamental do Estado assegurar, através da salvaguarda e valorização do património cultural, a transmissão da herança nacional, com o objectivo de unir as gerações num percurso civilizacional singular, enriquecendo e dando continuidade a esse património.

¹⁶⁴ Conforme Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de Janeiro, e respectivo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de Março de 2008.

¹⁶⁵ Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 2º, nº6.

O património, natural e cultural, constitui também um importante potencial, que permite um desenvolvimento orientado para a diversificação e singularização da oferta turística. Transformar recursos patrimoniais em elementos de atracção turística é uma estratégia que contribui para a sua preservação. *“O turismo constitui um dos sectores mais importantes da economia europeia. Para garantir boas perspectivas de futuro, muitos destinos turísticos do Mediterrâneo, zona de máxima atracção de visitantes em grande parte baseada no modelo de Sol e praia, devem adoptar novos enfoques da sua oferta que cumpram os princípios da sustentabilidade. (...) os desenvolvimentos futuros devem procurar o equilíbrio entre a dinâmica económica, a conservação do património e o respeito pelo meio ambiente”*¹⁶⁶.

Com vista à sua preservação, a interpretação do património natural e cultural procura a compreensão do que se observa, descodificando os conceitos históricos ou científicos numa linguagem acessível a todos os visitantes. Considera-se que esta interpretação promove novas perspectivas no campo da museologia e na gestão do património, contribui para o desenvolvimento turístico e introduz neste sector a dimensão da preservação ambiental, o ecoturismo, actividade que impulsiona uma ética de conservação, estabelecendo uma relação estreita entre o visitante, o local visitado e a comunidade que aí vive, revelando-se a interpretação do património como um meio eficaz de estabelecer essa ligação.

O novo conceito de património é agora muito mais vasto e inclui todos os bens que testemunham o valor civilizacional e de interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial e técnico, que reflectam valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Integram também o património cultural os bens imateriais que são estruturantes para a identidade e a memória colectiva.

Perante este quadro coloca-se um grande desafio, não só à comunidade museológica em particular, bem como à população em geral. A grande dificuldade está precisamente em operacionalizar todos estes instrumentos, dado que à rapidez da evolução das abordagens e conceitos sobre o património, corresponde uma mais lenta alteração das práticas e acções concretas.

¹⁶⁶ Jaume Sureda Negre, *Interpretacion del patrimonio, diseño de programas de ámbito municipal*, Barcelona, Editorial UOC, 2008, p. 11.

Capítulo 9.

O Museu da Praia como Museu Integral

Nas sociedades contemporâneas os museus têm vindo a assumir-se, cada vez mais, como espaços culturais multifuncionais, com um importante papel na vida das comunidades e no seu desenvolvimento cultural e social. As novas perspectivas sobre a missão dos museus, em virtude dos processos de globalização, democratização e difusão das novas tecnologias e a par do alargamento do conceito de património, abrem possibilidades quase ilimitadas na criação de novos museus.

A mudança de paradigma do museu convencional (museu-edifício-colecção), para um museu aberto e interactivo com o território de referência, que é também o seu objecto principal, impõe uma abordagem em que mais do que as colecções e do que o conjunto do património, é o próprio processo da sua construção que se revela importante, enquanto instrumento valorizador do conhecimento e da acção das comunidades, que integram e partilham o mesmo meio natural e cultural.

Com o objectivo de interpretar toda a linha de costa entre Belém e Cascais como um conjunto territorial de elementos museáveis e contribuir para a preservação desse património, poderá ser criada uma instituição museal, o Museu da Praia, dedicada ao estudo, investigação, recolha, conservação e exposição de documentos relacionados com a prática balnear marítima na região.

Dada a diversidade temática que se pretende abranger numa única instituição museal, que incluirá a paisagem, as praias, as arquitecturas de apoio aos banhistas, os objectos, as histórias e todo o universo da prática balnear na região, o conceito de património é aqui global e integrador.

É neste conceito que se enquadra o Museu da Praia, que se propõe como um Museu em construção, consagrado ao estudo da cultura balnear na região da Costa do Sol, aplicando-se aqui a noção de cultura definida por Franz Boas (1858, 1942): *“A cultura inclui todas as manifestações dos hábitos sociais de uma comunidade, as reacções do indivíduo na medida em*

que são afectadas pelos costumes do grupo em que vive, e os produtos das actividades humanas, na medida em que são determinadas pelo acaso dos costumes.”¹⁶⁷

O Museu da Praia obedecerá aos princípios de política museológica do primado da pessoa, através da afirmação do museu como instituição indispensável para o desenvolvimento integral e a concretização dos seus direitos fundamentais; da promoção da cidadania responsável, através da valorização do indivíduo, para o qual o museu constitui um instrumento indispensável no domínio da fruição e criação cultural, estimulando o empenho de todos os cidadãos na salvaguarda, enriquecimento e divulgação do património cultural.

Oferecerá um serviço público, através de medidas concertadas no âmbito da criação e qualificação do museu, de forma articulada com as políticas culturais e com as políticas da educação, da ciência, do ordenamento do território, do ambiente e do turismo.

Através da utilização integrada de recursos regionais e locais, de forma a corresponder e abranger a diversidade administrativa, geográfica e temática da realidade balnear, disponibilizará informação, através da recolha e divulgação sistemática de dados sobre o museu e o património cultural da praia, com o objectivo de permitir a difusão, o mais alargada possível, e o intercâmbio de conhecimentos a nível regional e nacional.

Deverá identificar e estimular processos que configurem boas práticas museológicas, promover acções de qualificação e o bom funcionamento do museu, no sentido de criar medidas impeditivas da destruição, perda ou deterioração dos bens culturais nele incorporados.

Estes princípios subordinam-se e articulam-se com os princípios basilares da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, previstos na Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que no seu artigo 3º define o museu como uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; facultar o acesso regular ao público

¹⁶⁷ Encyclopaedia of the Social Sciences, Edwin R. A. Seligman, ed. New York, Macmillan, 1934.

e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

Se recolher, estudar e documentar o património cultural são princípios museológicos testados e indiscutíveis, a sua aplicação ao universo em estudo terá de recorrer à imaginação para os adaptar a um tema tão diversificado e heterogéneo como a cultura balnear.

O Museu da Praia irá iniciar a identificação, recolha e interpretação do património cultural da praia, tendo em vista a inventariação e catalogação dos bens materiais e imateriais que o documentam. Os objectos e documentos identificados serão organizados, classificados e sistematizados de acordo com as normas teórico-metodológicas adoptadas pela museologia.

A participação da comunidade é fundamental para garantir a preservação do património, baseada em princípios éticos, políticos e filosóficos, que promovem a cidadania como direito de participar nas decisões que afectam a sua vida e desse modo criar um compromisso da comunidade com o seu território e os bens patrimoniais que estão na origem da sua identidade.

9.1. Fundamentos para a sua criação

A proposta de criação do Museu da Praia parte da convicção de que a história do lazer balnear na Costa do Sol está na origem do desenvolvimento urbano e social do território, é indissociável da identidade dos seus habitantes e que todos os testemunhos da sua prática são património de valor civilizacional, com interesse cultural relevante.

Procurando resgatar e relançar a cultura balnear na Costa do Sol, o Museu da Praia irá identificar, estudar, recolher, preservar e divulgar os testemunhos materiais e imateriais da história e prática dos banhos de mar na linha de Cascais, território muito complexo, na fronteira entre a cidade e o mar. Este território é especialmente importante na cultura balnear porque:

- É um dos lugares em que primeiro se enraizou a cultura balnear em Portugal;
- É uma região de praias, parcialmente integradas numa Reserva Natural Nacional;
- Possui um indiscutível património associado à cultura balnear.

Realçar a importância de que se reveste a cultura balnear na Costa do Sol, através de uma perspectiva unificadora mas alargada sobre as consequências do veraneio marítimo na região,

constitui o desafio a que o Museu se propõe, descodificando e interpretando os elementos que constituem o seu património natural, material e intangível.

As práticas balneares como modalidade cultural não se encontram ainda investigadas, nem a cronologia da sua evolução está devidamente estudada associada ao desenvolvimento da Costa do Sol, sendo este um dos principais aspectos para que este trabalho pretende contribuir.

9.2. Missão e Funções Museológicas

O Museu da Praia tem como missão identificar, divulgar e preservar os testemunhos da cultura balnear, no território da Costa do Sol e promover entre a comunidade local, os visitantes e os turistas, o valor patrimonial de todo o litoral entre Belém e Cascais.

Uma das principais funções do Museu da Praia será gerar um movimento de consciencialização sobre o património balnear, para o que contribuirá a classificação de conjuntos patrimoniais, sejam eles naturais ou construídos, evitando assim a sua degradação ou mesmo o seu desaparecimento. A classificação das praias e de outros elementos naturais, assim como a classificação do património construído, será objecto de enquadramento legal, obrigando à colaboração de diversas entidades que tutelam esta zona ribeirinha: o Porto de Lisboa, o Instituto da Água, o Ministério do Ambiente e a Marinha. A classificação do património edificado será elaborada em parceria com as Câmaras Municipais e a Ordem dos Arquitectos.

Nesse sentido o Museu da Praia irá promover e desenvolver o estudo e investigação do património da cultura balnear, fundamentando cientificamente a sua classificação, utilizando recursos próprios e estabelecendo formas de cooperação com as entidades assinaladas e ainda com museus e instituições cujo objecto se identifique com a temática balnear.

Dadas as características e o âmbito da cultura balnear, a política de incorporações do museu será definida de acordo com a sua vocação. Tratando-se de um museu de território, muitos dos bens culturais serão identificados, estudados e investigados, mas não integrados num acervo, quer por se tratar de património natural ou construído, quer por ser património imaterial. Relativamente aos bens móveis, a sua integração no acervo do museu seguirá as modalidades de incorporação previstas no Artigo 13º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses: compra, doação, legado, recolha e guarda provisória ou definitiva. Os bens culturais que venham a ser depositados no museu não serão incorporados nas suas colecções.

O património cultural identificado e incorporado no acervo do museu será inventariado. O património natural ou construído, embora não incorporável no acervo, será também objecto de elaboração de ficha de inventário, com vista à sua identificação e individualização. A cada bem cultural será atribuído um número de registo de inventário, único e intransmissível, constituído por um código individual, que ficará associado de forma permanente ao respectivo bem cultural. A ficha de inventário museológico integrará, para além do número, título, nome da instituição e imagens, todos os elementos necessários à identificação dos bens inventariados, seguindo as normas e directrizes para os diversos tipos de bens culturais, promovidas pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC). O inventário museológico será complementado com os registos subsequentes de toda a informação sobre os bens culturais e deverá historiar todo o processo do bem na actividade do museu ou fora dele.

O museu deverá garantir a conservação dos bens incorporados no seu acervo, estabelecendo normas e procedimentos de conservação preventiva adequados a cada tipo de bem, definindo os seus princípios e prioridades, a avaliação de risco e respectivos procedimentos, de acordo com as normas técnicas do IMC. As condições de conservação deverão abranger todo o acervo do museu, assim como os bens patrimoniais fora do museu.

No sentido de garantir a conservação dos bens culturais incorporados, o museu deverá possuir reservas organizadas tendo em conta a especificidade das colecções do acervo. Para a protecção e integridade dos bens culturais, o museu deverá dispor das condições de segurança, quer por meios mecânicos, físicos ou electrónicos que efectivamente garantam a sua protecção, quer através de vigilância, detecção e alarme em caso de intrusão ou sinistro.

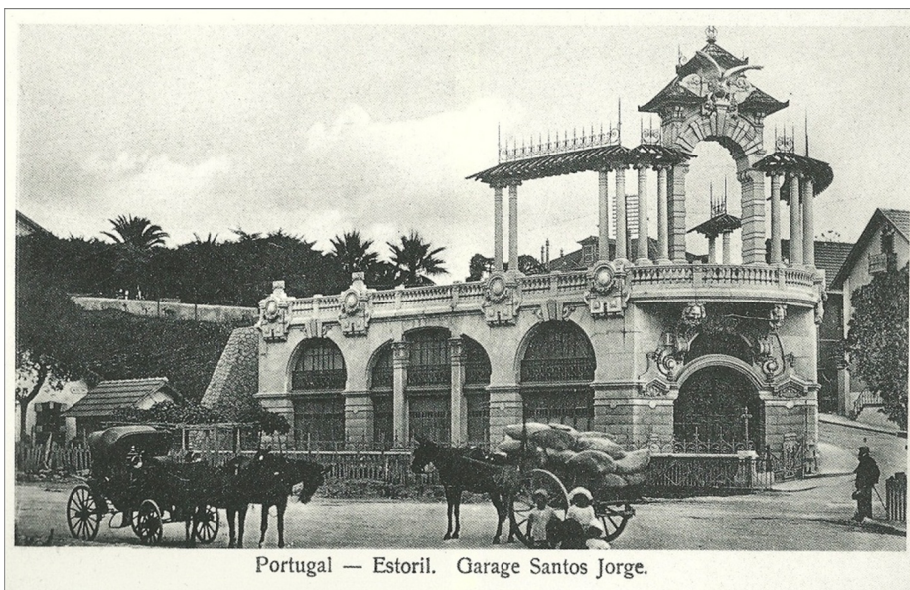
Dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, através da sua interpretação e exposição, utilizando as novas tecnologias de comunicação e informação, será uma das principais funções museológicas do Museu da Praia, garantindo o acesso e a divulgação ao público. Com este objectivo existirá um plano de exposições permanentes, temporárias e itinerantes, baseado na característica das colecções. A divulgação do produto da investigação realizada pelo museu será feita através de publicações e edições em diferentes suportes, com especial destaque para o modo electrónico no *site* do Museu.

9.3. Organização Funcional e Espacial

Com o objectivo de criar o Museu da Praia será constituída uma Comissão Instaladora, que se pretende amplamente participada pelas instituições da região, para definir um modelo de "museu integral", baseado nos conceitos da nova museologia. Esta comissão terá como missão apresentar um programa para a instalação do Museu da Praia. A metodologia para esta instalação deve contar com a participação activa da população, na criação deste espaço colectivo de memórias e identidade regional, assumindo-se como pólo dinamizador de acção cultural, valorizando como elementos centrais do museu: as praias, o território envolvente, o património e as comunidades que o integram.

O Museu da Praia deverá ser também uma plataforma de entendimento e diálogo entre os diferentes organismos, autarquias, instituições públicas ou privadas, associações culturais e desportivas, que tutelam ou operam no território da Costa do Sol, participando activamente no desenvolvimento da região, a nível cultural e económico.

O Museu da Praia será uma instituição gerida por uma empresa participada por entidades públicas, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia (Lisboa, Oeiras e Cascais), Marinha (Instituto de Socorros a Náufragos), Junta de Turismo da Costa do Estoril e Instituto da Água (INAGA), directamente relacionadas com o território em que se instalará o Museu, assim como outras entidades públicas ou privadas relacionadas com a temática balnear/marítima.



Portugal — Estoril. Garage Santos Jorge.
Figura 51. Garagem Santos Jorge, início do séc. XX
Arquivo Histórico Municipal, Cascais, AHM-AESP-CMBP-108

Sede

Aspecto fundamental da instituição do Museu da Praia será a sua sede, que deverá ficar instalada num local com especial significado no âmbito do tema balnear, com grande visibilidade, fácil acesso e à beira mar. Pelas suas características arquitectónicas e localização privilegiada, junto à praia do Tamariz, sugere-se que a sede do Museu seja instalada nas Cocheiras Santos Jorge (fig. 51)¹⁶⁸, no Estoril, edifício paradigmático das arquitecturas de veraneio, com projecto do arquitecto Norte Júnior, de 1914: *“É, certamente, um dos mais importantes exemplos da arquitectura do concelho e uma das obras mais curiosas do seu arquitecto. Edifício eclético, de riquíssima decoração, traz consigo o gosto elaborado que o seu autor aprendera nas escolas parisienses. A sua nobre imponência marca, ainda hoje, a leitura da zona junto à praia do Estoril, constituindo quase um “ex-líbris” que perdura na memória dos visitantes”*¹⁶⁹.

Neste edifício funcionará a direcção do Museu, a recepção ao público (local de acolhimento e informação) e o Centro de Interpretação do Património Balnear, com uma sala de exposições. Numa perspectiva de crescimento do acervo do Museu, será necessário prever um espaço para reservas e um arquivo documental, que poderá vir a funcionar num outro edifício.

Pólos

De forma a adaptar-se a uma realidade tão abrangente, quer pelos temas abordados quer pela disseminação geográfica, o Museu da Praia será um museu com uma estrutura polinucleada, distribuída ao longo da Costa do Sol. Em cada núcleo será desenvolvido um tema relacionado com as características do local, promovendo o património balnear existente. Ao criar uma rede de núcleos temáticos, procurar-se-á cobrir todas as vertentes da prática balnear. A sua distribuição por todo o território contribuirá para criar uma "imagem de marca", que unificará e identificará o Museu e o património da cultura balnear. Para este objectivo é fundamental a criação de um logótipo do Museu da Praia.

¹⁶⁸ Imóvel de Interesse Público, Decreto 2/96, DR, 1ª Série, nº 56 de 06-03-1996, Decreto de Rectificação nº 10-E/96, DR 1ª Série - B nº 127 de 31-05-1996.

¹⁶⁹ Maria da Graça Gonzales Briz, *A Vilegiatura balnear marítima em Portugal...* op. cit., p. 287.

Esta estrutura polinucleada terá atribuições nas áreas da museologia, investigação e acção cultural, competindo-lhe identificar, preservar, estudar e divulgar todas as fontes históricas, documentais, materiais e imateriais do património balnear, cultural e natural, da região da Costa do Sol. Deverá também promover e apoiar a realização de exposições e publicações e divulgar os estudos sobre a cultura balnear na região, com a participação das entidades públicas e privadas que gerem o Museu.

A criação de módulos temáticos poderá satisfazer as necessidades físicas de expansão do Museu, podendo cada pólo agregar todos os documentos relacionados com o seu tema. Estes núcleos temáticos serão instalados em diversas localidades da Costa do Estoril, de acordo com a sua especificidade:

- Pólo do Turismo: Estoril
- Pólo da saúde: Parede
- Pólo dos jogos e desportos: Carcavelos
- Pólo literário/cultural: Oeiras
- Pólo do vestuário, adereços e moda: Cascais

Acervo

Um dos principais objectivos do Museu da Praia é a construção de um acervo próprio, constituído por colecções temáticas colocadas no contexto do seu uso balnear, e assim contribuir para a preservação de memórias das práticas e vivências das praias. Esta será uma tarefa a realizar desde a fundação do Museu e que se prolongará indefinidamente. As áreas temáticas e módulos atrás descritos são apenas o início para futura e mais aprofundada investigação.

Existem dois grandes grupos de objectos museáveis no Museu da Praia. Por um lado os documentos *in situ*, cuja exposição é evidente, aos quais será necessário adicionar informação satélite, tabelas e textos, de forma a contextualizar este património no discurso expositivo do Museu, por outro os objectos das diferentes colecções, que constituirão os módulos temáticos, com exposição em espaço próprio, que serão objecto de projecto museográfico.

Lojas

Aspecto importante na promoção e divulgação do Museu da Praia serão as lojas do Museu. Como é natural estas lojas venderão principalmente artigos de praia. Será interessante que estes

artigos sejam exclusivos, pelo que se propõe que a sua concepção seja realizada no âmbito de concursos a promover nas escolas de *design* de equipamento, sendo o prémio a execução e venda desses produtos.

Enquadramento

Como museu integrado no território nacional, o Museu da Praia seguirá o disposto na Lei-Quadro Dos Museus Portugueses¹⁷⁰, que define os princípios da política museológica nacional e estabelece o regime jurídico comum aos museus portugueses.

Partindo de um conceito global e integrador de património, o Museu da Praia tem como objecto todo o património natural e cultural, tangível e intangível, da prática balnear marítima na Costa do Sol: paisagens, arquitecturas, histórias, tradições, hábitos e costumes, que documentam a cultura balnear.

Enquanto museu de território, o Museu da Praia contribuirá para a preservação do património natural, vocacionando a sua acção para a salvaguarda do meio ambiente, mas não deixará de recolher uma colecção de objectos relacionados com a prática balnear, com o objectivo de constituir o seu próprio acervo.

Não serão incluídos neste Museu temas que, apesar de relacionados com o mar ou a actividade marinha, já se encontrem tratados noutras instituições museais, tais como: a biologia, a pesca e as embarcações (já representados no Museu da Marinha, no Museu do Mar e no Aquário Vasco da Gama).

¹⁷⁰ Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto.

Capítulo 10.

Três Propostas Iniciais

Para a concretização do Museu da Praia propõe-se uma abordagem tripartida: uma exposição, um módulo itinerante e um primeiro pólo temático, numa perspectiva inovadora, apelativa, abrangente, interactiva e dinâmica que permita ampla divulgação da criação do Museu, com custos reduzidos.

10.1. A Exposição da Praia

O primeiro programa museológico do Museu da Praia, será a realização de uma grande exposição sobre o tema da cultura balnear em todo o território da Costa do Sol. Esta exposição terá duas componentes: uma exterior, para divulgar a criação do Museu e outra, num espaço ligado ao mar, com objectos de praia. O principal objectivo desta exposição é sensibilizar a população para a história do veraneio marítimo.

A exposição ao ar livre será em painéis exteriores de grande dimensão, "outdoors", colocados ao longo de toda a Avenida Marginal (fig. 52). Nestes suportes será impressa uma fotografia e um pequeno texto, sobre a cultura balnear na região e a indicação do *site* do Museu, que conterà informação sobre o museu em construção. No *site* poder-se-á visitar a "exposição virtual" do conjunto dos painéis expostos e ainda conteúdos de enquadramento histórico das praias.



Figura 52. Exposição em "outdoor" junto à Marginal
Colecção particular, CS-IMAG-321958

Para a realização desta exposição será necessário adquirir os suportes "outdoors", onde serão colocados os conteúdos expositivos. A exposição estará patente durante uma época balnear, de Maio a Outubro, libertando o espaço expositivo para publicidade nos meses de Inverno. O lucro do aluguer dos painéis reverterá para o Museu.

A primeira exposição será ecléctica, permitindo uma perspectiva global sobre o tema balnear. Cada painel terá um conteúdo abordando todas as temáticas que o Museu pretende investigar, proporcionando o conjunto da sua leitura uma narrativa museológica.

Utilizando o mesmo suporte expositivo "outdoors" para um programa anual de exposições, poder-se-á cobrir, em cinco anos, alguns dos temas que mais tarde constituirão os módulos do Museu:

- O corpo e as terapias marinhas - centrado na transição da praia terapêutica para a praia lúdica, do uso medicinal ao prazer hedonista.
- Trajes de praia e fatos de banho - evolução cronológica do vestuário para ir à praia e tomar banho (poderá também incluir equipamento de banho e equipamento de praia, como toldos e barracas).
- Jogos e brinquedos de praia - recriação de jogos tradicionais, promoção de competições desportivas e criativas; construções na areia; espectáculos de saltimbancos e malabaristas; dinamização e animação das praias.
- Construções na margem e arquitectura de veraneio - os elementos arquitectónicos que pontuam o litoral, os fortes, os faróis, as habitações e equipamentos emblemáticos da prática balnear.

A utilização de um suporte publicitário, que "envia" mensagens rápidas e facilmente captadas pela população, constituirá uma forma muito eficaz de comunicar a ideia do Museu, por mostrar um reclame diferente do habitual. A associação directa, entre a zona balnear onde decorre a exposição e o tema abordado, despertará a curiosidade e o interesse do público.

A dispersão geográfica dos painéis permitirá ainda atingir um outro objectivo do Museu, criar uma imagem de marca: a Praia, associada ao logótipo do Museu da Praia (fig. 50). Elemento embrionário do desenvolvimento de toda a região, esta marca promoverá a unidade e identidade locais, independentemente da divisão administrativa.

A exposição irá ainda permitir, ao divulgar o Museu da Praia, iniciar um movimento de consciencialização da população sobre a importância da cultura balnear no seu território, motivando-a a participar na construção do Museu, com objectos de praia, histórias, fotografias ou outros documentos que poderão integrar um acervo museológico.

Cada exposição temática nestes suportes em "outdoors" será acompanhada de uma exibição de objectos de praia e documentos (fotografias, cinema, posters ou outros), que decorrerá num espaço encerrado.

Por se tratar de um Museu em construção, ainda sem um espaço próprio, o primeiro conjunto de peças poderá ser exposto num edifício existente, dependente da autarquia. O Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal (fig. 53), em S. Pedro do Estoril, será seguramente um bom local para organizar a primeira exposição de objectos, pela sua grande visibilidade, junto à linha de costa, dinamizando o seu programa expositivo.



Figura 53. Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal
fonte: <http://www.cascaisatlantico.org/Centro-de-Interpreta-Ambiental-da-Pedra-do-Sal>

Esta exposição integrará peças de museus relacionadas com a cultura balnear: os brinquedos de praia do Museu do Brinquedo em Sintra (fig. 54), os fatos de banho e vestuário de veraneio do Museu do Traje em Lisboa (fig. 55) e a barraca de banhos do séc. XIX (fig. 56), entre outros objectos, existentes no Museu do Mar em Cascais. A exposição conterá também documentos fotográficos e cartográficos, com reprodução de negativos dos arquivos fotográficos municipais de Oeiras e Cascais, do Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa e cartas antigas do Instituto Geográfico Português e dos arquivos locais.



Figura 54. Brinquedos de praia, Museu do Brinquedo, Sintra
Colecção particular, CS-DSCF-2504



Figura 55. Fatos de banho de banho do início do séc. XX
Museu Nacional do Traje, Lisboa, fonte: Matriz, IMC, números de inventário 29750 TC e 29749 TC



Figura 56. Barraca de banhos, séc. XIX, no Museu do Mar, Cascais
Colecção particular, CS-IMG-9232

10.2. O Módulo Itinerante

Vertente fundamental para a criação e desenvolvimento do Museu da Praia será o Módulo Itinerante, um pólo móvel, que percorrerá as praias da Linha durante a estação balnear. Este pólo avançado do Museu terá como objectivo interagir directamente com a população durante a prática balnear, incitando os banhistas a participar na construção do Museu e contribuir com as suas vivências para a salvaguarda das memórias colectivas da praia.

Estas histórias, que revelam a essência de cada espaço e a vivência de cada época, irão aumentar a fortuna crítica das praias. A recolha, *in situ*, de testemunhos e memórias, poderá levar à identificação de objectos de uso balnear e à descoberta dos que se julgavam irremediavelmente perdidos. Estes documentos serão inventariados e poderão vir a ser integrados no acervo do Museu, que deste modo será construído.

O Módulo Itinerante será um espaço efémero, concretamente uma “barraca de banhos” (fig. 57), montada no areal¹⁷¹. Estará equipado com mobiliário de apoio, cadeiras e mesas desmontáveis e material técnico, para recolha e gravação de testemunhos orais e imagens.



Figura 57. Barraca modelo para o Módulo Itinerante
in Uma Corte à Beira-Mar, 1870-190, Margarida Magalhães Ramalho, Câmara Municipal de Cascais, 2003, p. 60

Uma equipa de monitores com formação específica, será responsável pelo desenvolvimento das diversas actividades atribuídas a este Módulo, nomeadamente: divulgação, comunicação, recolha e serviços educativos.

¹⁷¹ Poderá ser, inicialmente, uma reprodução da usada pela família real no final do séc. XIX, mas poderá transformar-se num objecto mais apelativo e moderno.

O público alvo deste pólo avançado do Museu da Praia serão os jovens e os seniores. Como é tradição nas praias da Linha, sobretudo em Carcavelos e a partir de Junho, as crianças em idade pré-escolar invadem o areal, em grandes grupos. Com eles poderão desenvolver-se uma série de actividades lúdicas e didácticas próprias da praia, com especial incidência nos jogos e brincadeiras que já caíram em desuso, mas que os mais velhos (seniores), poderão recordar e ensinar como eram no seu tempo. Dadas as características únicas da praia, ela é um território propício e potencialmente enriquecedor do convívio intergeracional.

O Módulo Itinerante terá ainda como objectivo promover actividades culturais dedicadas aos veraneantes e participadas por todos, contando com o apoio de convidados especiais para um conjunto, o mais alargado possível, de espectáculos e eventos que possam ocorrer nas praias:

- Divulgação de jogos tradicionais de praia (jogo do prego, do galo, do ringue, etc.).
- Teatro de fantoches, exhibições de malabaristas ou outras, com a participação de escolas de circo e de teatro.
- Promoção de torneios, jogos vários, concursos de natação e construções na areia.
- Exposições de fotografias antigas, cartografia e publicidade, eventualmente dessa praia.
- Formação na área da segurança e limpeza das praias, de normas e conselhos aos banhistas.
- Educação ambiental para a preservação do património natural, com visitas guiadas por especialistas a locais específicos.
- Divulgação do Museu da Praia e dos seus objectivos.

A filosofia do Módulo Itinerante, a mobilidade, aplica-se também ao seu programa de actividades, que deverá ser predefinido mas dinâmico, utilizando o contacto directo com o público para se redefinir em cada momento, promovendo a constante mudança para ampliar o seu campo de acção.

10.3. O pólo da Parede

A instalação do Pólo da Parede insere-se na metodologia de criação de um museu polinucleado, em permanente construção. Este pólo inicial do Museu será um módulo experimental e tem como objectivo testar a aplicação do programa de investigação adoptado: identificar, estudar e recolher os testemunhos da cultura balnear.

A povoação da Parede é um caso muito particular na linha de Cascais, uma estância balnear cuja principal característica é ter a costa liberta de construções, em que todos têm igual acesso ao mar. Esta característica diferencia-a dos restantes povoados da Costa do Sol, onde os terrenos litorais foram ocupados por construções, impedindo e privatizando o acesso ao mar. Baseando-se nos princípios dos ideais republicanos e higienistas, a concepção urbana da Parede concretiza-se numa quadrícula de ruas ortogonais à linha de costa. Esta visão de uma vila democrática ficou a dever-se ao Almirante Nunes da Matta (1849, 1945) que adquiriu os terrenos junto ao mar para aqui realizar os seus sonhos.

Outro aspecto que distingue a Parede é a sua vocação medicinal. Em virtude das características da atmosfera, fortemente iodada, surgiram nesta povoação diversas instituições terapêuticas, que aproveitaram os recursos marítimos e o Sol, na cura de doenças pulmonares e ósseas. Esta especialização resultou na classificação da Parede, no Plano de Urbanização da Costa do Sol (1948), como "estância sanatorial".

O elevado número de estabelecimentos de saúde existentes atraíram muitos doentes, que circulavam pelas ruas da povoação fazendo-se transportar em "tabuleiros", espécie de cama com rodas (fig. 15 e 65). Deste facto resultou que, em meados do século XX, a Parede se tenha convertido num dos primeiros locais sem barreiras arquitectónicas, com rampas que permitiam o acesso dos "tabuleiros" a todos os locais públicos da vila.

A vocação medicinal da Parede é o motivo para a sua especialização no Pólo da Saúde. De facto este tema é particularmente importante na cultura balnear, visto terem sido precisamente as características medicinais e terapêuticas do banho de água do mar, que deram origem às práticas do veraneio marítimo.

Neste Pólo serão reunidos os objectos relacionados com as terapias marinhas, quer do ponto de vista preventivo quer do curativo. As prescrições médicas e os conselhos aos banhistas, constituem um acervo documental extremamente importante. Para este núcleo, seria interessante encontrar um dos "tabuleiros" usados pelos doentes para se deslocarem na povoação da Parede. Consta que ainda existe um exemplar no Sanatório de Santana.

Para iniciar este primeiro Pólo será necessária uma estrutura mínima de pessoal, que se articulará com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. O quadro inicial deverá contar com um museólogo e dois técnicos auxiliares. Esta equipa será responsável pela programação das

actividades do Pólo, e terá como tarefa prioritária a sua instalação física: o primeiro espaço dedicado à cultura balnear na Costa do Sol.

O lugar onde ficará sediado este Pólo deverá ter uma relação íntima com a praia, proporcionando uma grande proximidade com os banhistas. Por este motivo, o Pólo da Parede poderá ocupar o edifício existente junto ao areal, na praia central da Parede (fig. 58). Neste edifício, que resulta da ocupação do espaço sob a Marginal quando da sua construção nos anos 1940, funcionou em tempos a "Fossa Deluidoura", provavelmente uma das primeiras centrais de tratamento de esgotos, aí instalada para preservar a qualidade da água do mar.

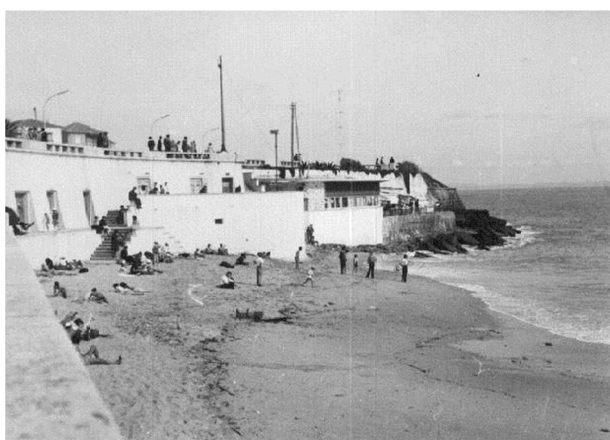


Figura 58. Edifício junto à praia da Parede, sob a Av. Marginal, em 1940 e na actualidade
Arquivo Municipal de Lisboa, Augusto de Jesus Fernandes, PT/AMLSB/AF/AJF/100753 e colecção CS-IMG-909

Neste espaço decorrerá o acolhimento e informação aos visitantes. No âmbito da investigação e estudo, uma das atribuições deste Pólo, será a recolha de testemunhos e identificação de práticas balneares. O carácter sazonal destas práticas determinará também a actividade do Pólo, com acções de campo na época de Verão e trabalho de gabinete durante o Inverno.

A pesquisa e integração de documentos sobre a prática balnear na Parede será outra das tarefas prioritárias. Numa abordagem preliminar, com o objectivo de organizar um fundo documental, a investigação deverá estender-se aos seguintes arquivos:

- Junta de freguesia da Parede: além dos documentos que tem em arquivo, a Junta editou uma monografia da Parede, intitulada "Parede As Pedras e o Mar"¹⁷², onde está reunida uma parte

¹⁷² Ana Cristina Brites Antunes, Carlos Miguel Ferreira, Francisco Matta Pereira, *Parede as pedras e o mar, Monografia de Parede*, Junta de Freguesia de Parede, 1997

importante da história local. Posteriormente a Junta publicou o álbum "Parede mil e novecentos"¹⁷³, que reúne uma significativa quantidade de fotografias (fig. 59).



Figura 59. Edições da Junta de Freguesia da Parede
Digitalizações das capas

- Câmaras Municipais de Cascais e Oeiras: ambas com arquivos históricos, onde se encontram grande quantidade de documentos sobre a cultura balnear na região. Em todos os serviços camarários existem arquivos com referências à prática balnear: projectos, fotografias, posturas, editais, actas, licenças, etc., etc., num universo de informação que será necessário investigar. Aqui se deverá procurar o levantamento do espaço sob a Avenida Marginal, para se estudar o projecto de instalação da sede do Pólo.

Através da Câmara Municipal, poderá aceder-se a todos os planos e estudos que envolvem a praia da Parede, do projecto das duas passagens em túnel para a praia, sob a Av. Marginal (dos anos 1940), ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira (actualmente em vigor). Estes projectos deverão poder ser consultados no Pólo, que informará e auscultará a opinião pública sobre as intervenções que as entidades se propõe realizar no espaço envolvente à praia. A proximidade entre o Pólo da Parede e a população, fará deste um parceiro interessante na discussão dos conceitos de reabilitação previstos para esta zona, e poderá contribuir para a sua preservação ambiental e cultural.

¹⁷³ Ana Cristina Brites Antunes, Carlos Miguel Ferreira, Francisco Matta Pereira, *Parede mil e novecentos*, Junta de Freguesia de Parede, s.d.

Através das fotografias dos arquivos Municipais poderá investigar-se a evolução dos acessos à praia, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos: dos primeiros acessos por escadas, das rampas para os "tabuleiros", ainda antes da construção da Av. Marginal, até às últimas intervenções junto à praia (fig. 60 a 63).

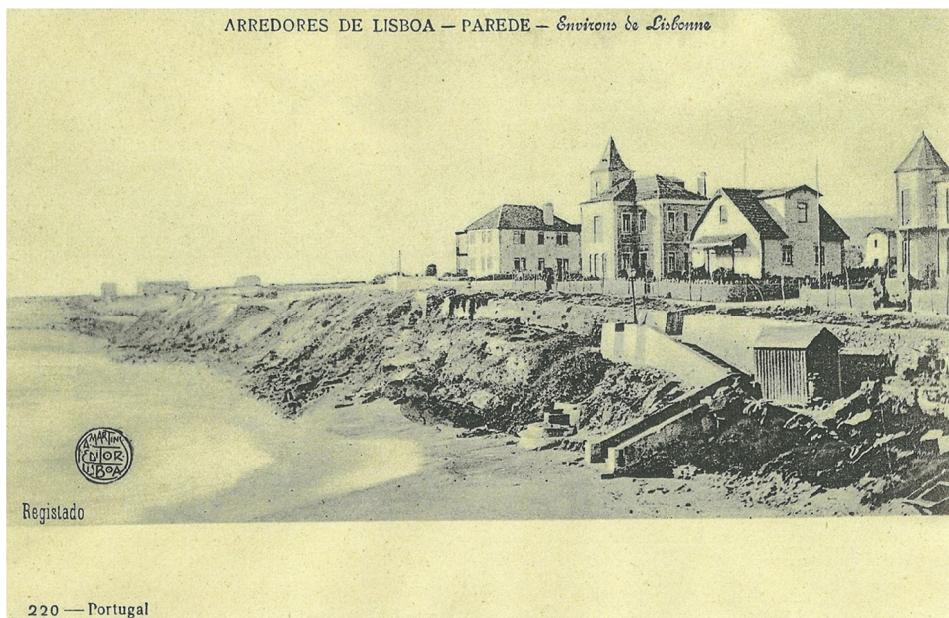


Figura 60. Uma primeira escada de acesso à praia, final do séc. XIX
Arquivo Histórico Municipal de Cascais, AHM-AESP-CMBP-138



Figura 61. as primeira rampas para a praia, início do séc. XX
in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV. Parede, Junta de Freguesia da Parede, 1997, p.186



Figura 62. O solário da Pedra Alta, antes da construção da Av. Marginal, anos 1930 in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV. Parede, Junta de Freguesia da Parede, 1997, p.171



Figura 63. Praia da Parede no final do século XX, antes das últimas obras
Colecção particular, CS-DSCF-8299

- Instituto Geográfico Português: a cartografia é um instrumento precioso na investigação da ocupação urbana do território; cartas antigas e as primeiras fotografias aéreas encontram-se nos seus arquivos.

A evolução do aglomerado da Parede está bem patente nas cartas das diferentes épocas (. Em meados do século XIX apenas estão assinaladas duas construções: a Vigia e o Forte da Junqueira, ambas já desaparecidas. Ainda não existia a linha de comboio mas pode ver-se a estrada Real, que ligava Lisboa a Cascais (fig. 64). Entre os levantamentos de 1912 e de 1935 constata-se a densificação urbana e a abertura de novos arruamentos (fig. 65). Na carta de 1943

já é visível a Av. Marginal, acabada de construir, com todos os terrenos da Junqueira ainda desocupados, entre o Hospital de Santana e a Quinta dos Ingleses, em Carcavelos (fig. 66).



Figura 64. Carta Antiga da Parede, 1840
fonte: Instituto Geográfico Português



Figura 65. Cartas de 1912 e 1935
fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cascais



Figura 66. Carta da Parede, 1943
fonte: Instituto Geográfico Português

- Capitania de Cascais e Instituto de Socorros a Náufragos: a autoridade marítima tem uma importância decisiva na construção institucional da praia, determinando as normas de segurança e assegurando o seu cumprimento. Nos seus arquivos encontram-se os editais, relatórios e autos de ocorrência, em que foi necessária a intervenção do Cabo do Mar, representante da autoridade.
- Colónia Balnear Infantil d' "O Século": obra social do jornal, iniciada em 1927, com uma actividade de beneficência que ainda hoje perdura. A sua história está intimamente ligada à história da cultura balnear, na vertente terapêutica e de integração social (fig. 67).



Figura 67. As crianças da Colónia Balnear Infantil d' "O Século" na estação da Parede
Fototeca do Palácio Foz

- Sanatório de Santana: edifício paradigmático da arquitectura da Costa do Sol (fig. 68). A sua relação com o tema do Pólo, torna-o imprescindível na investigação e identificação de documentos sobre as terapias marinhas. Poderá ser, futuramente, uma alternativa à instalação deste Pólo temático. É um espaço onde poderão ocorrer visitas guiadas, exposições e conferências.



Figura 68. Sanatório de Santana, 2007
Colecção particular, CS-DSCF-0431

A vocação terapêutica da Pareda ficou registada na memória dos seus habitantes mais antigos e está documentada em fotografias (fig. 69). Actualmente, é difícil imaginar a afluência de doentes que se deslocavam a esta praia, em busca de cura para os seus males (fig. 70).



Figura 69. Tabuleiro na Praia do Sanatório, 1936
in , Pareda as pedras e o mar, Monografia da Pareda, AA.VV. Pareda, Junta de Freguesia da Pareda, 1997, p.173



Figura 70. Helioterapia no "bico dos faquires", frente ao Solário da Pedra Alta
autor anónimo, anos 1960, Coleção Lígia Horta

- Rádio Clube Português: porventura o mais emblemático clube de rádio da região de Lisboa e do País, as suas instalações funcionaram durante muitos anos na Parede (fig. 71). Faz indiscutivelmente, parte da história e das memórias desta localidade. Actualmente é a sede do Clube Nacional de Ginástica.

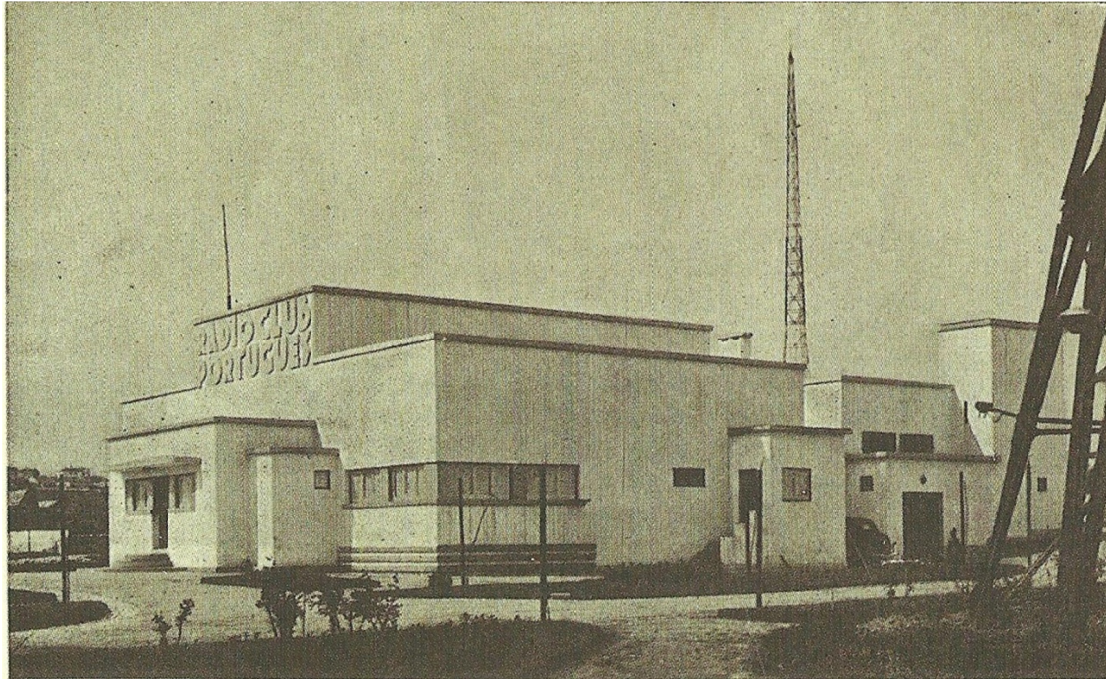


Figura 71. Rádio Club Português, s.d.
Coleção José Santos Fernandes, código de referência PAR 045

Para além dos arquivos mencionados, e no sentido de recolher mais documentação sobre a Praia da Parede, deverão ser feitas pesquisas noutras instituições e em clubes recreativos e desportivos: Sociedade Musical União Paredense, Clube Nacional de Ginástica, Parede Football Club e Bombeiros Voluntários da Parede. Esta pesquisa poderá alargar-se aos estabelecimentos comerciais mais emblemáticos da Parede: a pastelaria Ribeiro, o Limo Verde e o fotógrafo Paco, onde certamente se poderá encontrar material interessante no âmbito deste trabalho.

Esta pesquisa procura descobrir mais acerca da história desta povoação, de acontecimentos passados ou de projectos que nunca chegaram a ser concretizados, como o do Clube Nacional de Ginástica que, nos anos sessenta, pretendia construir uma piscina com dimensões olímpicas (50x25m) e outra para crianças, um solário, um restaurante/bar, uma sala de propaganda turística, um posto de primeiros socorros, uma dependência destinada a caça submarina,

balneários e vestiários para homens, senhoras e crianças, uma casa de arrecadação de valores, etc., tudo isto sobre as rochas, entre a praia da Parede e a das Avencas¹⁷⁴.

A recolha de relatos e memórias de banhistas de outras épocas e a pesquisa sobre a história dos banheiros, que ao longo dos anos tiveram a concessão desta praia (fig. 72), irá acrescentar fortuna crítica à praia da Parede. Conhecer e biografar personagens que ficaram conhecidos na terra: o Treco-lareco, sempre bêbado e que vivia no que restava do Solário da Pedra Alta; o Sr. Vicente, que tinha uma perna de pau e vendia figos, que ele próprio apanhava subindo às árvores empoleirado numa escada de madeira; o casal que vinha de Sintra numa carroça vender os “bolos de burro”; o homem de gravata que não pára, percorrendo desalmadamente as terras da Linha. Identificar e recolher informações sobre personagens ilustres, que viveram na Parede: médicos, políticos, músicos, artistas, etc., etc..



Figura 72. Placa de homenagem a um banheiro na Praia da Parede
Colecção particular, CS-IMG-9014

Outra função do Pólo da Parede será a dinamização da praia, alargando a sua acção a propostas mais vastas, sugerindo ideias para intervir de facto na vida local: promover a preservação ambiental, designadamente da zona de interesse biofísico das Avencas; procurar soluções para minimizar os estragos provocados pela projecção de betão na falésia, como medida de consolidação do muro de suporte da Marginal; propor a recuperação do pontão e da piscina “natural” da praia das Avencas (fig. 73); recuperar o “passeio marítimo” sobre as rochas, entre as praias das Avencas e da Parede (fig. 74).

¹⁷⁴ Chegou a ser elaborado um projecto, pelo arquitecto Meira de Carvalho, com um custo de construção estimado em quatro mil e quinhentos contos, segundo o *Jornal da Costa do Sol*, nº 29, 7 de Novembro de 1964.



Figura 73. Ruína da piscina "natural" das Avencas, 2008
Colecção particular, CS-IMG-9003



Figura 74. Vestígios do passeio marítimo entre as praias das Avencas e da Parede, 2008
Colecção particular, CS-IMG-9008

Utilizar algumas das características únicas da Parede para promoção turística local como: o facto de ter sido uma terra de republicanos ainda antes da implantação da República; ser um exemplo de urbanismo higienista; ter sido o primeiro núcleo urbano sem barreiras arquitectónicas, logo a partir dos anos 1920; possuir a única Zona de Interesse Biofísico da Linha de Cascais, a das Avencas (fig. 80); utilizar o Restaurante Sargo, que tem uma localização excepcional, sobre o mar e a praia, especializando-o em gastronomia de espécimes locais, como o sargo, o polvo, as lapas, o ouriço, o caranguejo e o camarão (fig. 75).



Figura 75. Restaurante " O Sargo", 2010
Colecção particular, CS-IMG-3285

Para promover este local poder-se-á ainda recorrer ao relançamento de imagens iconográficas da praia nos anos setenta: recuperar a torre de vigia com a bola Nívea, reproduzir e construir as embarcações tipo “charuto” (espécie de canoa em contraplacado de madeira, normalmente pintada de azul), e disponibiliza-las para aluguer (fig. 77 e 78); construir e colocar ao largo da praia uma jangada com escorrega e pranchas de mergulho (fig. 46); relançar a "osga" como identificação dos habitantes da Parede (fig. 76); recuperar o bar e os viveiros nas rochas junto à Cruz D’El Rei (fig. 79) para eventos ocasionais; e apoiar a cultura subversiva que sempre existiu na Parede (*não te escondas no buraco, vem animar a Parede!*).

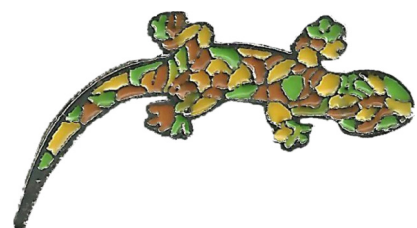


Figura 76. "Osga", pino adquirido na Junta de Freguesia

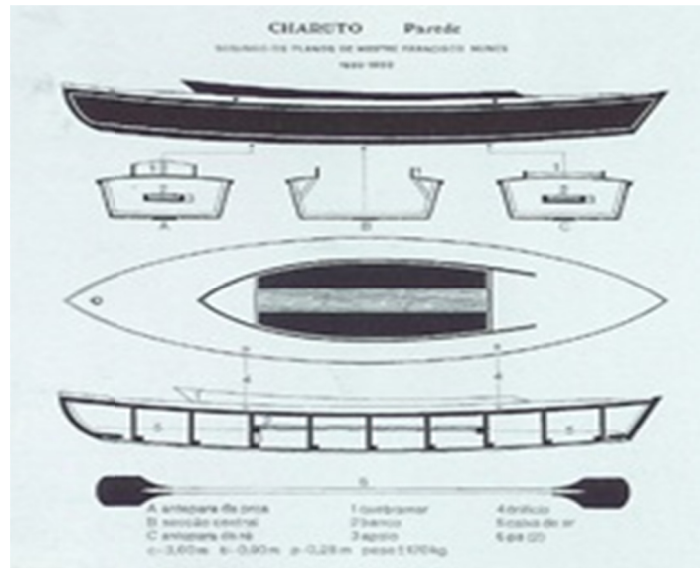


Figura 77. "charuto" desenho de Estêvão Carrasco
in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV. Parede,
Junta de Freguesia da Parede, 1997, p.243



Figura 78. "Charutos" na praia da Parede, 1940
in , Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede, AA.VV. Parede,
Junta de Freguesia da Parede, 1997, p.243



Figura 79. Antigo bar da Cruz d'El Rei, 2009
Colecção particular, CS-IMG-2226

Com a fundação deste primeiro Pólo, na Parede, pretende-se ainda abranger todas as temáticas da cultura balnear e proporcionar uma visão global do futuro Museu da Praia. Partindo do particular para o universal, este Pólo deverá ser “*um lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do mundo, vistos de todos os ângulos (...)*”, um lugar participado por todos, onde “*toda a linguagem é um alfabeto de símbolos cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilham.*” E tentar o impossível: “*a enumeração, sequer parcial, de um conjunto infinito*”¹⁷⁵.



Figura 80. Zona intercotidal rochosa, classificada de Interesse Biofísico das Avenças, Coleção particular, CS-DSCF-1316

¹⁷⁵ Jorge Luís Borges, *O Aleph*, Lisboa, Editorial Estampa, 1976, pp. 135 a 137.

Conclusão

No início desta investigação sobre as práticas balneares, era difícil imaginar a vastidão do tema. Foi uma descoberta fascinante e surpreendente a grande quantidade e variedade de documentos relacionados com o veraneio marítimo, encontrados em bibliotecas e arquivos, em instituições e na legislação. A prática de banhos de mar na Costa do Sol está na origem e é a razão de ser deste local, a sua própria identidade. As consequências desta prática no território em estudo patenteiam a sua importância e são testemunho de uma cultura.

Da análise dos documentos investigados, conclui-se que existe um extenso património paisagístico, material e imaterial desta cultura, a que se chamou cultura balnear. Este conjunto patrimonial foi reunido e sistematizado tematicamente, concluindo-se que há um extraordinário interesse cultural, não só em cada grupo temático específico por si só, mas principalmente no seu conjunto, como um todo, revelador de uma unidade cultural.

A forma muito semelhante como se manifesta a cultura balnear em todas as praias, em qualquer lugar do mundo, leva a crer que se trata de uma cultura global, tomando feições particulares em cada sítio, o que se verifica até no pequeno universo estudado.

Pese embora a quantidade de documentos identificados e consultados, constata-se que ficaram muitos campos temáticos por investigar, pois cada pesquisa abriu portas a novas pistas que não houve tempo de seguir. Por ora, interessa apenas realçar a importância deste tema, para o melhor conhecimento de um património indiscutível.

O desafio desta tarefa, a procura e identificação sistemática do património da cultura balnear, será um trabalho para ser realizado com outra estrutura e disponibilidade de meios. No entanto, com esta dissertação, pensa-se ter contribuído, ainda que de forma embrionária, para a concretização de um museu dedicado ao estudo, preservação e divulgação da cultura balnear na Costa do Sol, o Museu da Praia.

Referências Bibliográficas

Fontes Cartográficas:

IGP- Instituto Geográfico Português.

AHMC- Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

CDI- Centro de Documentação e Informação de Oeiras.

Fontes Iconográficas:

AHMC- Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

CDI- Centro de Documentação e Informação de Oeiras.

AML- Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Fotográfico.

Fontes Impressas:

ARCHER, Maria e COLAÇO, Bianca de Gonta, *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1943, edição fac-similada 1999, C. M. Cascais e C. M. Oeiras.

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges, *Apontamentos para a história da vila de Cascais*, Lisboa, Tipografia Universal, 1873

BORGES, Jorge Luís, *O Aleph*, Lisboa, Editorial Estampa, 1976

BRANDÃO, Raul, *Guia de Portugal, Lisboa e arredores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, reprodução da 1ª edição, BN, 1924

BRITO, Joaquim Pais de, e outros, *Caderno de Normas Específicas de Inventário de Etnologia*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2000

BULHÃO PATO, Raimundo António de, *Memórias*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1894

CAMÕES, Luiz Vaz de, *Os Lusíadas*, “Subsídios para o estudo da História e Literatura Portuguesa”, volume III, edição anotada por Mendes dos Remédios.

CAMUS, Albert, *O estrangeiro*, Lisboa, Livros do Brazil, s.d.

CLAPARIDE, Eduard, *Estudos sobre os banhos de mar, conselhos aos banhistas*, Typographia Progressista de P. A. Borges, 1874

Declaração de Caracas, International Council of Museums, 1992.

Declaração de Santiago, Mesa-Redonda de Santiago do Chile, International Council of ALMEIDA, Cláudia; BRITO, Joaquim Pais de; MELO, Patrícia - *Tecnologia têxtil*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2007

LOBATO, Gervásio, "Crónica Ocidental", *O Ocidente*, n.º 530, 11 de Setembro de 1883

MAIA, Manuel Rodrigues, *Banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia*, Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1786

MONTEZ, Paulino, *Praias da Costa do Sol : Oeiras, Carcavelos, Parede, S. Pedro, S. João, Estoril-Monte, Cascais*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1978

ORTIGÃO, Ramalho, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Porto, 1903

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal, Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002, (conforme a 1ª edição 1876)

QUEIRÓ, Afonso Rodrigues, *As praias e o domínio público, alguns problemas controvertidos*, Coimbra, 1964

SANCHES, José Dias, *Belém do passado e do presente*,

SEQUEIRA, Eduardo, *À Beira Mar*, Lisboa, 1889

SIMÕES, Tito Serras, *Manual sobre primeiros socorros para uso do pessoal dos salva-vidas e dos postos de socorros nas praias*, Lisboa, Instituto de Socorros a Náufragos, 1903

SOARES, *Memorial de Pero Roiz*, revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, ed. Universitatis Conimbricensis, Universidade de Coimbra, 1953

VASQUES, A., *Rota das praias*, Lisboa, 1962

Periódicos:

Correio de Cascais, nº 8, 13 de Agosto de 1899,

Correio de Cascais, nº 32, 28 de Janeiro de 1900

Diário da Manhã, 23 de Setembro de 1882

Diário da Manhã, 4 de Novembro de 1891

Diário de Coimbra, 4 de Setembro de 2000, "Jogos de tempos idos voltaram a dar alegria à praia", SOUSA, José Luís

Diário de Notícias, 2 de Agosto de 1873

Diário de Notícias, 24 de Agosto de 2007

Jornal da Costa do Sol, nº 14, 25 de Julho de 1964

O Jovem Naturalista, Lisboa, 1840, publicado pela sociedade Propagadora d' Utilidade e Recreio, nº 1, 10 Fevereiro 1840

Legislação:

Código de Posturas de 1915, Arquivo Histórico de Cascais

Museums, 1972

Decreto de 31 de Dezembro de 1864

Decreto nº 12:228 de 31 de Agosto de 1926.

Decreto n.º 22.444 de Abril de 1933.

Decreto nº 41.191 de 18 de Julho de 1957

Decreto nº 129/77 de 29 de Setembro de 1977

Decreto n.º 95, de 12 de Setembro de 1978

Decreto Regulamentar n.º 8/94, de 11 de Março

Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de Março

Decreto Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de Março

Decreto-Lei n.º 1121 de 2 de Dezembro de 1914.

Decreto-Lei n.º 24.802, de 21 de Dezembro de 1934.

Decreto-Lei n.º 31 247, de 5 de Maio de 1941

Decreto-Lei n.º 292/81, de 15 de Outubro

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto

Postura de 25 de Setembro de 1858, arquivo da C. M. de Oeiras, *Livro de Posturas*, 1760 – 1867

Portaria n.º 377/2007, de 30 de Março

Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/98

Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004

Estudos:

AA. VV. - *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*. Dunod. Paris: 1989.

ALEXANDER, P. Edward, *Museums in Motion: An Introduction to the History and Functions of Museums*, Tennessee, American Association for State and Local History Book Series, Nashville, 1979

ANTUNES, Ana Cristina Brites, FERREIRA, Carlos Miguel, e PEREIRA, Francisco Matta, *Parede as pedras e o mar, Monografia da Parede*, edição da Junta de Freguesia da Parede, 1997

ANTUNES, Ana Cristina Brites, FERREIRA, Carlos Miguel, e PEREIRA, Francisco Matta, *De Cae Água a S. Pedro do Estoril*, Lisboa, Edições Colibri, C. M. de Cascais, 2005

BAPTISTA PEREIRA, Fernando António, “*Museus e novos espaços de Exposição*”. Oeiras, *Architecti*, 32, (ano VII, Jan/Fev/Mar), Editora Trifório, 1996

BRIZ, Maria da Graça Gonzales, *A Vilegiatura balnear marítima em Portugal, 1870-1970, Sociedade, arquitectura e urbanismo*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2003

BRIZ, Maria da Graça Gonzales, *A vilegiatura marítima no século XIX de Belém a Cascais*, 1996

BRIZ, Maria da Graça Gonzales, *A arquitectura de veraneio nos Estoris*, 1989

CORBAIN, Alain, *História dos Tempos Livres, O advento do Lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001

CORBAIN, Alain, *O Território do Vazio, a Praia e o Imaginário Ocidental, 1750-1840*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1989

COUTINHO, Joaquim, “O lazer em Paço de Arcos: Apontamentos sobre o Rio e as Regatas, Subsídios para o seu conhecimento”, *III Encontros de História Local do Concelho de Oeiras*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2000

DUNCAN, Carol; WALLACH, Alan, “The Museum of Modern Art as Late Capitalist Ritual: An Iconography Analysis” in *Marxist Perspectives*. Vol. 1, nº 4, winter

FREITAS, Joana Gaspar de, “O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado”, *Revista da Gestão Costeira Integrada*, nº 7, 2007

GASPAR, Ana Teixeira, "O Lazer Através das Posturas Municipais dos Concelhos de Oeiras, Lisboa e Cascais", *III Encontros de História Local do Concelho de Oeiras*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2000

GOUVEIA, Henrique Coutinho, "A musealização de sítios: Questões relativas à formulação do programa interpretativo", separata de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1922

HASSE, Manuela, *O divertimento do Corpo*, Lisboa, Editora Temática, 1999

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, “20 Anos Depois de Santiago: A Declaração de Caracas – 1992”, in *A Memória do Pensamento Musueológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos*, São Paulo, Comité Nacional Brasileiro do ICOM, Mimeo, 1995

LOFGREN, Orvar, *On Holiday, A History of Vacationing*, University of Califórnia Press, Ltd. Los Angeles, California, (1999)

LORD, Gail Dexter; LORD, Barry (coord) - *The Manual of Museum Planning*. HMSO. Londres: 1991.

MACHADO, Helena Cristina, *A construção social da praia, 1850-1950*, Guimarães, Ideal-artes gráficas, 1996

MAGALHÃES, Fernando Paulo Oliveira, “Museologia, Ecomuseus e o Turismo: Uma relação profícua?” in *ANTROPOlógicas*, nº 7, Porto UFP, 2003

MARTINS, Maria Luísa M. Afonso, *A vilegiatura marítima no séc. XIX, de Belém a Cascais*, Lisboa, 1996

MARTINS, Maria Luísa M. Afonso, *A vilegiatura marítima no século XIX, de Belém a Cascais*. Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa, 1996.

NEGRE, Jaume Sureda, *Interpretacion del patrimonio, diseño de programas de ámbito municipal*, Barcelona, Editorial UOC, 2008

PACHECO, Cristina, *Memórias de Verão, a Costa do Sol e o Estoril nos anos 30*, C. M. Cascais, 2007

PEREIRA, Ana Cristina Brites Antunes, FERREIRA, Carlos Miguel, MATTA, Francisco, *Parede as pedras e o mar, Monografia de Parede*, Junta de Freguesia de Parede, 1997

PIMENTEL, Irene Flunser, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundisal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006

PIMENTEL, Irene Flunser, *Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000

QUEIRÓ, Afonso Rodrigues, *As praias e o domínio público, alguns problemas controvertidos*, Coimbra, 1964

RAMALHO, Margarida Magalhães, *Uma Corte à Beira-Mar*, Lisboa, Quetzal Editores, Bertrand Editora Lda, Câmara Municipal de Cascais, 2003

RAMOS, Paulo Oliveira, “Breve História do Museu em Portugal” in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coordenação), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993

RIVARD, René, *Muséologie et Cultures*, Aragon, Espagne, Communication au III Atelier International de la nouvelle muséologie (MINOM), 1987

RIVIÈRE, George Henri, *Essai sur le Musée de Site*, Paris, ICOM, 1978

SILVA, Raquel Henriques da, "A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parde e Carcavelos, 1890-1930", in *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município N°7*, Câmara Municipal de Cascais, 1988

SILVA, Raquel Henriques da, "Estoril, Estação Marítima, Termal e Sportiva- As etapas de um Projecto", in *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município n° 10*, Câmara Municipal de Cascais, 1991

VASCONCELOS, João, *Inovação e desenvolvimento*, Oeiras, Tagus Park, 2008

VIGARELLO, Georges, *O Limpo e o Sujo, A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, editorial Fragmentos, Lda, 1985